

Uma Sociedade no comando do seu destino

A história



Observatório SOCIAL DE MARINGÁ

Como as instituições da Sociedade Organizada se uniram para conscientizar a população sobre a importância da educação fiscal e criaram mecanismos para combater o mau uso dos recursos públicos

Dirceu Herrero Gomes

**Uma sociedade no
comando do seu
destino - a história do**



Observatório
SOCIAL DE MARINGÁ



Lei de Incentivo à
CULTURA

PATROCÍNIO



Para uma vida melhor!



FOMENTO A CULTURA



REALIZAÇÃO

SECRETARIA ESPECIAL DA

CULTURA

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



DIRCEU HERRERO GOMES

Uma sociedade no comando do seu destino - a história do



Observatório SOCIAL DE MARINGÁ



sinergia

casa editorial

Maringá
2020

Copyright © 2020 para Dirceu Herrero Gomes

**UMA SOCIEDADE NO COMANDO DO SEU DESTINO
A história do Observatório Social de Maringá**

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, do autor.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

**PESQUISA, SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO
Dirceu Herrero Gomes**

DECUPAGEM DAS ENTREVISTAS

Regina Daefiol, Marília Daefiol Herrero Gomes e Gabriela Lisandro

REVISÃO

Regina Daefiol

IMAGENS / DOCUMENTOS

A maior parte das fotos pertence ao acervo da SER/OSM e ao Cedoc/ACIM

DIAGRAMAÇÃO

Andrea Tragueta

CAPA

Willian Vilela Ramos/Dirceu Herrero

COLABORAÇÃO

Carlos Alexandre Venancio

IMPRESSÃO

Gráfica Massoni

TIRAGEM

1000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D300

GOMES, Dirceu Herrero

Uma sociedade no comando do seu destino: a história do Observatório Social de Maringá / Dirceu Herrero Gomes. – Maringá, PR : Sinergia Casa Editorial, 2020.
196 p. : il.; 16 x 24cm.

ISBN 978-65-00-00126-6

1. Observatório Social. 2. Maringá. 3. Sociedade Civil. 4. Sociedade Eticamente Responsável I. Título.

CDD 21. ed. 271



livros impressos e e-books

Agradecimentos

Ao empresário Ariovaldo Costa Paulo; Miguel Fernando Perez Silva, instituidor do Maringá Histórica; Edson Pereira, consultor cultural; Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual; Felipe Cosmos, da Cosmos Filmes; e Giovana Campanha, jornalista.



Sumário

08 Prólogo

Uma história inspiradora – Giuliana Lenza

10 Prefácio

A união está no nosso DNA – Ariovaldo Costa Paulo

12 CAPÍTULO 1

Uma sociedade realmente organizada

22 CAPÍTULO 2

Radiografia de uma cidade em movimento

38 CAPÍTULO 3

A reação da sociedade diante da corrupção

Nasce a SER

O Auto da Barca do Fisco

60 CAPÍTULO 4

O nascimento do OSM

O Feirão do Imposto surge para conscientizar

68 CAPÍTULO 5

Um tiro no escuro

O resgate da imagem das licitações

Secretaria de Controle Interno

Portal da Transparência

Central de Compras e Almoxarifado

A SER/OSM conquista o mundo

120 CAPÍTULO 6

A SER cumpre seu papel

Prêmio Innovare

134 CAPÍTULO 7

As sucessões e a influência no trabalho da SER/OSM

148 CAPÍTULO 8

Câmara Municipal

152 CAPÍTULO 9

Universidade Estadual de Maringá

158 CAPÍTULO 10

A força do capital social

168 CAPÍTULO 11

O reconhecimento ao trabalho da SER/OSM

174 CAPÍTULO 12

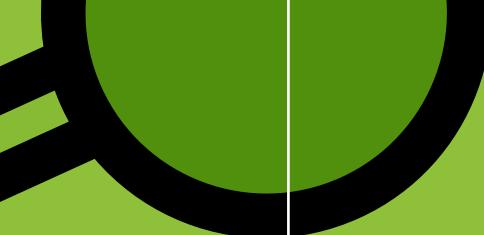
O futuro da cidadania fiscal

187 Anexos

Diretorias da SER/OSM

Entrevistas

Sobre o autor



Uma história inspiradora

Contamos aqui uma história que merece ser registrada tanto pela sua natureza pioneira e bem-sucedida quanto pelo seu potencial inspirador de novas iniciativas semelhantes, que podem contribuir para uma gestão pública cada vez mais eficiente.

O OSM é uma associação civil apartidária e sem fins lucrativos, que pratica o controle social da gestão pública no município de Maringá. Esse trabalho, organizado e contínuo, contribui para a melhoria da qualidade do gasto público e proporciona a cada cidadão possibilidades de maior participação e influência nas escolhas e na execução de políticas públicas de interesse da sua comunidade.

A organização foi idealizada, constituída e é dirigida por voluntários. Pessoas que, sem remuneração, dedicaram e dedicam tempo e conhecimento para construir uma realidade de participação cidadã voltada à melhoria da gestão pública local. A manutenção é provida por associações, empresas, cooperativas e pessoas físicas que aportam recursos financeiros mensalmente para custear seu funcionamento. E temos o apoio institucional da Receita Federal do Brasil, da Receita Estadual do Paraná, do Ministério Público Estadual do Paraná, do Ministério Público do Trabalho, da Justiça Federal e diversos outros órgãos com os quais colaboramos pontualmente. Reunimos, assim, em torno desse propósito pessoas e organizações movidas pelo senso de dever cidadão e pela determinação de fazer uma sociedade melhor para se viver.

Não são diferentes as qualidades da equipe técnica contratada pelo OSM,

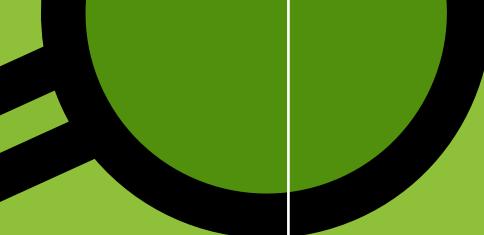
à qual compete a análise detalhada dos atos da Administração. Contar com profissionais bem preparados, com formação nas áreas de Administração, Direito e Ciências Contábeis, é o que garante a regularidade e rigor técnico dos nossos trabalhos. E aqui fazemos menção especial ao mérito da sua orientação, realizada com excelência pela Coordenadora Executiva, Michelle Shimoda. A sua dedicação, a sua competência e o seu extremo cuidado com a assertividade das análises realizadas, foram e são fundamentais para o sucesso do OSM.

Escrever esta história demandou extensa revisão documental e de depoimentos de pessoas que atuaram desde as primeiras reuniões até o momento atual, na construção desse que se tornou um modelo de controle social multiplicado em diversos municípios brasileiros. Foram ouvidos também gestores públicos, servidores, mantenedores, apoiadores e críticos da ideia, cujas considerações são essenciais para entendimento do contexto no qual estão inseridos o OSM e suas atividades.

A intenção deste registro é trazer a público os ideais, valores, ações, dificuldades, fracassos e sucessos que nos trouxeram até aqui, e assim também incentivar a crescente participação dos cidadãos nas decisões que definem os rumos da gestão pública nos municípios e no nosso país.

Giuliana Pinheiro Lenza

Presidente do OSM, gestões 2016/2018 e 2018-2020



A união está no nosso DNA

Este livro é uma amostra do que a sociedade civil é capaz de fazer quando está unida. A união é uma das maiores características de uma comunidade que desde sempre se preocupou com o futuro e, sobretudo com a qualidade de vida. Maringá é uma cidade planejada nas pranchetas de um arquiteto renomado. O plano urbanístico, no moderno conceito das cidades-jardim, privilegiou ruas e avenidas largas, a arborização e bosques para preservação de áreas verdes.

Na área rural foi feita uma divisão de pequenos lotes propiciando que milhares de produtores plantassem café, o que impulsionou nossa economia. Atraímos grandes atacadistas, a indústria aflorou e a agricultura se diversificou. Todo este desenvolvimento atraiu pessoas que vieram para Maringá dispostas a vencer e a lutar por qualidade de vida.

O associativismo é a mola propulsora que, desde os anos 1950, une a sociedade civil organizada e que tem no capital social o maior tesouro que uma cidade pode contar. Pessoas dispostas a discutir, lutar e planejar o futuro. É nesse contexto que se insere a Sociedade Eticamente Responsável e o Observatório Social de Maringá, unidos pela sigla SER/OSM.

Esta obra narra como esta ideia nasceu e prosperou, assim como tantas outras em nossa cidade. Acredito que o órgão é a voz, os ouvidos, braços e mãos de uma sociedade que não aguenta mais ouvir falar em corrupção, em desvios ou má aplicação dos recursos públicos.

A SER/OSM não é onipresente e não tem uma estrutura grande.

Por isso, sabemos que pegamos uma pequena parte dos problemas. E mesmo assim, em 13 anos de atuação, o órgão conseguiu economizar mais de R\$ 100 milhões para os cofres públicos, dinheiro que pode ser aplicado em muitas obras em favor da população.

Além desta economia direta, há outras. Sabendo que estamos de olho nas licitações, provavelmente muitas pessoas mal-intencionadas deixaram de desviar dinheiro. Há também a qualificação de servidores e as benfeitorias que sugerimos e foram aplicadas e evitam a má conservação de produtos, o que gera economia.

A SER/OSM atua ainda na conscientização das pessoas sobre a educação fiscal, sobre a importância dos tributos, quando e quanto elas pagam de impostos. Tudo isso é fundamental para que tenhamos cidadãos críticos, que saibam que os bens públicos e os salários dos servidores e das autoridades são pagos por eles.

O trabalho da SER/OSM é perenizado neste livro. A obra valoriza voluntários abnegados que atuam com dedicação em prol da sociedade e serve como norte para cidades que queiram constituir instituições do gênero. Nestas páginas podemos observar mais um exemplo positivo de Maringá, demonstrando que podemos sim sonhar com uma sociedade mais justa e igualitária.

Ariovaldo Costa Paulo
*Presidente do Observatório Social
de Maringá entre 2006 e 2008*

Capítulo

1



Foto: Ivan Amorim/Pôlen Comunicação

Uma sociedade realmente organizada

A Sociedade Civil Organizada de Maringá é pródiga na criação de soluções para que ela mesma possa, aliada aos poderes públicos, interferir positivamente no seu destino. Exemplos de instituições que contribuem para planejar o futuro da cidade não faltam. O maior exemplo é o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem).

Nesta obra abordamos diversas instituições criadas pela comunidade principalmente nos últimos 25 anos e focamos em especial a SER/OSM. A Sociedade Eticamente Responsável (SER) foi criada em 2003 e o Observatório Social de Maringá (OSM) nasceu dentro da própria SER em 2006.

Desde 2012, a SER passou a ser a razão social do OSM. Sobre a inversão de papéis entre o OSM e a SER, o professor e empresário do setor da educação Carlos Anselmo Corrêa, um dos fundadores das instituições, comenta que:

A Sociedade Eticamente Responsável se confunde muito com o Observatório Social de Maringá. Na verdade, o Observatório era um braço da SER e a criatura ficou maior que o criador.

Para facilitar o entendimento do leitor, nesta obra sempre que nos referirmos à ações do Observatório Social de Maringá e da Sociedade Eticamente

Responsável posteriores a 2012, e quando entendermos pertinente, colocaremos as siglas SER/OSM.

A atuação da SER/OSM acontece em duas frentes principais. A primeira é a conscientização da sociedade sobre a importância dos impostos e a boa aplicação dos recursos públicos, que se dá por meio principalmente de palestras, peças de teatro, campanhas e concursos de redação.

A segunda frente é a fiscalização da aplicação dos recursos públicos na Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Universidade Estadual de Maringá. Também foi realizado, em 2018, um trabalho de análise da Assembleia Legislativa do Paraná.

A fiscalização é desenvolvida desde 2006 e gerou um proveito econômico superior a R\$ 134 milhões conforme pode ser observado na tabela a seguir. A metodologia de ação da SER/OSM compreende três fases que atendem desde a publicação do edital de licitação, a análise dos processos, até a entrega do produto ou serviço.

PROVEITO ECONÔMICO COM A INTERVENÇÃO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ

Período 2007 a 2018

Ano	Proveito Econômico (R\$)	Valor corrigido pela inflação (R\$) (mcs)
2007	8.210.201,85	15.322.180,12
2008	3.902.207,25	6.876.716,18
2009	14.377.103,75	24.289.368,85
2010	6.611.197,19	10.547.000,68
2011	3.299.154,00	4.941.989,79
2012	7.225.313,43	10.226.973,97
2013	9.625.026,18	12.863.389,22
2014	12.883.968,40	16.183.092,42
2015	3.878.710,23	4.402.195,13
2016	13.115.662,04	14.006.209,72
2017	9.367.692,47	9.718.044,17
2018	4.638.993,75	4.638.993,75
TOTAL	97.135.230,54	134.060.788,60

Na primeira fase é analisado o edital da licitação e, sendo necessário, é solicitado ao Poder Público a impugnação ou possíveis alterações. Após a

conclusão de que o edital é transparente, o mesmo é divulgado para o maior número de empresas possível.

Caso a Prefeitura insista em um edital que contenha irregularidades, a SER/OSM apresenta uma denúncia a órgãos externos de controle.

Na segunda fase, o foco se volta para o processo de licitação, principalmente para os preços, as quantidades e a qualidade dos produtos e/ou serviços adquiridos.

Na terceira fase, é feito o acompanhamento da entrega dos produtos ou serviços, e a verificação – os técnicos da SER/OSM analisam se o que foi ofertado na licitação é o que está sendo entregue. Ainda é feita a análise do controle de estoque e o efetivo consumo.

Anualmente a diretoria apresenta tanto aos próprios mantenedores quanto para a imprensa os dados estatísticos levantados acerca dos órgãos fiscalizados. Além de comprovar casos em que houve economia para os cofres públicos, a SER/OSM também indica aspectos que podem ser melhorados nas instituições pesquisadas.

Em 2019, por exemplo, a SER/OSM apontou que na Prefeitura de Maringá foram retiradas informações importantes do Portal da Transparência, que foram publicados dados inconsistentes e que houve falta de planejamento nas licitações, “que muitas vezes culminaram em procedimentos cancelados ou em contratações não vantajosas para o município, sendo necessário um maior cuidado com o gasto público”¹.

Faltou transparência também na Câmara Municipal. Segundo a SER/OSM:

Os processos legislativos não são publicados no site da Câmara em tempo

¹ <http://observatoriosocialmaringa.org.br/2019/04/12/observatorio-social-de-maringa-apresenta-trabalhos-desenvolvidos-no-ano-de-2018-a-sociedade>. Acesso em: 27/11/2019.

hábil à análise do cidadão participativo acerca dos fundamentos e viabilidade da lei antes de sua votação. Também há prejuízo à participação cidadã pelo prazo exígido de publicidade das pautas das sessões (quatro horas antes do início da sessão)².

Na Assembleia Legislativa do Paraná os trabalhos da SER/OSM se concentraram no estudo dos valores recebidos pelos deputados estaduais a título de verba de ressarcimento de despesas de gabinete. A verba pode ser de até R\$ 31.470,00 por mês para cada deputado.

Após uma representação junto ao Ministério Público Estadual em Curitiba a SER/OSM obteve acesso às notas fiscais apresentadas pelos deputados para ressarcimento. Foi constatado que em muitos casos houve a apresentação somente da nota fiscal, não existindo relatórios que comprovassem que aqueles gastos guardavam relação com a atividade legislativa dos deputados.

Um instrumento surpreendente

As constatações, orientações, análises e ações da SER/OSM colocam o órgão na linha de frente das críticas dos gestores públicos das instituições analisadas. Uma situação que muitas vezes causa desconforto aos voluntários que atuam no órgão. Mas, que não desanima e não influi na qualidade do trabalho desenvolvido.



Até porque a criação da SER/OSM significou uma ruptura com a antiga cultura passiva e pouco participativa da sociedade. Com informação de qualidade, qualificação e envolvimento, os técnicos e voluntários foram responsáveis pela instalação e funcionalidade de um instrumento original, útil,

² idem.

bem-sucedido, surpreendente e impensável alguns anos antes.

Um dos voluntários é o empresário Ariovaldo Costa Paulo, que foi presidente da ACIM nas gestões 2002/2004 e 2004/2006 e também presidiu o Observatório entre 2006 e 2008. Ele conta que quando o primeiro grupo de voluntários se reuniu para criar a Sociedade Eticamente Responsável, três anos antes de fundar o Observatório Social, todos concordavam que era preciso aproveitar o sentimento de indignação gerado pela descoberta de escândalos na Prefeitura de Maringá³. Mas, ninguém sabia como:

Começamos a mostrar para a sociedade que os bens públicos não são de um prefeito, vereador ou dos servidores em geral. Eles pertencem à própria comunidade. Além disso, nós é que pagamos os salários destas pessoas. Fomos trabalhando inicialmente com a Educação Fiscal. Houve uma evolução e passamos a mostrar que o governo recolhe impostos e este dinheiro tem que ser revertido para a sociedade na forma de serviços de qualidade. Falamos então sobre a importância do tributo e dos impostos. É que existia a ideia geral de que essas contribuições eram negativas. Ora, impostos e tributos são benéficos já que são revertidos em serviços para o cidadão. A partir destes recolhimentos, o poder público investe em saúde, educação, transportes etc. O problema é que em boa parte das vezes os recursos são desviados ou mal administrados.

A provincial das Irmãs Murialdinas, Irmã Cecília Inês Ferrazza, foi presidente do Lar Escola da Criança, em Maringá, por muitos anos. A religiosa presidiu também a SER e acompanhou de perto as primeiras discussões para a criação do OSM. Ela lembra que a comunidade se uniu, “começou a conversar, a organizar pequenas ações de sensibilização diante da vontade de fazer a diferença”.

³ Maringá descobriu, em outubro de 2000, que durante vários anos os cofres municipais vinham sendo espoliados pela ação de Luis Antônio Paolicchi, secretário da Fazenda do Município em três gestões consecutivas. Na gestão 1997-2000, ficou comprovado que ele agia em conluio com o prefeito Jairo Gianoto e vários funcionários públicos. Paolicchi comandou um esquema de corrupção que desviou mais de R\$100 milhões. O crime aconteceu durante as gestões de Ricardo Barros (1989-1992), Said Ferreira (1993-1996) e Jairo Gianoto. Na conta deste último foram encontrados R\$ 1.885.945,60 desviados entre 1997 e 1999.

O professor Carlos Anselmo Corrêa lembra que durante a criação da SER já havia uma preocupação muito grande no que diz respeito a antecipar-se aos gastos do município para que não houvesse mais escândalos como aquele que acontecera na Prefeitura de Maringá:

Paralelamente o OSM cresceu dentro de uma entidade que tinha um objetivo maior, a SER. Esse objetivo era envolver toda a sociedade no sentido de mostrar que todo cidadão, desde aquele que está com o ofício do cargo público, a criança na escola, o professor, o empresário, o trabalhador, enfim, que todos têm um compromisso de responsabilidade. Este compromisso começou pelo conceito mais amplo que é da ética. Dentro deste escopo é que cresceu a ideia do OSM.

O professor e reitor da Unicesumar, Wilson de Matos Silva, frisa que o movimento para a transformação da realidade local de mau uso dos recursos públicos foi crescendo internamente entre os voluntários da SER, adquirindo posteriormente proporções maiores:

A ideia foi se propagando por meio do ‘boca a boca’. O movimento se tornou público, ganhou as ruas e as pessoas queriam saber como acontecia esta mudança. Novos voluntários foram chegando, cada um fazendo um pouco. Era esse o segredo.

O delegado da Receita Federal na época do movimento, Decio Rui Pialassi, diz que chegou um momento em que os voluntários trabalhavam bem na parte de sensibilização, mas que não havia ações efetivas em relação ao controle social. “Começamos a discutir o que fazer. Foi quando nasceu o Observatório Social de Maringá”.

O advogado e representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ricardo Costa Bruno, também voluntário, complementa que, em pouco tempo, o OSM ganhou um contexto nacional de representatividade e tornou-se um exemplo para outras cidades. “As pessoas sentiram que poderiam fiscalizar as prefeituras, câmaras de vereadores, entre outros órgãos públicos”, enumera.

Marcílio Hubner de Miranda Neto, graduado em Enfermagem e Obstetrícia, doutor em Ciências e professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), ressalta que a criação do OSM deu uma força moral grande para o trabalho de educação fiscal. “Com as ações de conscientização sobre cidadania fiscal, a gente lançava a sementinha da esperança porque ainda não existia o controle social”, diz.

Outro representante da universidade na SER foi Celso Ivan Conejero, professor de Anatomia Humana desde 1991, biólogo formado pela UEM e doutor em Anatomia. Para ele o controle social é um grande reforço na luta contra os problemas da sociedade. “Entendo que a maneira pela qual o OSM atua deixa uma importante contribuição para a sociedade e um grande estímulo para que os cidadãos se envolvam nesse processo de fiscalização”.

O consultor Sebastião Freitas atuou na organização do Observatório Social de Maringá que, segundo ele, deu voz aos contribuintes:

Quando a gente ouvia falar de desmandos nos órgãos públicos a frustração era grande porque não tínhamos o poder de intervir. Com o OSM passamos a ser ouvidos, a conseguir apontar onde estão os possíveis problemas e exigir soluções.

A voluntária e auditora da Receita Estadual, Rosa Fatima dos Santos, comenta que o trabalho desenvolvido pela SER entre 2003 e 2006 foi fundamental para o nascimento do OSM:

Estávamos há três anos fazendo eventos sobre a importância do controle social, chamando para o debate, a conscientização, uma vez que percebíamos que os órgãos de controle não estavam eficientes neste sentido. É o caso do Tribunal de Contas que não tem pessoal suficiente para fiscalizar os municípios, do poder legislativo que normalmente tem lobbys junto ao executivo e não fiscaliza os acordos políticos.

O professor aposentado Vicente Pedatella Netto é um dos fundadores da SER/OSM. Ele aponta que a CGU e os tribunais de contas ensinaram aos

voluntários a melhor forma de fiscalizar as ações do poder público. “Nossa ideia foi começar fiscalizando as licitações, que é onde tudo começa. É uma forma de cobrar mudanças antes que elas aconteçam. Os tribunais de contas, por exemplo, só olham depois do acontecido”, enfatiza.

O empresário Marco Tadeu Barbosa presidiu a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap) nas gestões 2017/2018 e 2019/2020. Ele também foi presidente da Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim, gestões 2012/2014 e 2014/2016) e é um entusiasta da SER/OSM. Segundo o dirigente, o órgão é fruto de uma cidade que privilegia os interesses coletivos:

A sociedade maringaense é diferenciada. Quando há necessidade ela puxa para si algumas responsabilidades semelhantes às executadas pelos poderes Legislativo, Executivo e até de um Tribunal de Contas. Nós fazemos isso muito bem, seja com o OSM, com o Conselho de Segurança (Conseg), Conselho de Desenvolvimento (Codem), ou Masterplan, entre outras iniciativas. Quando a sociedade puxa para si a responsabilidade que, em tese, seria do poder público, as coisas tendem a melhorar porque ela dá sua contribuição de forma voluntária, sem se preocupar com interesses políticos. É tudo feito privilegiando o cidadão.

O Sebrae foi um dos apoiadores da SER/OSM. O diretor técnico do órgão, Bruno Quick Lourenço de Lima, diz que o Observatório Social precisa ser um instrumento de toda sociedade no controle dos gastos públicos:

No estágio de desenvolvimento em que estamos existem organizações poderosas que elegem grupos políticos, usam órgãos do Estado para cercear a concorrência e quando a gente entra com controle social e com a cultura de comprar localmente, estamos quebrando estes nichos e cartéis.

A SER/OSM tem sua sede dentro da Associação Comercial e Empresarial de Maringá. O atual presidente, Michel Felippe Soares, frisa que o órgão tem uma atuação séria e independente e é fruto de uma sociedade que entende a importância da ética e que está acostumada

a gerir seu próprio destino:

O envolvimento da comunidade em ações que buscam o bem coletivo é histórico em Maringá. Temos um capital social que coloca o coletivo acima do individual e que prima pela busca do bem comum. Em se tratando de recursos públicos não poderia ser diferente. A sociedade civil organizada apoia a SER/OSM por meio das instituições formais e de pessoas físicas. E um grupo de voluntários disponibiliza seu tempo e conhecimento em prol de mais uma causa que é transformadora e que contribui para a manutenção do bem-estar e da qualidade de vida da população.

Outra instituição que deu grande apoio à SER/OSM é o Sindicato do Comércio de Maringá (Sivamar). O presidente Ali Wardani diz que é um defensor incondicional do órgão e que o mesmo realiza um trabalho exemplar e histórico:

Maringá sempre tem uma dívida de gratidão com as entidades e pessoas que apoiaram a criação da SER/OSM e dos voluntários que participam ativamente tanto no combate ao mau uso do dinheiro público como na conscientização da sociedade, mostrando que cada indivíduo pode e deve também fiscalizar os gastos públicos.

Nesta obra, contaremos mais detalhes sobre o surgimento da SER/OSM. Mas, antes, consideramos importante narrar em que contexto surgiu a necessidade de criação do órgão. Seu nascimento aconteceu após uma época de grande estagnação da economia local, seguida de escândalos de corrupção e união da sociedade civil para enfrentar os problemas.

Foi preciso que Maringá chegasse ao fundo do poço para que os cidadãos acordassem e chamassem para si a responsabilidade sobre o seu futuro.

Capítulo

2



Foto: Prefeitura de Maringá

Radiografia de uma cidade em movimento

O município de Maringá viveu um grande e transformador momento cívico entre meados da década de 1990 e 2005 que culminou com a criação de diversos organismos geridos pela sociedade civil. A comunidade entendeu que não deveria viver à margem da política e, sim, se organizar de uma forma sistematizada para decidir o seu destino e alcançar o desenvolvimento sustentável, independente de partidos e gestores públicos.

É preciso entender o processo histórico que levou a este grande movimento. O Brasil viveu um momento ambíguo nos anos 1980. Se, por um lado, o período foi considerado como a “década perdida” (1980), por outro foi restabelecida a democracia, com eleições diretas após 21 anos de ditadura militar.

A chamada “década perdida” foi cunhada não só no Brasil, mas em toda América Latina, devido às baixas taxas de crescimento do PIB, aceleração da inflação, e queda na produção industrial, no poder de compra dos salários

e no nível de emprego, entre outros índices negativos⁴. Porém, em Maringá, os anos 1980 foram mais amenos.

A cidade alcançou forte incremento demográfico naquela década, passando de 168.239 habitantes, em 1980, para 240.292, de acordo com o Censo de 1991. Esse crescimento beneficiou o comércio, a indústria e a prestação de serviços. O número de imóveis urbanos, por exemplo, subiu de 35.794 em 1979 para 61.852 dez anos depois⁵.

A própria agroindústria, carro-chefe da economia local, alcançou um desenvolvimento expressivo na época com a mecanização das atividades agrícolas, a substituição definitiva do café por lavouras anuais e a instalação da indústria beneficiadora de soja.

Nos anos 1980, a Prefeitura investiu muito na infraestrutura da cidade, construindo obras de saneamento básico, galerias pluviais, pavimentação de ruas, abrindo e reformando estradas rurais, erguendo escolas, creches, centros esportivos, entre outras benfeitorias. A cidade começava também a sonhar e a projetar o chamado Novo Centro, uma grande área ocupada pela estação e pátio ferroviários.

Em 1985, o escritório do arquiteto Oscar Niemeyer entregou à Prefeitura um projeto moderno e arrojado denominado Ágora que deveria ser implantado com a retirada da linha férrea do centro da cidade. Devido a diversos problemas, que o leitor poderá conferir em livros sobre a história da cidade,

⁴ Revista Eletrônica Desafios do Desenvolvimento – IPEA - 2012. Ano 9. Edição 72 - 15/06/2012.

⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Plano local de habitação de interesse social – PLHIS – Maringá: 2010, p. 143.

o projeto sumiu do mapa⁶. Mas, o que importa aqui é entender que Maringá vivia um momento de grande entusiasmo com seu futuro.

Em 1987 a cidade ganhava o atual prédio do Paço Municipal, outra obra arrojada para a época. Também naquele período, era concebido em Maringá o complexo da Vila Olímpica, com o Estádio Regional Willie Davids, Ginásio de Esportes Chico Netto, Ginásio Waldir Pinheiro e Central de Merendas (estes dois últimos equipamentos seriam inaugurados anos depois).

No campo da educação superior, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), fundada em 1969, se consolidava como polo de ensino e cultura, ganhando cada vez mais novos cursos e formando profissionais que contribuíam para o desenvolvimento local. Na área cultural, a cidade abrigava grandes shows de expressão nacional.

Estagnação econômica

A pujança de Maringá não resistiria ilesa por muito tempo aos percalços da economia nacional. Os seguidos planos econômicos dos governos José Sarney (1985-1989) e Fernando Collor de Melo (1990-1992) foram danosos para as empresas e se refletiram em todo o país. O resultado foi uma recessão econômica impulsionada por altas taxas de juros e inflação elevada.

Além disso, o modelo de desenvolvimento regional baseado em uma atividade agroindustrial dependente do setor primário exportador se mostrava esgotado. Para piorar o governo Collor abriu a economia e reduziu as tarifas de importação. Essa combinação deixou clara “a falta de competitividade da

⁶ O Projeto Ágora previa que a maior parte da área por onde passavam os trilhos da ferrovia dentro de Maringá seria pública. A ideia foi abandonada sob o argumento de que não havia recursos para viabilizá-la. O espaço foi loteado para permitir que a Prefeitura realizasse as obras de construção de um túnel de 1.680 metros de extensão por onde passam os trilhos da linha férrea. O projeto reformulado foi denominado Novo Centro.

economia local e regional frente a concorrência internacional”⁷.

Em 1992 a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim) e o Sebrae fizeram uma radiografia que mostrou queda de aproximadamente 50% na atividade econômica da cidade.

Das quase 10 mil empresas cadastradas na Prefeitura, somente 4.600 estavam ativas. Dessas, 480 eram indústrias, enquanto o restante representava o comércio e a prestação de serviços. Naquele ano, a Junta Comercial previa uma redução de 25% na abertura de empresas em relação a 1991 (1.584 contra 2.116)⁸.

O número de desempregados cadastrados na Agência do Trabalhador chegou a 4.933 pessoas. A Receita Estadual projetou uma queda na arrecadação de 28% para 1992 em comparação ao ano anterior.

Maringá perdeu grandes indústrias, principalmente processadoras de trigo e algodão, que fecharam as portas. Diante da forte concorrência argentina e uruguaia, também houve queda na produção de carne e encerramento da produção de leite e derivados. Outro setor fortemente atingido pela crise foi o de confecções, afetado negativamente pela âncora cambial do Plano Real. Como consequência houve o fechamento de 106 empresas entre 1995 e 1996 e a perda de 4.636 empregos.

Essa crise no setor produtivo foi acompanhada por dois fatores que contribuíram para a redução da circulação de capital em Maringá. As cidades da região, ainda mais empobrecidas, atraíram muitas empresas maringaenses com incentivos fiscais. Além disso, investidores locais passaram a adquirir imóveis em outros estados como Mato Grosso, Mato

⁷ <http://codem.org.br/institucional>. Acesso em: 17.6.2018.

⁸ SILVA, Wilson de Matos. DE PAULA, Antonio Roberto. GOMES, Dirceu Herrero. SILVA, Miguel Fernando Perez. RECCO, Rogério. Maringá 70 anos – Volume II. Maringá:Siner-gia, 2018.

Grosso do Sul e Rondônia.

Outra queda vertiginosa foi verificada no recolhimento de ICMS. Em 1980 a arrecadação do imposto foi de aproximadamente R\$ 61,5 milhões. Em 1994 esse número baixou para R\$ 42,5 milhões o que reduziu em muito a capacidade de investimento do município.

Ao mesmo tempo em que a economia piorava, nos bastidores havia a disputa pelo poder por parte de grupos políticos. Mais que isso, quando um grupo não estava no poder, trabalhava contra aquele que ocupava a Prefeitura municipal. Muitas obras foram paralisadas e verbas públicas deixavam de chegar.

Essa disputa política e a crise econômica generalizada chamaram a atenção da sociedade civil. Preocupados com o futuro, os empresários patrocinaram pesquisas sobre o desenvolvimento da cidade. A conclusão foi de que a economia estava estagnada e não havia perspectivas de melhora em curto e médio prazos.

Lideranças empresariais ligadas principalmente à Associação Comercial e à Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), começaram a discutir formas de alterar a tendência de crise. Além de saídas para atuar diretamente na recuperação das empresas, outra questão muito debatida foi a guerra entre os dois grupos políticos.

As duas entidades empresariais concluíram que era preciso discutir a situação com todos os segmentos da sociedade desde instituições religiosas, associações de bairros, sindicatos empresariais e de trabalhadores, Sebrae, clubes de serviço e cooperativas, entre outras entidades. Começava assim, em 1996, o Movimento Repensando Maringá.

As lideranças tiveram o cuidado de realizar as ações de forma silenciosa, sem divulgação dos encontros e debates pelos veículos de comunicação. Era um ano eleitoral e essa estratégia visava, principalmente, evitar que políticos

pegassem carona nas ações e tentassem vincular seus nomes ao movimento para ganhar votos.

É muito provável que os participantes do Repensando Maringá, ao iniciar os debates, não imaginaram que a iniciativa representaria um rompimento definitivo com a inércia que tomara conta da sociedade nos últimos anos. Em outros momentos de sua história a sociedade de Maringá já se posicionara, buscando o que entendia ser o melhor para a cidade.

Em 1960, por exemplo, a sede da Acim transformou-se praticamente em um comitê eleitoral da campanha do promotor de Justiça João Paulino Vieira Filho, que naquele ano seria eleito prefeito da cidade. Na época a associação estava descontente com as duas primeiras gestões municipais e entendia que era preciso eleger um político com condições de levar a cidade ao desenvolvimento.

Mas, desta vez, nos anos 1990, a associação se uniu a toda a sociedade para discutir uma solução perene e que tivesse representatividade para influenciar para sempre no destino da cidade. E esta solução foi apresentada na forma de um conselho que teria o objetivo de “elaborar propostas e sugestões que poderão eventualmente ultrapassar em muito o mandato de um determinado prefeito, mas que serão acompanhadas e executadas como um projeto da sociedade”⁹.

Por proposição do movimento, a Câmara Municipal votou e o prefeito Said Ferreira sancionou a Lei Municipal 4275/96 que criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem).

O Codem, constituído por entidades representativas dos diversos segmentos organizados da sociedade, tem caráter deliberativo e consultivo

⁹ Documento Repensando Maringá, elaborado em 1997 pela Acim e Coordenadoria Regional da Fiep, propondo à Câmara Municipal a criação do Codem, entre outras ações visando a retomada do desenvolvimento da cidade.

e sua finalidade é propor e fazer executar políticas de desenvolvimento econômico. Sua estrutura conta com uma mesa diretora, plenário e câmaras técnicas setoriais.

Os maringaenses perceberam que a mecânica do crescimento econômico e da justiça social se baseia no desenvolvimento do capital humano e tecnológico e que leva à acumulação do capital físico. E passou a trabalhar nesta lógica que as instituições públicas não conseguiram perceber ou não tiveram competência para colocar em prática.

O professor Fernando de Holanda Barbosa, doutor em Economia pela Universidade de Chicago, alerta que a origem do fracasso de muitos países pobres está na incapacidade de construção de instituições que promovem o desenvolvimento econômico e social. Para alcançar o crescimento sustentável, as nações precisam de instituições que adotem políticas inclusivas:

As instituições políticas inclusivas são baseadas no pluralismo, produzem o império da lei, princípio segundo o qual as leis devem ser aplicadas igualmente para todo mundo. Essas instituições políticas geram instituições econômicas com os incentivos apropriados para o investimento em capital físico, a formação do capital humano e a inovação tecnológica que levam à prosperidade, e, portanto, ao aumento do bem-estar material da população¹⁰.

Em Maringá, toda a sociedade foi ouvida para criar uma instituição que realmente levasse a cidade ao desenvolvimento sustentável. Pouco antes da criação do Codem, as lideranças que participavam do Movimento Repensando Maringá realizaram um workshop de Diretrizes Estratégicas.

O encontro, realizado em 11 de setembro de 1996, sonhou com a cidade ideal para 2020 e indicou ações que deveriam ser viabilizadas para que os objetivos fossem alcançados.

¹⁰ Artigo escrito por Fernando de Holanda Barbosa, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, na revista Conjuntura Econômica de maio de 2012.

Posteriormente este estudo foi sendo renovado, sempre tendo suas diretrizes respeitadas pelo poder público. A maioria das orientações daquele encontro seria abarcada pelo Codem em suas diretrizes.

Por exemplo, entre as diretrizes estava necessidade de um Banco Municipal de Fomento. Podemos afirmar que a criação de uma cooperativa de crédito, inaugurada em 29 de novembro de 1999, é fruto desta diretriz. A cooperativa, hoje Sicoob Metropolitano, contava, em setembro de 2019, com mais de 59.720 cooperados, R\$ 108 milhões em capital social, 497 colaboradores e 46 agências nos estados do Paraná e São Paulo, além de um ponto de atendimento digital.

Os participantes do movimento sonharam que Maringá se transformaria em um centro de excelência na formação de recursos humanos. Na época, havia apenas duas instituições de ensino superior locais, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e o Cesumar (Centro Universitário de Maringá, atual Unicesumar).

Ao longo dos anos, a cidade ganhou instituições como o Centro Universitário Uningá, o Centro Universitário Cidade Verde, a Faculdade Maringá, o Centro Universitário Metropolitano de Maringá (Unifamma), a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Faculdade de Engenharia e Inovação Técnico Profissional (Feitep).

De acordo com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem), em 2019 a cidade possuía mais de 43 mil acadêmicos. Um dos cursos que mais geram divisas econômicas para o município, o de Medicina, recebe mais de 400 estudantes nas universidades UEM, Unicesumar e Uningá.

Segurança, justiça social e ética

Paralelamente ao Codem, os principais líderes das instituições privadas de Maringá começaram a se reunir pontualmente para debater determinados

problemas da comunidade. Destas reuniões nasceu o Fórum de Líderes, órgão informal, porém com reuniões periódicas, que passou a debater temas que contribuiriam para o desenvolvimento econômico e sustentável da cidade.

Uma das maiores ações do fórum foi debater a formalização do Conselho Comunitário de Segurança de Maringá (Conseg). O órgão existia desde a década de 1980, tendo sido o primeiro do gênero criado no país. Em 2001, o Município editou uma lei prevendo a criação de um conselho de segurança formal com participação de representantes das entidades da sociedade civil e das polícias civil e militar.

Coube ao Fórum de Líderes, em 2002, trabalhar para que a lei fosse atendida e o Conselho de Segurança pudesse ser formalizado. Além de elaborar um Plano de Segurança Pública, o Conseg também busca recursos para investir na melhoria das condições de dignidade dos policiais civis e militares e contribuir para o aparelhamento das polícias.

O Conseg é um elo entre a comunidade, forças de segurança e dirigentes do poder público. É composto por pessoas da sociedade civil organizada que se reúnem com os órgãos policiais para discutir e analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais.

A responsabilidade e a justiça social eram outras preocupações dos maringaenses que participaram do movimento Repensando Maringá e formaram o Codem. Em 2002, 25% das famílias locais tinham renda inferior a U\$130. A cidade apresentava ainda problemas comuns às regiões metropolitanas, como níveis preocupantes de consumo de drogas, crianças e adolescentes nas ruas, falta de moradia e baixa qualificação profissional.

Para buscar soluções diante dos problemas sociais, a Acim criou, em 2002, a Fundacim, nome fantasia do Instituto de Responsabilidade Social

de Maringá (atual Instituto Brasileiro de Gestão Socioambiental). O objetivo foi conscientizar os empresários sobre a importância de investir em ações sociais, promover a integração das entidades do terceiro setor, incentivar o voluntariado e atuar na profissionalização destas instituições.

Com o passar dos anos a Fundacim começou a atuar como agente de desenvolvimento socioeconômico, trabalhando pela inclusão social das pessoas de baixa renda e marginalizadas e por meio da sensibilização e orientação a empresários, profissionais e entidades do terceiro setor. As empresas recebiam assessoria quanto à destinação de investimentos sociais e benefícios fiscais previstos em lei.

Outra iniciativa, já comentada nesta obra, nasceu em 2003, quando um grupo de maringaenses preocupados com a crise de valores da sociedade começou a se reunir para buscar formas de combater o individualismo e estimular a população a pensar e agir coletivamente e a defender seus direitos. Naquele ano, o grupo realizou um seminário de educação fiscal para professores e profissionais da área, além de ações sociais no conjunto Santa Felicidade, um dos mais carentes de Maringá.

Com o sucesso das ações e a evolução das discussões, o grupo decidiu formalizar uma entidade que pudesse trabalhar perenemente. Assim, foi criada a Sociedade Eticamente Responsável (SER), que tinha entre seus objetivos o resgate dos valores da sociedade e no início passou a estimular o trabalho voluntário para desenvolvimento de projetos voltados à responsabilidade social, educação ambiental, fiscal, cuidados no trânsito, esportes, cultura e civismo.

Turismo, TI, moda e cultura

Entre as diretrizes do Codem existia a preocupação com a realização de ações visando incrementar o turismo de eventos em Maringá. Fruto destas

discussões foi criado em 25 de junho de 2003 o Maringá Convention & Visitors Bureau. Em 15 anos, a organização apoiou a realização e/ou captação de mais de 1.200 eventos, atendeu cerca de 300 deles em rodadas de negócios e cadastrou aproximadamente 10 mil ações em sua agenda oficial.

Desde o final dos anos 1990 os maringaenses entendiam que era preciso transformar a cidade em um grande polo de software. E o setor atingiu seu objetivo principalmente pela ação do Arranjo Produtivo Local (APL) de Software criado pelo Sebrae em 2006 e da associação de empresas de software, a Software by Maringá (SbM), que surgiu em 2007.

A SbM tem o objetivo de realizar atividades de apoio, desenvolvimento, promoção e fomento para o mercado de tecnologia e inovação de Maringá oferecendo suporte e orientação local às empresas de software e serviços de TI. Esse trabalho se dá por meio de ações voltadas para as empresas de software e seus trabalhadores como promoção de estudos e pesquisas de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimento técnico e científico.

A transformação de Maringá em um centro criador de moda foi outra das diretrizes conquistadas. Com apoio da Associação Comercial, Sebrae, Fiep e do Sindicato da Indústria do Vestuário local (Sindvest) a cidade realizou inúmeras feiras e workshops, incentivou o *benchmarking* e a participação dos empresários do setor em eventos nos grandes centros e no exterior e foram criados cursos de graduação de engenharia têxtil e moda.

Com o desenvolvimento do setor foram fundados vários shoppings de atacado de confecções como Feira Vest Mercosul, Vest Sul, Avenida Fashion, Maringá Vest, Portal da Moda, Pérola Park, além da BandFashion, a maior loja de moda de atacado do país. São empreendimentos que passaram a atrair compradores de todo Brasil. Nem todos sobreviveram, mas o setor continuou fortalecido.

Outra diretriz do Codem foi “desenvolvimento de atividades culturais” atendida com a criação em 2011 do Instituto Cultural Ingá (ICI) que atua como agência de fomento e incentivo à cultura regional. O ICI tem o apoio de quase vinte entidades de classe que cedem voluntários para contribuir com o órgão:

Instalado na sede da Acim, o ICI proporciona capacitações técnicas para o mercado cultural local/regional, com o objetivo de oxigenar/profissionalizar ideias e viabilizar projetos junto aos potenciais patrocinadores. Aproxima empresas e empresários por meio de palestras e reuniões periódicas visando consolidar a Economia da Cultura – tanto com o patrocínio via Renúncia Fiscal quanto por meio de patrocínio direto¹¹.

Em 2018, o instituto captou via Lei de Incentivo à Cultura (Lei Federal nº 8.313/91) a quantia de R\$ 1.540.595,00 para dezenas de projetos. Mais de 70 mil pessoas foram impactadas diretamente somente em 2018 com as ações culturais apoiadas ou produzidas pelo ICI. Em 2017 Maringá foi a segunda cidade do Paraná em captação de recursos. Aproximadamente 75% dos valores foram levantados por meio de ações do ICI.

De 2011 a 2018 foram 108 projetos apoiados diretamente com a captação total de R\$ 6.725.350 por meio da Lei de Incentivo e R\$ 1.090.000 captados por via direta.

Cidade-modelo

A união da sociedade, a criação de diversas instituições e os resultados alcançados transformaram Maringá em uma cidade-modelo. Representantes de prefeituras, associações comerciais, sindicatos, cooperativas de crédito, câmaras municipais, entre outros órgãos de todo país, passaram a visitar o município em busca de subsídios para importar os exemplos que deram certo.

¹¹ <http://institutoculturalinga.com.br/sobre-o-ici>. Acesso em: 8/9/2019.

A Acim, por seu destaque nacional, foi o órgão que centralizou as visitas e criou uma apresentação padrão para atender a demanda nacional. Durante um dia inteiro, voluntários e executivos da associação, do Codem, Sicoob, Conselho de Segurança, Fundacim, Programa de Complementação Educacional (Proe)¹², Instituto Mercosul, SER, e Instituto para o Desenvolvimento Regional (IDR) se revezam apresentando aos visitantes as respectivas instituições que representam.

Dependendo do interesse específico, a apresentações, que ainda hoje são realizadas, podem ser feitas em um ou dois dias com a inclusão de encontros técnicos em outros locais onde há desdobramento das ações destas entidades.

A Acim calcula que mais de mil cidades assistiram as apresentações e centenas delas reproduziram projetos desenvolvidos em Maringá, como Sicoob, Proe, Fundacim, Codem, Conselho de Segurança, SER, Observatório Social, entre outros. Fruto destes projetos, Maringá conquistou vários prêmios.

Em 2002, o case da Fundacim recebeu o prêmio Top Social da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). Em 2003, a Acim foi considerada pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) a melhor associação do país pelo case do Proe.

Os direitos de uso de vários projetos desenvolvidos em Maringá foram doados tanto para a CACB quanto para a Federação das Associações Comerciais do Paraná (Faciap) para que pudessem ser replicados com grande sucesso em entidades congêneres do país.

Ciclo virtuoso

Por meio do Codem, foi formado em Maringá um ciclo virtuoso. Os

¹² O Proe foi criado na Acim para fazer a intermediação de estágio entre instituições de ensino, estudantes e empresas.

resultados alcançados pelo conselho estimularam a comunidade a acreditar que ela poderia interferir positivamente no seu futuro e não apenas esperar que as autoridades eleitas tomassem as decisões. Essa crença contribuiu para que mais e mais pessoas e instituições abraçassem causas comunitárias aproximando ainda mais os diversos atores da sociedade organizada.

Os representantes desta sociedade realmente organizada passaram a se sentar frequentemente, seja no plenário ou nas câmaras técnicas do Codem. Essa proximidade entre as lideranças amadureceu o nível das discussões, tornou a comunidade cada vez mais exigente, empoderada e gerou o início de novas discussões, antes inimagináveis.

As lideranças do município passaram a se conhecer melhor, a sentar nos mesmos fóruns e a discutir com mais frequência os problemas locais. Essa dinâmica permitiu a realização de ações em prol da cidade, a solucionar problemas e criar novos projetos. Nasceu dentro da comunidade uma expressão, “maringaísmo”, para designar este envolvimento e esta preocupação com Maringá e seu futuro, como explica o líder empresarial Jefferson Nogaroli:

O “maringaísmo” nada mais é que um sentimento de amor e compromisso com a cidade. Esta síndrome às vezes nos torna um pouco chatos porque quando recebemos um visitante insistimos que ele opine sobre a beleza de Maringá. Os inevitáveis elogios fazem bem aos nossos ouvidos. Este sentimento de amor, admiração e de comprometimento com Maringá permeia a sociedade organizada. Nosso tecido social transforma a cidade em um exemplo ímpar em que as instituições mantêm os caminhos traçados em nossa gênese e contribuem com o poder público na manutenção de um alto padrão de qualidade de vida. O maringaense é extremamente engajado com tudo aquilo que diz respeito a sua comunidade. Temos aqui aquela que é considerada uma das melhores associações comerciais do Brasil, a nossa Acim, e várias outras entidades de classe que são referência em nível nacional¹³.

Este contexto de “maringaísmo”, associado ao caso de corrupção na

¹³ Texto do prefácio feito pelo empresário Jefferson Nogaroli no livro “Maringá 70 anos”, volume 2.

Prefeitura de Maringá e mais as constantes notícias nacionais de desvios de dinheiro público propiciaram a criação da Sociedade Eticamente Responsável (SER) e, dentro desta, o Observatório Social de Maringá (OSM). A SER/OSM tem contribuído para a boa aplicação dos recursos públicos. O projeto do Observatório foi replicado em mais de 140 cidades de 16 estados brasileiros.

Capítulo 3

CAPÍTULOS ANOS DE SER

5 AÑOS DE SER | ICAP

Nasce a Sociedade Eticamente Responsável

SER

"A SER é uma instituição que
busca resgatar na sociedade
conceitos como a ética, a
responsabilidade, o respeito à lei,
azendo com que as coisas públicas
sejam geridas de forma adequada.
Dai a sua fundamental
importância"

Harry Pedro Thomas Member du Rotary Club
Macingu Lewis

"A SUDI determinouções sobre o seu direito ao bem comum, reconhecendo a prioridade dos bens comunitários e atuando fisicamente para restringir a exploração privada, inclusive a que é praticada por pessoas que não são proprietárias da terra. A SUDI também tem feito um importante trabalho de sensibilização e capacitação, tanto para os moradores quanto para os agentes de governo, visando a construção de um modelo melhor para a comunidade. Essa é uma demonstração de que é possível viver de maneira sustentável, respeitando o meio ambiente e a cultura local."

A MBR manteve contatos com a fundação de Bissel e a residência do munícipio. "Procedemos desmobilizamos agentes, auxiliadores, preparamos enunciados para o resgate da cidadania, e fizemos vários encontros com os que todo o fadão poder desmobilizar a partir de uma convocação pessoal e social", lembra o responsável pelo artigo da La Estimativa. Na Ciência de Maturidade permaneceu a mesma: "é a Cidade



Devolvendo à sua trajetória, o SAE sempre contou com a atuação de sua educação para mudar os rumos da cidade e, em particular, para que os jovens dessem um novo sentido à sua vida, a partir da especialização profissional e da inserção no mercado de trabalho. Fazendo parte da estrutura do SAE, o Centro Profissionalizante (CP) é uma unidade que atua nas áreas de formação, cultura, esporte e lazer, destinada ao atendimento das necessidades de qualificação profissional e de lazer da comunidade, com ênfase na realização de intercâmbios entre desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade, bem como na formação de novas gerações. Atualmente, o SAE é dividido em duas unidades administrativas: a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para ensino superior e os Núcleos de Desenvolvimento Social (NDS), que englobam projetos de extensão, capacitação e cultura. Na área de ensino superior, o SAE é responsável por 12 CEs, que são unidades administrativas que englobam a estruturação de cursos que possam atender ao público da periferia. Para a UEMA, o SAE é responsável por 10 faculdades que atendem a cerca de 10 mil estudantes.



performed more than 100

A reação da sociedade diante da corrupção

Desde o início do milênio, muitos maringaenses começaram a se preocuar com a boa aplicação dos recursos gerados com impostos e tributos públicos. Essa atenção se fundamentava principalmente em um escândalo que aconteceu na Prefeitura Municipal da cidade.

Maringá descobriu em outubro de 2000 que durante vários anos os cofres municipais vinham sendo espoliados pela ação de Luis Antônio Paolicchi, servidor público que em três gestões consecutivas foi secretário de Fazenda do Município. Na gestão 1997-2000, ficou comprovado que ele agia em conluio com o prefeito Jairo Gianoto e vários funcionários públicos.

Paolicchi comandou um esquema de corrupção que desviou dos cofres do município mais de R\$ 100 milhões. O crime aconteceu durante as gestões de Ricardo Barros (1989-1992), Said Ferreira (1993-1996) e Jairo Gianoto. Na conta deste último foram encontrados R\$ 1.885.945,60 desviados entre 1997 e 1999.

O escândalo veio à tona após a derrota de Jairo Gianoto nas urnas, em

2000. Ele tentava se reeleger prefeito, mas não chegou ao segundo turno¹⁴. As denúncias ganharam repercussão nacional sendo notícia nos principais jornais do país. Em 27 de outubro de 2000 a Folha de S. Paulo publicava reportagem informando que Jairo Gianoto havia solicitado à Câmara Municipal licença do cargo. Com isso, ele evitou ser afastado judicialmente. A reportagem da Folha, assinada pelo jornalista José Maschio, dizia que:

Do dinheiro comprovadamente desviado, R\$ 2,6 milhões foram depositados na conta do ex-secretário da Fazenda Luís Antônio Paolicchi; R\$ 549 mil, nas contas bancárias de Gianoto no Banco do Brasil e no Banestado [...] cheques nominais emitidos à Prefeitura de Maringá foram endossados e depositados nas contas de Gianoto no período que vai de outubro de 1997 a março de 1999.

Em 26 de janeiro de 2001, o portal BondeNews publicou reportagem especial assinada pela jornalista Maria Duarte (Folha do Paraná) sobre os desvios na Prefeitura de Maringá com o título “Rombo em Maringá deixa TC estarrecido”. Veja o conteúdo sobre a auditoria do Tribunal de Contas:

Auditoria financeira-contábil do TC apurou rombo de R\$ 46,9 milhões ou R\$ 54,352 milhões em valores corrigidos entre 1997 e julho de 2000 na Prefeitura. O número corresponde à gestão do ex-prefeito Jairo Gianoto (PSDB, hoje sem partido) e foi divulgado ontem por Iatauro (n.a: Rafael Iatauro, presidente do TC), que detalhou a forma como eram feitos os desvios. Segundo ele, a maior descoberta foi a disparidade entre o controle contábil e os extratos bancários.

O TC continua a auditoria nas contas de Maringá e já na segunda-feira (dia 29) começa a devassa, que inclui o período entre 1986 a 1996. Segundo o responsável pela auditoria, procurador Laerzio Chiesorin Júnior, já foi comprovado por auditoria privada o desvio de R\$ 4,2 milhões em 1996 (gestão Said Ferreira).

[...] O total desviado dos cofres públicos corresponde a 11,48% da receita orçamentária do município e 31,48% da arrecadação com tributos no mesmo período. Para se ter uma ideia somente durante 1998 o desvio diário - incluindo sábados, domingos e feriados - era de R\$ 44,9 mil.

Iatauro disse que o saldo de disponibilidade era sempre maior que o extrato bancário. “A emissão de cheques nominais era feita à própria Prefeitura e não em nome do credor. O secretário da Fazenda (Luís Antônio Paolicchi) em

¹⁴ As eleições foram vencidas por José Cláudio Pereira Neto (PT), que derrotou o candidato Dr. Batista (PTB) no segundo turno.

conjunto com o diretor da Contabilidade ou o chefe da Divisão de Finanças endossava os cheques, que viravam ao portador”, explicou. De acordo com ele, os valores eram supostamente depositados nas contas de fornecedores reais ou fictícios para o pagamento de bens e serviços injustificados.

[...] A equipe formada por cinco técnicos, liderada pelo procurador Laerzio Chiesorin Júnior, passou dois meses e meio debruçada sobre pilhas de cheques da Prefeitura e encontrou transferências intragovernamentais para entidades de administração indireta. As entidades (Urbanização de Maringá S/A, Serviço Autárquico de Obras e Pavimentação e Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá), entretanto, não confirmaram o ingresso dos recursos e os extratos bancários não comprovaram os créditos.

Também ocorreram despesas sem comprovação documental junto ao Banesstado, Famepar (Instituto de Assistência aos Municípios do Paraná) e folha de pagamento do município. Houve ainda um débito irregular de desapropriação em sentença judicial de cerca de R\$ 605 mil.

Segundo Chiesorin, parte do dinheiro foi para a conta bancária de Pao-licchi e Gianoto através de um “laranja”. “Não temos como saber para onde foi todo o dinheiro. Isso cabe ao Ministério Público investigar” disse Iatauro. De acordo com ele, os responsáveis podem ter seus direitos políticos cassados, os bens indisponíveis, serem obrigados a resarcir os cofres públicos ou até serem presos.

Iatauro sugeriu ao prefeito José Cláudio Pereira Neto (PT) que não realize a auditoria financeira e se concentre em auditar documentos.

Com a descoberta dos escândalos e com os problemas ocasionados na Prefeitura Municipal e, consequentemente, para os cidadãos, uma luz vermelha acendeu. Assim, ao mesmo tempo, em locais diferentes, pessoas e grupos passaram a discutir e buscar saídas para encontrar uma forma de frear a possibilidade de desvios e mau uso do dinheiro público.

Um país preocupado com a educação fiscal

A corrupção e o mau uso do dinheiro público não eram problemas isolados de Maringá. No início deste milênio, em vários lugares ao mesmo tempo, na cidade e no país, havia pessoas indignadas e inconformadas com os frequentes casos de corrupção e discutindo como evitar desvios e a má aplicação dos recursos públicos. Instituições como a própria Receita Federal, Igreja Católica, federações e associações comerciais, entre outras, começaram a se preocupar com a Educação Fiscal dos contribuintes.

Na época, o ambiente jurídico começava a ser favorável à transparência

da utilização dos recursos públicos e prestação de contas, além da conscientização dos órgãos governamentais sobre a importância da formação da cidadania.

Em âmbito nacional foi criado o documento base do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF)¹⁵. Ele define Educação Fiscal como um “processo educativo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando e propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado”.

Posteriormente, novas ações foram desencadeadas e foi havendo uma evolução gradual nas discussões e ações visando a educação fiscal até que em maio de 1996 o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) criou um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar um programa de consciência tributária para despertar a prática da cidadania.

Em 1998 o GT passa a ter como objetivos “promover e coordenar as ações necessárias à elaboração e à implantação de um programa nacional permanente de educação tributária”. Em 1999, o Confaz passa a ser denominado como Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, que “busca o entendimento, pelo cidadão, da função socioeconômica dos tributos, dos aspectos relativos à administração dos recursos públicos e do controle social, estimulando a participação popular”.

Paralelamente à evolução deste processo de educação fiscal, a Constituição Federal de 1988 passava a garantir o direito ao acesso às informações públicas e de elaborar petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra a ilegalidade ou abuso de poder.

¹⁵ Programa elaborado pela Escola de Administração Fazendária – ESAF, e pela Gerência do Programa de Educação Fiscal – PNEF. Leia o documento na íntegra em http://educacaofiscal.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/DOC-BASE-PNEF-2017_revisado2.pdf.

A Carta Magna deu mais transparência à administração pública, preven- do a publicação dos atos praticados pelos administradores, o que se tornou lei em 2000. Além do acesso à informação, as pessoas também têm direito de representação quanto à qualidade do serviço e à negligência e abuso no exercício de função pública.

A partir de 1988, os responsáveis pela administração dos recursos pú- blicos passaram a prestar contas dos seus atos e estes começaram a ser fiscalizados pelo Congresso Nacional com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em outra frente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também evoluiu e passou a definir como objetivo do ensino fun- damental a formação básica do cidadão, estabelecendo que o ensino mé- dio teria como finalidade, entre outras, a preparação para o trabalho e a cidadania do educando.

Nesse contexto tem início um trabalho de educação para a cidadania fiscal que começou a conscientizar professores e alunos das escolas pú- blicas sobre a arrecadação pública. Depois, a LDB ganhou amplitude e passou a dedicar-se a todos os níveis de ensino e a outros segmentos da sociedade.

Em 1999 o Paraná aderiu ao Programa Nacional de Educação Fiscal por meio do Grupo Educação Fiscal (Gefe-PR), representado pela Se- cretaria de Estado da Fazenda, Receita Estadual do Paraná, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior. E contava com órgãos parceiros: Centro de Treinamento Regional da Escola de Administração Fazendária no Paraná, Superinten- dência Regional da Receita Federal na 9.^a Região Fiscal e Delegacia da Receita Federal em Curitiba. Segundo o Portal da Secretaria de Educação do Paraná:

O Programa de Educação Fiscal do Paraná tem como objetivo geral estimular a mudança de valores e de atitudes, propiciar o pleno exercício da cidadania e contribuir para o aprimoramento da sociedade. Os objetivos específicos, em consonância com o Programa Nacional, são: levar o cidadão a refletir para a função socioeconômica do tributo; levar conhecimento aos cidadãos sobre administração pública; incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos; criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão. A partir da adesão do Paraná ao PNEF, ocorreram várias ações pontuais dirigidas a professores de escolas particulares e das redes estadual e municipal, além de administradores municipais (prefeitos e secretários) e estudantes de universidades públicas e particulares¹⁶.

Outra importante ferramenta é o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) criado em 1992 e que passou a difundir estudos e serviços orientados a modernas técnicas de planejamento tributário. O site do IBPT explica assim as ações realizadas pelo órgão:

O IBPT se dedica ao estudo do complexo sistema tributário no país, sendo reconhecido pela adoção de uma linguagem clara e precisa à sociedade sobre a realidade tributária brasileira. O IBPT também lançou bases e fundamentos para viabilizar a lógica da transparência fiscal, promovendo conscientização tributária no entendimento sobre um Estado eficiente.

Antevendo novos rumos na sua atuação institucional, o IBPT lançou em 2004 o tema “Governança Tributária” como pauta no meio acadêmico e empresarial, promovendo iniciativas nesta última década que referenciam o IBPT como sinônimo de qualidade e excelência na elaboração de pesquisas de mercado e estudos tributários sob encomenda, nas análises feitas à sociedade sobre tributação e nos seus serviços prestados na seara do planejamento empresarial e setorial¹⁷.

Fundo do poço

As ações do Governo Federal, Receita Federal e Receitas estaduais voltadas à educação fiscal, à Lei de Transparência, entre outras iniciativas, passaram despercebidas em boa parte do país. Eram atitudes isoladas com

¹⁶ <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=119>. Acesso em: 24 de março de 2019.

¹⁷ <https://ibpt.com.br/pagina/1/sobre> - acesso em 4 de março de 2020.

ganhos segmentados. Muito pela cultura dos brasileiros, que não acreditavam em iniciativas que pudessem colocar fim à corrupção e à má gestão dos gastos públicos.

Em todo o país foi necessário que problemas gravíssimos acontecessem para que as comunidades pudessem discutir caminhos para evitar a corrupção e o mau uso do dinheiro público. Foi o caso de Ribeirão Bonito, no interior de São Paulo, município onde lideranças locais se uniram para buscar saídas para a deterioração da economia local e a corrupção e criaram a Amaribo.

Maringá precisou chegar ao fundo do poço para que as pessoas pudessem começar a se sentir responsáveis pelo acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, a questionar e a querer fiscalizar a aplicação dos mesmos. Até então a confusão entre os bens e interesses públicos e privados era comum. As relações clientelistas entre servidores públicos e iniciativa privada – que ainda existem de forma velada, mas acredita-se, em grau menor – passaram a ser vistas como um problema com possibilidade de punição.

As discussões sobre estas questões ligaram o radar de cada um e essa motivação fez com que, ao mesmo tempo, vários atores sociais buscassem soluções, seja em órgãos de fiscalização ou em iniciativas já existentes em outros locais. Essa busca não foi inicialmente de forma linear. A interação aconteceu aos poucos.

Fazendo uma analogia com o processo criativo, a movimentação dos vários atores em diferentes locais pode ser considerada como uma preparação para a criação de algo novo. Em Maringá a novidade foi a criação da Sociedade Eticamente Responsável (SER).

A entidade começou a ser gestada em agosto de 2003, quando um grupo de empresários, profissionais liberais, funcionários públicos e professores passou a se reunir para discutir saídas para a crise ética da sociedade, conforme lembra o então delegado da Receita Federal, Decio Pialarissi:

Nós tivemos uma reunião na Receita Federal em que participaram praticamente todas as lideranças da cidade, reitores da UEM e Unicesumar, representantes da Aciim, Rotary, Lions, Conselho de Segurança, enfim, muita gente. E começamos a discutir a necessidade de buscar um caminho para que os desvios não voltassem a ocorrer.

O empresário Ariovaldo Costa Paulo diz que a comunidade ficou informada e em estado de alerta após os escândalos de desvios de dinheiro na gestão Jairo Gianoto na Prefeitura de Maringá:

Como aquilo aconteceu diante dos nossos olhos? O secretário da Fazenda, Paolicchi, há muito tempo dava sinais de riqueza e todos desconfiavam de alguma coisa, mas ninguém fazia nada. Após a descoberta dos desvios de recursos públicos começamos a nos reunir e discutir formas de evitar que aquilo acontecesse no futuro. A primeira ação foi trabalhar a educação e a questão ética das pessoas e aí nasceu a SER.

A Irmã Cecília Ferrazza conta como o pequeno grupo preocupado com questões éticas e com a formação da cidadania se multiplicou:

Eu era do terceiro setor. Nos encontrávamos em um pequeno grupo e conversávamos sobre a necessidade de discutir a cidadania. O que podemos fazer? No início, ninguém sabia. Fomos conversando. Nossa primeira ação foi criar pequenas frases e distribuir para a população. E fomos conversando com as pessoas, convidando para que se juntassem a nós. Depois, conforme o grupo foi crescendo e se estruturando, fizemos seminários e encontros de conscientização envolvendo mais gente. Aos poucos fomos levando as pessoas a tomarem consciência de que um mundo diferente é possível.

O professor Marcílio Hubner de Miranda Neto participou de algumas reuniões iniciais do movimento:

O grupo não tinha ideia do que fazer, para onde ir. A única coisa que se sabia é que havia alguma coisa que incomodava muito a sociedade maringaense. E que era preciso mudar isto. A partir dos debates, surgiu a ideia de se criar um projeto em comum entre todas as instituições. Não necessariamente uma organização não governamental. Mas, um projeto. Se pensou em diversos nomes para este projeto, o que se queria, e chegou-se a denominação SER – Sociedade Eticamente Responsável.

O analista tributário da Receita Federal em Maringá, Marcos Luchianenkol, lembra que uma preocupação entre os participantes era de que a criação do órgão não fosse atribuída a uma pessoa ou entidade. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil naquele movimento, o advogado Ricardo Costa Bruno recorda que gostou das ideias discutidas desde o início:

Começamos a debater o que fazer em relação à corrupção que era muito grande no país e também em nossa na cidade. Maringá tinha vivido atos de corrupção que haviam ganho contornos nacionais e nossa finalidade era fazer um projeto que trouxesse algo para a sociedade. A regra era que não haveria um dono do projeto, fosse uma entidade ou pessoa. Teria que ser um coletivo, um grupo de representatividade. E aí surgiu a SER com projetos de educação, ações para a educação política e teatro, tudo voltado para a cidadania.

O reitor da Unicesumar Wilson de Matos Silva é um dos entusiastas da Sociedade Eticamente Responsável e do Observatório Social. Ele reafirma que a ideia inicial era mostrar a importância da ética:

A ideia era convencer a sociedade de que ela tinha que ser ética, falar a verdade, cumprimentar, ser gentil para com seu semelhante, estender a mão, atender melhor os clientes, os transeuntes, etc. Quanto mais avança a aproximação entre os povos no mundo mais distanciamento existe entre as pessoas. A riqueza da tecnologia é muito importante, mas tem levado tanta gente à depressão e ao suicídio como nunca na história da humanidade.

Nasce a SER

Foram meses de trabalho e de discussões até a decisão de se criar uma entidade que pudesse atuar no resgate dos valores da sociedade e na conscientização sobre a cidadania fiscal. Os voluntários conquistaram patrocinadores e novos integrantes, elaboraram um estatuto e, em 18 de fevereiro de 2004, durante Assembleia Geral realizada na Unicesumar, nascia a Sociedade Eticamente Responsável.

Naquela data foram eleitos os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A primeira presidente foi a diretora do Lar Escola da

Criança, Irmã Cecília Ferrazza. A religiosa dizia na época que a sociedade não podia mais permanecer apática e indiferente diante dos problemas do país.

Dois dias depois do registro a SER era lançada oficialmente em solenidade realizada no antigo Centro de Convenções do Aspen Park. Em seguida cerca de 80 integrantes da organização percorreram as principais ruas do centro da cidade distribuindo panfletos e adesivos divulgando a associação que nasceu para conscientizar a população sobre a importância de valorizar a ética e a cidadania.

Um dos materiais questionava:

Você se preocupa com: A violência no trânsito? A sonegação e corrupção? A falta de civismo e amor à Pátria? A agressão ao meio ambiente? A falta de ética? O vandalismo? A insegurança? E o que você tem feito para mudar esta situação?

A primeira reunião oficial da diretoria da SER foi realizada no dia 13 de maio de 2004. No encontro Cecília Ferrazza apresentou a recém-contratada gerente administrativa da instituição, Valdirene Aparecida Scodro Peixoto. A presidente frisou que a SER estava começando a ser reconhecida na cidade e pediu que cada vice-presidente elaborasse um relatório de suas atividades e ações.

Foram discutidas questões administrativas como o domínio da SER na internet (sermaringa.org.br), elaboração de home page da instituição, aquisição de computadores e aparelho de fax e formação de cadastro de voluntários, entre outros assuntos. Durante o encontro, o empresário Hiroaki Kimura apresentou um cheque simbólico no valor de R\$ 251.247,86, fruto do bazar beneficente proporcionado por doação de produtos apreendidos pela Receita Federal.

A comunidade empresarial e entidades também apoiaram as iniciativas

da SER desde o início. O Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Paraná (Sinepe/NOPR) bancou algumas despesas de distribuição dos cartazes nas escolas; a empresa local de transporte coletivo doou o espaço denominado “Buss Door” para divulgação das frases. Jornais e emissoras de rádio divulgaram as ações da nova entidade.

O movimento cresce

A distribuição de cartazes estimulando a ética e a cidadania foram muito bem recebidas pela comunidade. Por isso, a diretoria da SER decidiu ampliar o trabalho. Em maio a entidade confeccionou novos cartazes que foram encaminhados aos três mil associados da Associação Comercial e distribuídos nas escolas do município.

Em setembro de 2004 o movimento ganhou um reforço importante quando a SER aprovou o projeto da peça teatral “O Auto da Barca do Fisco: uma proposta de uso do teatro na Educação Fiscal”, de Marcílio Hubner. A entidade fez a doação de recursos necessários para aquisição dos materiais e equipamentos para cenografia e iluminação, figurinos e serviços.

Hubner apresentou em reunião da SER o projeto “Contribuições da Educação Fiscal para uma Sociedade Eticamente Responsável”. A iniciativa também recebeu parecer positivo e seria contemplada com verbas para sua realização. A instituição também decidiu apoiar financeiramente o projeto Mercado Social, da Fundacim.

De 14 a 16 de julho daquele ano a SER organizou a primeira edição do seminário sobre “O papel do prefeito e do vereador em uma sociedade eticamente responsável”. Os palestrantes foram Ilvo Débus e José Airton, ambos do Programa Interlegis, e Marcílio Hubner. O evento foi realizado com foco nos candidatos às câmaras municipais e prefeituras da região e também contou com participação de lideranças da comunidade, advogados, juízes,

parlamentares, professores e estudantes.

Um dos objetivos do programa Interlegis é trabalhar pela maior participação da população no processo legislativo. Ilvo Débus e José Airton esclareceram dúvidas e ajudaram os candidatos a entender melhor a função de um ocupante de cargo público.

O seminário também serviu para alertar a população sobre responsabilidades dentro da comunidade e a necessidade de substituir o conformismo e a omissão por ações consequentes e responsáveis. Foram abordados temas como ética na política, responsabilidade fiscal, direitos e deveres no exercício do mandato, entre outros.

Durante o seminário, Marcílio Hubner falou sobre Educação Fiscal e atentou para a importância do pagamento de tributos. Muitos problemas, segundo o professor, seriam resolvidos “educando políticos, educando crianças e adultos”. E finalizou com um apelo: “é preciso que todos participem das decisões de como gastar. É necessário expor as contas públicas para toda a população”.

Em setembro os voluntários da SER participaram de panfletagem no centro de Maringá com o objetivo de conscientizar o eleitor para o voto ético e responsável, além de distribuição de dicas para votar. Muitas pessoas não quiseram pegar os panfletos, pois estavam saturadas com tanta propaganda eleitoral. Mesmo assim, os resultados foram positivos e novas panfletagens seriam realizadas.

Para 2005, a SER determinou algumas diretrizes, entre elas:

Levar às associações de bairros palestras sobre orçamento público, função de prefeitos e vereadores; Incentivar os grêmios estudantis e continuar o trabalho voltado para conscientização de todo cidadão sobre a importância da participação na vida política e social da sua comunidade, discutindo, opinando e fiscalizando; Estimular a participação/apresentação dos grupos de dança, teatro e folia de reis nos bairros e distritos e realizar o evento “Maringá Canta, Dança, Representa Solidariedade”; Ampliar o trabalho de Educação Fiscal do Estado e com ongs de Maringá visando fortalecer as atitudes eticamente

responsáveis no tocante ao pagamento de tributos e sua correta aplicação pelos governantes; Realizar trabalhos de educação ambiental; Atuar com adolescentes e mulheres inseridas no programa de recuperação à drogadição da Casa de Nazaré; Desenvolver atividades esportivas e recreativas junto aos deficientes físicos e desenvolver projeto multiesportivo nos bairros.

Uma das primeiras ações da SER em 2005 foi o II Seminário “O papel do prefeito e do vereador numa sociedade eticamente responsável” realizado no dia 19 de fevereiro, no auditório da Receita Federal de Maringá. Participaram prefeitos, vereadores e secretários municipais de Maringá e da região, além de representantes de entidades, estudantes e a população em geral.

Quatro palestrantes abordaram temas relacionados à ética no exercício de cargos públicos e a participação do cidadão no controle dos gastos e investimentos públicos. Também houve apresentação da peça teatral “O auto da barca do fisco”.

Os palestrantes foram o juiz federal Anderson Furlan, que falou sobre Procedimento Legislativo; o delegado da Receita Federal Decio Pialarissi abordou o tema Cidadania Fiscal – O futuro para as prefeituras; Eduardo de Biaggi, chefe da Controladoria Geral da União no Paraná (CGU), discorreu sobre fiscalização dos gastos públicos; e o jornalista Sandro Dalpícolo, da RPC/Globo, falou sobre ética e qualidade de vida.

Entre tantos assuntos, chamou a atenção a informação dada pelo chefe da CGU no Paraná, Eduardo de Biaggi. Ele lembrou que o órgão fiscaliza a aplicação dos recursos federais pelo próprio governo e também a aplicação deste dinheiro por órgãos estaduais, municipais e até por particulares.

Segundo Biaggi a fiscalização era feita por sistema de sorteio. Em todo país, onde existem cerca de 5 mil municípios, eram sorteados apenas 420. No Paraná a fiscalização era feita, em média, em quatro municípios por mês. Decio Pialarissi também utilizava estes dados para conscientizar o público sobre a cidadania fiscal:

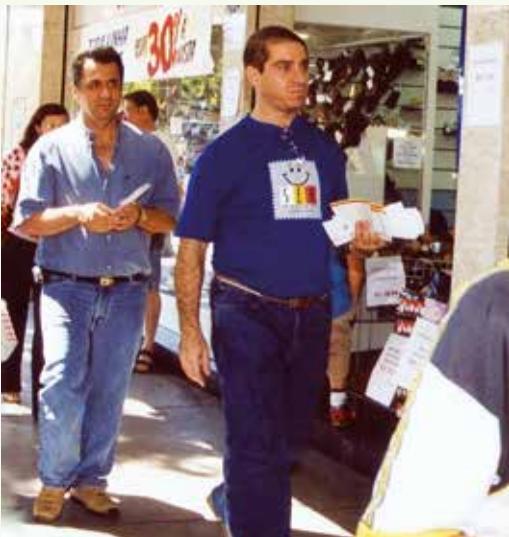
Eu fazia apresentações sobre a SER/OSM e falava sobre a Controladoria Geral da União. Me lembro que na época eu peguei os últimos quatro anos de atuação da CGU que fiscaliza os municípios no que concerne aos gastos federais. Em Maringá, ela não veio fazer auditoria de todas as despesas pagas, mas conferir apenas uma parcela dos gastos da saúde. E tem um agravante. É feito um rodízio na fiscalização dos municípios. Levando em conta que o Paraná tem 399 municípios, uma cidade que a CGU fiscalizou naquela época só seria fiscalizada novamente daí a 26 anos. Não é uma regra, mas uma possibilidade. E ela não pode fazer mais do que faz pelo baixo número de auditores que tem. Na própria Receita Federal nosso quadro era imensamente enxuto. Nós fiscalizamos muito menos do que o necessário. O Estado não é grande na parte de fiscalização.

A cidadania fiscal ganhou a adesão de muitas cidades do Paraná. Tanto que em setembro de 2005 foi realizado em Maringá o encontro “Capacitação dos disseminadores da cidadania fiscal”, promovido pela SER, com 253 participantes de 19 municípios no auditório da Receita Federal.

O encontro contou com cinco palestras e teve o objetivo de fornecer material e informações aos participantes para que se tornassem disseminadores da cidadania fiscal em suas comunidades.



Irmã Cecília, a primeira presidente da SER, durante lançamento da organização



Em 2004, empresários saem às ruas para divulgar o trabalho da SER. Na primeira foto, Carlos Anselmo Corrêa (na frente) e Ali Wardani; na segunda, Antonio Mascarenhas, Massao Tsukada e Ariovaldo Costa Paulo





Alunos fazem passeata divulgando a importância da Cidadania Fiscal



Terceira edição do Seminário de Educação Fiscal voltado para prefeitos e vereadores



Treinamento do TCU para os voluntários do OSM, em 2005



O Auto da Barca do Fisco

Há 15 anos, a peça O Auto da Barca do Fisco tem sido uma das ferramentas na conscientização sobre a corrupção e a necessidade do controle social

O texto da peça de teatro O Auto da Barca do Fisco foi escrito pelo professor Marcílio Hubner de Miranda Neto em 2004. Ele explica que a ideia nasceu em meio à fase de discussões e conscientização sobre cidadania fiscal:

Nós organizávamos algumas palestras técnicas e eu disse que elas eram muito chatas. Então, fui desafiado a fazer algo menos chato. E aí eu escrevi o Auto da Barca como uma forma mais lúdica de falar sobre a cidadania fiscal. Você pega o conjunto dos personagens e perceberá que há uma aula sobre o programa, os principais problemas sociais, corrupção e o controle social. Sobre aquilo que pode ser feito para que se possa realmente criar uma cultura tributária na sociedade.

Hubner apresentou a ideia da peça em reunião da SER e a mesma foi totalmente aprovada. O entusiasmo foi grande e muitos voluntários da ong se propuseram a atuar no espetáculo. A primeira apresentação foi em Paranaguá. Depois a peça passou por Guaíra e Londrina. Foram 8 apresentações antes de chegar a Maringá. A estreia foi no dia 19 de novembro de 2004 na Oficina de Teatro da UEM.

Segundo Hubner, a história é popular, lúdica e afetiva. Para ele, qualquer leigo que assista O Auto da Barca consegue fazer reflexões sobre o tema. Ele lembra que os voluntários chegaram a encenar outra peça, “A farsa do fiscal que se casou com a trambiqueira”.

A aceitação do Auto da Barca do Fisco foi tão boa que já foram realizadas mais de 300 apresentações em diferentes cidades e estados do Brasil. Também foram feitas adaptações para vários países latinos, que se basearam no texto de Marcílio Hubner e, a partir de cada contexto político local, apresentaram sua própria versão de enredo.



O site da Receita Federal¹ define assim a peça:

É um espetáculo que pretende, numa linguagem direta, estimular a reflexão sobre a cidadania no tocante a arrecadação de tributos e sua adequada aplicação para garantir serviços e bens públicos de qualidade. A peça foi inspirada no “Auto da Barca do Inferno” de Gil Vicente, peça de teatro medieval que criticava a conduta da sociedade europeia, que associou à sua prosperidade, a injustiça social e a busca de enriquecimento fácil, demonstrando muita semelhança entre o mundo medieval e o mundo atual. Foram adicionados ainda, elementos do teatro moderno tendo como fonte de inspiração “O Auto da Comadecida” de Ariano Suassuna.

O Auto da Barca do Fisco

Texto: Marcílio Hubner de Miranda Neto. Cenografia, Iluminação e Figurinos: Reinaldo de Castro Soriani. Direção: Reinaldo de Castro Soriani.

Elenco: Marcelo Henrique Galdioli (Lúcifer); Sônia Trannin de Mello (Rafaela, Arcanjo Miguel); Vera Lehman (Espanhola, Auditora, Prefeita boa, Desnutrido, Rafaela); Rosa Fatima dos Santos (Prefeito pirata e Prefeita boa); Marcos Luchianenkol (Auditor e Deputado); Roseni Gentilin Pintinha (Espanhola, Auditora, Desnutrido); Walmir dos Santos (Arcanjo Miguel); Paulina Croceta (Arcanjo Miguela); Marcia Marta Hoff (Desnutrido); Guilherme Cidrão de Castro (Lúcifer); Alice Milani (Desnutrido, Espanhola, Auditora e Rafaela); Helenton Cristhian Barrena (Auditor, Arcanjo Miguel); Enéias Ramos de Oliveira (Arcanjo Miguel, Bêbado); Isabel Ferreira da Silva Chagas (Rafaela, Espanhola, Auditora, Preguiçoso).²

¹ <http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/iiseminario/barca.pdf>. Acesso em: 25/3/2019.

² Informações do link http://www.mudi.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79:o-auto-da-barca-do-fisco&catid=51:o-auto-da-barca-do-fisco Acesso em 25/3/2019.



Capítulo

4

A sociedade assumindo o controle



ABRIVALDO COSTA PAULO MOSTRA O RESULTADO DOS TRABALHOS DO OBSERVATÓRIO SOCIAL

um nome para anunciar a Secretaria de Controle Interno, que tem como função controlar e auditar a administração municipal.

Todo o trabalho realizado pelo Observatório Social foi apresentado durante a solenidade de posse do novo secretário pelo presidente

início de conferir se os preços praticados pelas empresas eram mesmo os menores.

Quando ficaram os preços acima dos praticados no mercado, os voluntários sugeriram medidas para correção dos valores e, em al-

gumas das empresas, o encerramento das licitações.

Em uma licitação para a compra do material escolar, duas empresas que ofereceram os preços menores foram desclassificadas; porém conseguiram pequenos desafios previstos no edital. Nessas duas concorrentes, uma ainda era empresa que havia os preços em R\$ 1.179.855,00, enquanto uma das desclassificadas apresentou um valor bem menor: R\$ 71.300,20.

A assunção do Observatório Social foi determinante para a redução dos preços apresentados pela vencedora. Um exemplo: a empresa havia colado 100 folhas de papel sulfite, formulário A4, a R\$ 9,35.

Namessa ocasião, no balanço, as 100 folhas foram vendidas a um voluntário do Obser-

vatório a R\$ 2,60. Com a despesa completa compreendida, a Prefeitura calculou a totalidade, levando um prejuízo calculado em mais de R\$ 400 mil. A partir desse caso, o prefeito Silvio Barros solicitou oficialmente a ajuda do Observatório no acompanhamento das compras.

QUEM É O NOVO SECRETÁRIO?



ZANONI TÁVORA Foi indicado pelo Observatório Social para assumir a Secretaria

Zanoni Luiz Távora é formado em Direito pela Universidade Federal de Maringá (UFSC), pós-graduado em Língua Empresarial e com MBA em Gestão de Negócios. Já ocupou o cargo de gerente Administrativo, Jurídico e de Responsabilidade Social da Cocamar.

A Secretaria Municipal de Controle Interno foi criada em 15 de julho de 2005, pela Lei Complementar 561/2005. O administrador de empresas José Luiz Soárez foi o primeiro secretário. Ele implementou todos os processos de controle da secretaria.

dos como o atual, de instabilidade de preços e até de delações.

Ampliar a participação da sociedade organizada no controle da Prefeitura é a meta do prefeito Silvio Barros e da nova comissão diretiva geral: Zanoni Luiz Távora. O prefeito tem questão de resultados

O QUE É O OBSERVATÓRIO SOCIAL?

O Observatório Social nasceu pacientemente dentro ACTB, na gestão do ex-presidente Abraão Costa Paoli, colocando em prática um projeto de cidadania

O nascimento do OSM

No início de 2005 dirigentes da Sociedade Eticamente Responsável continuaram a promover ações e debates sobre a evolução da cidadania, voto responsável, a ética na política e o custo dos tributos. Foi criada uma apresentação padrão realizada em reuniões com diferentes segmentos da sociedade mostrando um panorama das notícias veiculadas nos principais veículos de comunicação do país sobre a corrupção e o mau uso do dinheiro público.

Os voluntários mostravam também a evolução da carga tributária brasileira, que era de 13,8% em 1947, saltou para 24,9% em 1969, subiu para 34,9% em 2003 e alcançou o patamar de 40% do PIB. O Brasil já era eficaz na arrecadação, mas péssimo na aplicação dos recursos. Para piorar, os desvios de dinheiro e a corrupção não eram punidos e as contas dos administradores públicos eram aprovadas.

O exemplo clássico de Maringá era apresentado, mostrando que mais de R\$ 100 milhões da receita municipal foram desviados sem que a Câmara

de Vereadores ou o Tribunal de Contas do Estado descobrissem. Os apresentadores finalizavam falando sobre a responsabilidade da sociedade para alterar aquela realidade.

Foi uma época de grande efervescência de ideias e, às vezes, era preciso dar um passo atrás. Um exemplo aconteceu em março de 2005 quando se programou uma ação para que todos os expositores da Exposição Feira Agropecuária e Comercial de Maringá (Expoingá) tivessem a etiqueta do Feirão do Imposto.

Mas, não foi possível sensibilizar os expositores porque todos temiam uma indisposição com a Receita Federal e porque não estava ainda muito claro para eles qual era a carga tributária que se pagava. A saída foi montar um estande no pavilhão coberto do Parque de Exposições para falar do Feirão do Imposto.

Naquela mesma edição da Expoingá a Acim realizou uma pesquisa com o público sobre educação fiscal. O resultado mostrou que 84% das pessoas estavam insatisfeitas com o valor dos impostos e tributos e 97% afirmaram que quem paga os tributos é toda sociedade. A iniciativa de se realizar o feirão foi aprovada por 92% dos entrevistados.

No editorial da Revista ACIM de junho daquele ano o presidente da associação lembrou que a arrecadação federal tivera um crescimento de 6% no primeiro quadrimestre daquele ano e falou sobre o movimento que buscava a boa aplicação dos recursos públicos:

[...] as diversas entidades que integram o movimento querem por meio de ações permanentes conscientizar o cidadão da necessidade de termos impostos justos e de que é preciso fiscalizar a aplicação do que é arrecadado. Somente com um acompanhamento sério por parte da sociedade conseguiremos evitar casos escandalosos de corrupção [...] vivemos um momento em que não podemos nos omitir. Somente com a participação, que traduz o verdadeiro sentido da palavra cidadania, é que poderemos mudar os rumos do nosso país.

Em entrevista publicada também em junho de 2005 na Revista ACIM, o empresário e presidente do Instituto Proe, Eduardo Araujo¹⁸, explicou que os brasileiros, além de pagar impostos elevados, ainda pagam pedágio, plano de saúde, escola, entre outros serviços. “Em países com carga tributária tão elevada, estes serviços são oferecidos sem custo e com qualidade pelo governo”, frisou.

Também na edição de julho daquele ano, a Revista ACIM publicou artigo de Decio Pialarissi. Ele abordou o tema “Cidadania Fiscal: consciência e ação”:

Os tributos têm uma função econômica e social muito importante. Pois, tão importante quanto a arrecadação é como o poder público vem aplicando – ou não – estes recursos que saíram dos nossos salários (diminuindo o padrão de vida de nossas famílias) ou de nossas empresas (enfraquecendo o investimento). Em uma sociedade semianalfabeta em cidadania fiscal é fácil elevar a carga tributária às alturas, já que não temos a exata noção de quanto pagamos. É fácil também desperdiçar o dinheiro público, seja pela corrupção ou pela incompetência gerencial, pois não sentimos que ele é nosso.

No artigo, Pialarissi cita as ações de cidadania fiscal e comenta que o movimento agiria em duas frentes:

Uma delas é fazer pensar, incentivando o debate destas questões [...]. A outra é fazer agir através da criação de grupos treinados para acompanhar as contas públicas municipais. [...] Vamos trabalhar a montante, ou seja, antes que ocorram os problemas, despertando a consciência da população sobre a questão fiscal e agindo no acompanhamento das contas públicas, utilizando a força da opinião pública, o maior temor dos desonestos.

¹⁸ Eduardo José Daibert de Araujo era um dos vice-presidentes da ACIM e articulou em 2004 a criação do Movimento pela Cidadania Fiscal, o MPCF, que teve o objetivo de despertar na população a consciência de que todos pagam imposto e que, por isso, têm direito a serviços de qualidade. O MPCF realizou várias ações em parceria com a SER e deixou de existir com a criação do Observatório Social de Maringá. Conforme Eduardo Araujo, a sigla MPCF fazia alusão à Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira, tributo criado pelo governo em 1997 e que perdurou até 2007.

Feirão do Imposto surge para conscientizar

No início deste milênio várias iniciativas passaram a ser realizadas em todo país visando conscientizar a população sobre a necessidade e importância da aplicação dos recursos públicos. Um projeto que contribui para que as pessoas visualizem o custo dos impostos e reflitam sobre eles é o Feirão do Imposto.

O feirão foi criado em dezembro de 2003 em Joinville, Santa Catarina, pelo Núcleo de Jovens Empresários da associação comercial local, com o objetivo de educar a população sobre o quanto se paga de impostos. Em pouco tempo o evento passou a ser realizado em várias cidades do país estimulado principalmente pelo Conselho Nacional dos Jovens Empresários (Conjore).

Dirigentes da Acim conheceram o feirão e decidiram reproduzir o projeto em Maringá com apoio da SER. Organizado pelo Conselho Permanente do Jovem Empresário da Acim (Copejem), o feirão foi realizado de 3 a 6 de março de 2005, na Praça Raposo Tavares. Ele abrigou uma espécie de minimercado e todos os produtos foram etiquetados com o percentual de impostos incidente sobre os preços. Cerca de 30 mil pessoas visitaram o feirão e a maioria saiu indignada com a parte abocanhada pelo governo. A Revista ACIM de junho de 2005 explicou:

[...] o brasileiro paga quase 41% de tributos em um quilo de açúcar, 42% num creme dental e 38% num pacote de bolacha recheada. Isso sem levar em conta os impostos e contribuições que incidem sobre a folha de pagamento, contas de água, luz, energia elétrica... Uma lista que parece não ter fim. É como se o brasileiro trabalhasse, em média, de 10 a 14 dias por mês para o governo.

Em 2005, as lideranças envolvidas na Sociedade Eticamente Responsável já estavam convencidas de que era preciso criar um instrumento que

contribuísse para a boa aplicação dos recursos públicos. Naquele momento, o empresário Eduardo Araujo apresentou a ideia de criar um banco de dados de licitações, como conta Marcos Luchianenkol:

Quando trouxe para Maringá o projeto do Feirão do Imposto, o Eduardo Araujo também tinha apresentado uma ideia de se criar uma espécie de banco de dados de licitações de Maringá e outras cidades para que os órgãos públicos tivessem referência sobre preços e produtos de modo a facilitar o controle dos gastos. Isso foi implementado. Mas, apenas parcialmente, pois é difícil você fazer uma comparação de um lugar para o outro porque são características diferentes.

Naquela época já havia a ideia da criação de uma ong que pudesse atuar no controle dos gastos públicos. Assim, o grupo foi buscar inspiração prática na Amarribo, a Associação dos Moradores de Ribeirão Bonito, interior de São Paulo. O professor Carlos Anselmo Corrêa, um dos pioneiros da SER, já conhecia o exemplo da Amarribo desde 1998:

Logo na minha primeira gestão como diretor da Acim eu trouxe para a diretoria uma preocupação com esse tema e sugeri que consultássemos informações sobre a Amarribo, que era uma ideia inspiradora. E o que ela fazia? Fiscalizava as contas já efetuadas pelo município. A partir daí começa a surgir este embrião de se trabalhar mais atentamente a gestão da coisa pública com participação da sociedade organizada.

O Observatório Social torna-se realidade

Com o sentimento de que, além de atuar na conscientização sobre a Cidadania Fiscal, era preciso realizar ações práticas para estimular a boa aplicação dos recursos públicos, os voluntários criaram o Observatório Social de Maringá (OSM) dentro da Sociedade Eticamente Responsável (SER).

Segundo Eduardo Araujo, ele pediu que a agência Melhor Comunicação, do publicitário Dinor Chagas, criasse a logomarca do Observatório, utilizada até hoje. O professor Marcílio Hubner de Miranda Neto se lembra bem deste momento:

Quando a ideia estava mais ou menos formatada, depois que o pessoal visitou a Amarribo em Ribeirão Bonito, o Eduardo Araujo sugeriu a utilização de uma lupa na logomarca do Observatório, o que foi acatado.

No dia oito de fevereiro de 2006, durante reunião da SER, teve início o processo de organização do OSM. Cada diretor voluntário da ong receberia uma proposta de estruturação do órgão para conhecer os detalhes e opinar.

Naquela mesma data Decio Pilarissi anunciou a contratação da auditora aposentada da Receita Federal Helena Bressan. De acordo com a ata da reunião, o grande desafio da auditora seria criar as condições para a fiscalização dos recursos públicos municipais. Ela não imaginava, mas teria um papel decisivo na forma de atuação do OSM.

Outro tema discutido naquele encontro foi a necessidade de eleições da entidade. Embora os dirigentes se mostrassem favoráveis à política de renovação, todos entenderam que a SER ainda estava em fase de consolidação e que seria fundamental que os diretores, também fundadores, continuassem por pelo menos mais uma gestão.

Desta forma, durante Assembleia Eleitoral Extraordinária, em 22 de março de 2006, por aclamação, os membros do Conselho de Administração da SER foram reconduzidos ao cargo. Quatro meses após a eleição, em 10 de julho de 2006, o Observatório Social de Maringá era oficialmente inserido como uma vice-presidência da Sociedade Eticamente Responsável.

Para todos os efeitos, o vice-presidente para Assuntos do OSM da SER era considerado extraoficialmente o presidente do Observatório. O cargo foi ocupado por Ariovaldo Costa Paulo, que em abril de 2006 deixara a direção da Acim. Ele explica porque assumiu a incumbência:

Eu estava me dedicando ao movimento associativista desde 1998, o que exigia uma grande disponibilidade de tempo. Por isso, eu pretendia sair de cena. Mas, em conversa com meu sucessor na presidência da Acim, Carlos Tavares, fui convencido a assumir o Observatório. Ele me deu o troco: como eu o havia convencido a assumir a associação, não era justo negar este pedido dele.

De acordo com o Regimento Interno da SER, o OSM seria “instrumento na busca da transparência na administração dos recursos públicos sejam eles municipais, estaduais ou federais, através do monitoramento das contas dos poderes Executivo e Legislativo no município de Maringá”.

Mesmo ainda não tendo uma forma de atuação, o OSM também ganhou um Regimento Interno e foi criado um comitê gestor. Entre as atribuições do Observatório estavam a análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, e realizar e divulgar estudos relativos a atividades governamentais e empresariais de interesse da comunidade.

Capítulo 5

R\$ 1,50

Quinta-feira
17 de abril de 2014

Maringá, PR
www.odiarío.com

ANO XL - NÚMERO 12.299
Esta edição: 50 páginas. Fechada às 22h

O DIARIO DO NORTE DO PARANÁ



TRANSPARÊNCIA

FERIADOS
26 mil
estão
saindo
Maringá

Só de ônibus e avião,
serão 26,5 mil
embarques e outros 25
mil desembarques no
feriado prolongado
deste final de semana. O

4beat
Realize seu sonho
Faça curso de DJ
(44) 3029-9920

Observatório denuncia irregularidades na UEM

● Obra de R\$ 1,4 milhão, com 97% pagos há um ano, ainda não está pronta e o RU permanece sem prazo de conclusão. Observatório Social volta a cobrar explicações da prefeitura sobre câmeras de vigilância. Denúncias motivaram **inquéritos no MP**. **///A4**

Um tiro no escuro

O Observatório Social de Maringá nasceu dentro da SER com o objetivo de atuar visando evitar a má aplicação dos recursos públicos. Mas, de que forma isso seria realizado ninguém sabia. Coube à auditora aposentada da Receita Federal Helena Carmen Bressan identificar a melhor forma de atuação do órgão.

Em 2006 ela dividia o tempo entre os afazeres da casa e as atividades do Lar Preservação da Vida, onde era fundadora e voluntária, quando recebeu a ligação telefônica do seu ex-chefe, Decio Pialarissi. O delegado estava em Minas Gerais, falando para 600 prefeitos em um encontro sobre educação fiscal.

Do outro lado da linha, entusiasmado, Pialarissi a convocou para voltar à ativa, desta vez para atuar no Observatório Social de Maringá. Como nunca ouvira falar do órgão, ela perguntou o que era. A resposta a deixou intrigada: seu ex-chefe respondeu que não existia uma definição exata do que seria o órgão e arrematou: “Você iniciou o Lar Preservação da Vida do nada e agora vai criar o Observatório do nada também”.

Helena tinha um respeito muito grande pelo ex-chefe e tratou aquela convocação como um compromisso assumido. Preocupada e responsável, ela

ficou pensando o dia inteiro sobre o projeto. “Para criar o Lar eu sabia o que eu queria. Sobre o OSM eu estava no escuro, pois não sabia o que era”.

Parte do mistério terminou quando Pialarissi retornou de viagem: ele explicou a Helena que era necessário descobrir detalhes sobre o mau gasto do dinheiro público. “Era uma espécie de fiscalização que eu tinha que fazer. Perguntei por onde eu começaria e ele disse que não sabia”. Pialarissi também se recorda deste momento de dúvidas:

Preocupada, a Helena me ligava perguntando como ela deveria iniciar seu trabalho. E eu respondia que nós a havíamos contratado para pensar “como” fazer o Observatório Social de Maringá funcionar.

Helena Carmen Bressan é daquelas que, usando uma expressão popular, agarra o touro à unha. O problema é que ela não sabia bem onde estava o bicho. Durante seu expediente, entre oito horas da manhã e meio dia, conforme combinado, ela passou a estudar a situação.

Recebi um documento com os nomes de várias secretarias municipais e de um item que era “licitações”. Fiquei analisando aquele documento. Eu não entendia nada da Prefeitura. As licitações me pareciam mais atraentes porque envolviam todas as secretarias. Decidi então ir por esse caminho e a primeira coisa que olhei foi uma licitação de veículos. Algumas kombis estavam sendo licitadas. Eu liguei nas concessionárias de Maringá, disse que precisava comprar cinco kombis e se me dariam orçamentos. Inventei o nome de uma igreja e expliquei que era para transporte de fieis. Havia dois tipos de kombi, uma com carroceria separada e outra comum. Eu pedi orçamento do que estava descrito na licitação. Os preços que me deram eram 30% mais baratos do que aqueles passados diretamente para a Prefeitura porque eu compraria como frotista e teria um desconto. A diferença me chamou a atenção. Então, fui na agência como se fosse comprar as kombis. Os funcionários foram muito solícitos até que eu disse que ia comprar com dinheiro público. Aí, desapareceram todos os funcionários. Fiquei pensando o que tinha acontecido até que um deles voltou. Ele disse que quando era dinheiro público o preço era maior, mas não soube dizer a razão desta política da empresa.

Bressan foi orientada a elaborar uma correspondência para a Volkswagen solicitando esclarecimento sobre as razões para que os preços fossem

maiores quando a venda de veículos era feita para órgãos públicos. A resposta chegou rapidamente:

Responderam que por força de um artigo de uma lei a Prefeitura tinha o direito de comprar mais que 25% do valor da primeira licitação pelo preço congelado e, por isso, não poderia haver desconto. Vamos imaginar assim: eu compro por 30 mil reais na primeira vez. Depois, decido comprar mais 25% do valor pedido. Nesse caso, a empresa é obrigada a fornecer no mesmo preço inicial. Minha conclusão é de que a lei foi publicada antes do Plano Real (mais de dez anos antes) e, naturalmente, se congelava o preço do produto. Agora, no Plano Real isso não tinha sentido. Por isso, todas as vendas para todos os órgãos públicos do país foram majoradas.

Resolvido o primeiro mistério, Bressan sentiu que ainda não havia pego o touro de jeito. Como ouvia falar de muitos problemas envolvendo as licitações, decidiu visitar a Secretaria Municipal de Saúde:

Cheguei lá, me apresentei e disse aos servidores que iria observá-los. Fui de mesa em mesa e escrevi o que cada um fazia. Todos me atenderam muito bem, mesmo sem nenhuma autorização de um superior. Quando cheguei no estoque vi um relatório em cima de uma mesa. Era uma licitação de medicamentos e um número que estava em destaque me chamou a atenção: 3 milhões de comprimidos AAS (ácido acetilsalicílico). Me questionei o que a secretaria faria com tantos medicamentos.

Bressan foi até as farmácias e percebeu que o preço no varejo, ao contrário do que pensara, era bem superior ao da licitação. Os donos de farmácia explicaram a ela que isso acontecia devido ao volume da licitação. Ela ficou sem parâmetro.

Mas, os olhos treinados da ex-auditora perceberam algo estranho. Tão estranho que em um primeiro momento ela mesma não levou em consideração:

Eu havia visto que entre a publicação do edital e a minuta da ata da licitação (elaborada após a conclusão do processo) o preço estava diferente, tinha subido de R\$0,009 para R\$0,09. Eu havia pensado que era erro de digitação e não comentei o assunto. Quando cheguei no depósito, vi que o relatório acusava mil por cento de diferença no AAS. Eu pensava que haviam descoberto o engano porque aquela linha especificamente estava em vermelho, mas mesmo assim pedi uma cópia do relatório final.

Quase ao acaso, Bressan fizera a primeira grande descoberta do Observatório Social de Maringá. Mas, não fez nenhum alarde e passou 15 dias fazendo visitas à Secretaria de Saúde. Ela levantou o número de postos de saúde e entendeu como era feita a distribuição de medicamentos.

Ao questionar um funcionário sobre a forma como era controlado o estoque dos medicamentos ela ficou surpresa com a simplicidade da resposta: “a gente conta o que está na prateleira e a diferença entre o estoque e a saída é o consumo”. Para piorar, o relatório de controle ficava dentro de uma caixa de papelão e era feito a lápis.

Bressan fez um relatório das irregularidades e falhas de processos que encontrou na Secretaria de Saúde e entregou aos voluntários do OSM. Diante da gravidade da situação foi agendada uma reunião do Observatório com o então secretário de Saúde. Bressan esteve no encontro:

Perguntei para o secretário se era possível a Prefeitura pagar nove centavos de real em um AAS. Ele disse que “jamais”. Eu falei sobre o relatório. Saí da sala dele, fui direto para a tesouraria e pedi para que a funcionária abrisse a conta da empresa que havia vendido o AAS. Ela abriu a tela no computador e vi que a Prefeitura havia pago R\$ 0,09. Então, pedi que ela tirasse cópia dos documentos da empresa. Ali havia um superfaturamento de mil por cento.

Eram três milhões de unidades de AAS, mas a Prefeitura não era obrigada a comprar tudo de uma vez. A primeira compra era no valor de R\$ 6.700,00 e o poder público havia pago R\$ 67.000,00. E uma segunda compra já fora feita, sendo que o valor seria de R\$ 2.700,00, mas um cheque de R\$ 27.000,00 já estava preenchido.

Como o cheque não havia sido pago saímos da sala do secretário e fomos direto ao gabinete do prefeito Silvio Barros. Na hora, ele ordenou o cancelamento do cheque e que a diferença do pagamento da primeira compra fosse reembolsada com juros e correção monetária pela empresa fornecedora. Na época, esta disse que não havia percebido o erro.

O momento era de mudanças

Assim que o Observatório Social de Maringá definiu sua forma de atuação uma das primeiras ações do órgão foi formar uma comissão para visitar o então prefeito Silvio Magalhães Barros II.

O prefeito conta que a criação do Observatório foi mais ou menos simultânea à obrigatoriedade de os municípios criarem a Secretaria de Controle Interno “dentro de um processo de transparência que estava se iniciando”. Silvio Barros narra como foi sua reação diante dos primeiros problemas detectados na Prefeitura:

Por um lado, me senti protegido pela presença da sociedade civil. Por outro, desconfortável em saber que aconteciam essas coisas embaixo do meu nariz e, o que é pior, ainda com a minha assinatura. Esse negócio de dizer que o prefeito vai ler tudo antes de assinar, isso é impossível. Existem processos de 2 ou 3 mil páginas que precisam andar, que têm uma velocidade natural e não tem jeito de o prefeito ler e saber tudo. E, mesmo que lesse, não conseguia entender tudo que está lá dentro, porque são regras, são mecanismos de funcionamento que exigem domínio da matéria que a gente não tem. Então, você precisa confiar, tem que confiar no secretário, tem que confiar nas pessoas que dirigem os diversos setores que colocam a assinatura antes de a gente colocar. Mas, mesmo assim, a gente acabou descobrindo que aconteciam coisas que também o secretário não sabia e que ele não tinha domínio sobre a matéria. Então, eu ver a assinatura do secretário antes e botar a minha deixou de ser suficiente para me proteger. A partir do momento que pedimos ao Observatório Social para analisar com profundidade alguns desses procedimentos, aí veio à luz alguma coisa que efetivamente foi preocupante, foi chocante, mas que se apresentou como um desafio a ser superado. Nós precisávamos resolver aquela situação e eu tenho certeza que muitos desses processos, sem ajuda do Observatório, nós não teríamos conseguido resolver.

Decio Pialarissi tem a mesma linha de pensamento do prefeito Silvio Barros. Por isso, diz que a ideia do Observatório era apoiar e nunca perseguir quem estivesse no comando político:

Eu fazia a gestão de 250 funcionários como delegado da Receita Federal e era absolutamente impossível ter o controle do que cada um fazia. Então, imagine um prefeito que tenha mais de 5 mil funcionários. Em tese, ele não pode ser culpado de alguma irregularidade que ocorra no seu governo. O que ele pode sim é ser responsabilizado caso não tome as providências sobre algo que está sendo mostrado.

Confiança

O sucesso na primeira incursão do Observatório Social de Maringá na Prefeitura deu a confiança que a equipe precisava para continuar o trabalho. Com autorização do prefeito Silvio Barros o órgão foi apresentado aos secretários municipais.

Durante o encontro, Bressan disse que o OSM “era um bebezinho que estava engatinhando e que iria crescer”. Ela levou uma relação de perguntas técnicas sobre as secretarias e diz que a maioria dos secretários não tinha respostas para as questões.

Naquele primeiro momento de atuação, o Observatório ganhou dois estagiários, sendo um do curso de Farmácia, para fazer pesquisas de preços em estabelecimentos do setor, e outro para ler os editais. O órgão continuou acompanhando as licitações de medicamentos, comparando uma licitação com outra, e descobriu novas diferenças, como narra Bressan:

Nós não precisávamos mais ir até as farmácias. Só na comparação já percebíamos o superfaturamento. Havia uma manipulação nos preços e erros clamorosos de superfaturamento semelhante ao do AAS com o acréscimo ou supressão de um zero. Percebemos que para não chamar a atenção as diferenças não eram no mesmo item, o que denotava, lamentavelmente, a má intenção.

Bressan foi a primeira executiva do Observatório a assistir uma licitação. Quando se apresentou aos participantes ela ouviu o comentário irônico de que deveria “ser bem tratada”. A impressão que ela teve ao final foi de que não havia entusiasmo do ganhador ou decepção do perdedor. Ao participar de uma segunda licitação, percebeu que os personagens eram os mesmos e as empresas eram outras. Os próprios participantes explicaram a Bressan que eles tinham, cada um, várias empresas:

Era licitação na área da construção civil. Confesso que não detectei nada pontual porque não sou engenheira. Durante meses acompanhei licitações. Tive

dúvidas, mas sem conclusão. Chegamos a pensar em pagar um engenheiro que pudesse nos assessorar, porém não tivemos condições financeiras. Eu percebia claramente que todo mundo sabia quem ia ganhar. Antes da divisão provavelmente eles combinavam tudo, mas não conseguimos levantar provas.

Durante o tempo em que atuou no Observatório Social de Maringá, Helena Bressan concluiu que nem tudo de errado que acontecia era por más intenções dos servidores. Boa parte era por falta de qualificação e orientação:

Eu perguntava ao servidor como estava o controle de estoque anterior. Ele respondia que o outro chefe havia rasgado ou levado embora o documento. Nesses casos, o servidor precisava recomeçar o controle do zero. Isso acontecia muito de uma administração para outra. Você não acha o passado. Um funcionário chega e não pega o que o outro fazia. Ele constrói o controle dele. E nem sempre recebe treinamento. Eu não via tanta maldade quanto ignorância. Faltava controle. Faltava capacidade.

O analista Marcos Luchianencol concorda com Helena Bressan. Ele lembra que existe o erro doloso, intencional, mas que na administração pública há muitas falhas provocadas pela falta investimentos na qualificação dos servidores:

Há muitos erros por desconhecimento, por inexperiência, por falta de se dedicar ao aprendizado. Treinar não é tão difícil assim. As prefeituras deveriam investir nesta questão. Há uma frase que resume bem esta situação: a fórmula perfeita para o desvio é o gestor mal-intencionado e o servidor mal treinado que possa ser manipulado.

Outra crítica dos voluntários é a falta de especialistas em determinadas funções da administração pública. Para o ex-prefeito Silvio Barros é impossível a contratação de técnicos específicos para as mais variadas áreas dentro da Prefeitura Municipal:

[...] não temos no quadro da Prefeitura especificidade de determinadas funções que permite fazer uma prova específica. Então, o gestor contrata pessoas para determinadas categorias e, depois, essas pessoas recebem uma qualificação, um treinamento, ou são alocadas em outros departamentos que exigem sim uma qualificação maior [...]. Quanto mais você exige no edital e quanto mais

você especifica a prova, mais complicado fica o processo de concurso público. [...] É muito complexo esse assunto. Não é que a Prefeitura deliberadamente não se preocupe em contratar pessoas capazes. O processo de concursos leva 8 ou 10 meses. É preciso contratar um terceiro para fazer uma prova. Não há gente na Prefeitura para fazer prova e nem para avaliar. Economicamente é quase impossível elaborar um concurso específico para uma determinada função que vai ter duas pessoas. Ele não é viável e o procedimento adotado acaba provocando esse tipo de deficiência (falta de qualificação dos servidores).

O aposentado e voluntário da SER/OSM, Sergio Molizi Yamada, conta que sempre ouviu falar que os servidores públicos agem de má fé. Ele garante que nunca acreditou nesta máxima e confirmou que estava certo quando foi trabalhar na Secretaria de Controle Interno:

Alguns servidores agem de má fé, mas a maioria quer fazer o serviço certo. O que acontece muitas vezes é a falta de formação. O servidor público chega, entra, e recebe o serviço sem que tenha formação para saber exatamente como proceder. Essa situação decorre do fato de o gestor não colocar na sua previsão um valor suficiente para capacitar as pessoas. No serviço público o que está na lei é o que tem que ser cumprido. Mas, é preciso capacitar o servidor para que ele conheça a lei. Se você diz para que a pessoa faça de um jeito, sem explicar a lei, ela fará daquela forma. Conhecendo a lei, ela praticará da forma como deve ser feito legalmente.

O professor Olírio Sperandio, graduado em Ciências Contábeis pela UEM e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, lembra que os funcionários públicos não são obrigados a exercer ações que consideram ilegais:

O funcionário que não aceita uma determinação para realizar uma tarefa que considera ilícita pode se fundamentar em processo orçamentário e na legislação existente para dizer “isso aqui eu não faço”, ou emitir um parecer para que ele se exima da responsabilidade. Se acontecer algo, a responsabilidade passa a não ser dele mais.

O professor aposentado Vicente Pedatella Netto é mais crítico em relação à falta de qualificação dos servidores e aos erros encontrados na gestão pública:

Acredito que toda falha tem suas razões, mas é difícil separar se é falta de caráter, ética ou oportunismo. Se foi falta de conhecimento, a pessoa está no lugar errado. E aí eu presumo que é falta de caráter, porque se estou em um lugar onde não tenho conhecimento para estar, minha ética deveria definir minha mudança para outro lugar. Se fico e faço errado, então é falta de caráter.

O contador e voluntário da SER/OSM, Claudio Marques, também acredita que um dos aspectos que provocam problemas nos organismos públicos é a falta de qualificação dos servidores, inclusive das chefias, principalmente em cargos comissionados:

Existem gestores que não entendem sobre gestão e ocupantes de cargos comissionados que não são preparados. Os concursados muitas vezes têm alguns requisitos para a atividade. Mas, os gestores que são políticos na maioria das vezes, não têm os conhecimentos necessários para a gestão. E às vezes têm o conhecimento, mas a coisa pública é tão atropelada que ele só vai apagando incêndios.

Ex-secretário de Controle Interno, Roderlei Mazurek garante que quando estava no cargo sempre aconselhava os servidores a tomar cuidado no exercício de suas funções e a dizer “não” quando necessário:

Eu dizia a eles que a nossa carreira e o nosso nome continuam. E assim, o nosso respeito tem que continuar hoje, amanhã e sempre. Eu os aconselhava a não ter medo de falar ‘não’. Por quê? Porque quem está assinando é o servidor, é o CPF dele que está sendo colocado em risco, em xeque. Não adianta, lá na frente, falar ‘olha, não fiz porque estava com medo do secretário’. Não tem esse medo, porque lá na frente se o MP pegar, o Observatório pegar ou o juiz pegar, eles vão chamar o servidor e não adianta este falar que fez a mando desta ou daquela pessoa. Por isso, sempre aconselho: ‘não tenha medo de falar ‘não’. Está errado? Não pensa duas vezes, não faça’.

Reforçando o pensamento de Roderlei Mazurek, Decio Pialarissi enfatiza que sempre existem servidores públicos que sofrem algum tipo de ação penal. Ele frisa que alguns servidores sofreram algum tipo de ação penal sem que intencionalmente fizessem parte da fraude. Eram usados:

Foi informado que a necessidade anual de papel A4 para a Secretaria Municipal de Educação era de um milhão de folhas, mas por meio de licitações chegou-se a comprar sete milhões do produto para um ano. Eram comprados diferentes tipos de papel, só que os mais caros não chegavam; e chegava um percentual muito menor do que havia sido comprado. O controle era absolutamente ineficiente. Isso valia para papel, para remédio, para tudo. Imagine uma professora que tem formação para dar aula e vai trabalhar na parte administrativa. Aí, alguém informa que chegaram sete milhões de folhas e pede para ela assinar o recebimento. Ela assina sem conferir e acaba sendo acionada, não por culpa, mas por responsabilidade. Não se pode assinar uma coisa que você não vê. Há os casos em que foi comprada cera para 93 escolas e muitas delas não usavam o produto. Além disso, era cera para durar cinco ou seis anos.

O contabilista Maurício Gilberto Cândido foi presidente do Sincontábil (Sindicato dos Contabilistas de Maringá) e um dos voluntários da SER/OSM. Observador da política e da sociedade, ele comenta que ao longo de sua vida refletiu sobre os problemas enfrentados pelo poder público brasileiro e desenvolveu uma linha de pensamento sobre a questão:

Pessoalmente cheguei à conclusão de que nós brasileiros elegemos pessoas sem nenhuma qualificação para dirigir nossos destinos. Pessoas que nunca passaram por um banco de escola, pessoas que não conhecem a gestão pública, que não tiveram treinamento do TC para entender o que é gestão pública. Colocamos orçamento de milhões de reais nas mãos destas pessoas. O que acontece? Má fé, dolo e uma série de erros que deixam milhares de reais de prejuízo. Nós não preparamos nossos gestores. Eles teriam que passar por cursos para entender o que é orçamento municipal, lei de responsabilidade fiscal, o que a Constituição determina em termos de gasto para saúde, educação, investimentos. As pessoas são eleitas por carisma, por expressão na comunidade, mas não entendem de administração pública e nós pagamos a conta.

Vicente Pedatella Netto tem o mesmo pensamento que Maurício Cândido e reforça que os candidatos a cargos políticos deveriam ter conhecimento do que é gestão pública e que os gestores deveriam privilegiar e respeitar o planejamento:

O grande problema do político é que ele administra só para o seu mandato. Não existe planejamento para além do mandato. No primeiro ano, ele planeja. No segundo e terceiro tenta fazer alguma coisa, e no quarto ano trabalha para se reeleger. Este último ano é só de política, de inaugurar obras, principalmente de maior notoriedade para ser reeleito. [...] Existem pessoas que ocupam determinados cargos públicos e não conhecem os deveres, as obrigações da função que exercem. Muitos vereadores, por exemplo, acham que seu dever é fazer favor para as pessoas. Eles têm que trabalhar em projetos públicos para

a cidade e não para pessoas, sem olhar para quem. Precisa mudar esta mentalidade de nós eleitores e dos políticos.

Claudio Marques também frisa que não existe a cultura do planejamento nos órgãos públicos e cita como exemplo o uso de recursos para a realização da campanha de Natal em Maringá em 2017:

O Natal é uma data especial que acontece todos os anos. Mas, a Prefeitura pegou recursos da reserva de contingência para gastar na organização das festas natalinas. Esta reserva é para coisas esporádicas, que sejam contingenciais. E o Natal, que acontece todos os anos, não é contingência. O planejamento do Natal teria condições de ser antecipado.

Com tantos problemas acontecendo, para o voluntário Sergio Molizi Yamada o trabalho do Observatório torna-se ainda mais importante e o foco tem que ser a busca dos erros na gestão pública:

Quando atuei como voluntário, ao encontrar um erro eu tentava ver se o mesmo era praticado por má fé ou por falta de conhecimento. Todo esse trabalho dava a sensação de que tínhamos que buscar a melhoria nos serviços públicos. Muitas vezes essa melhora se obtém por meio do erro. Era a sensação que eu tinha, que era preciso orientar as pessoas a melhorar controles e a forma de fazer.

A Irmã Cecília Ferrazza conta que a ação da SER/OSM significou uma mudança de cultura na vida e na atuação dos servidores municipais. Ela revela que a indignação que sentia era maior quando os voluntários pediam para acompanhar processos internos da Prefeitura e os funcionários ficavam desconfiados:

Dava a impressão que não tínhamos este direito. O mesmo acontecia quando conversávamos com as autoridades municipais. Não parecia que estávamos entrando em algo público. No inicio foi difícil. Quando a gente questionava, eles nos viam como perturbadores da ordem. Isso porque eles participavam de iniciativas nossas, como seminários, de momentos de conscientização para quem ia ser vereador ou prefeito. Nunca vi uma acolhida transparente, alegre. Nunca alguém disse: que bom que vocês vieram.

Estruturação

Na época da criação do Observatório Social de Maringá, a SER tinha como gerente administrativa a, hoje, doutora Kerla Matiello, professora da UEM. Kerla conta que naquele período inicial foi necessário entender melhor os processos licitatórios porque houve a percepção de que os próprios editais poderiam estar viciados.

Com o aumento nas atividades do Observatório foi necessário organizar uma estrutura à parte para este órgão. Assim, além da contratação de Helena Bressan e de estagiários, o time foi reforçado com a chegada de Michelle Mitie Shimoda Noritake, que hoje ocupa a função de coordenadora geral.

Depois vieram outros funcionários como Luiz Fernando Otero, José Roberto Tiossi Junior e Danielle Cristina Congio (estes dois foram coordenadores jurídicos). Foi necessário que todos passassem por cursos de capacitação com instrutores, muitos renomados, de Brasília, São Paulo e Curitiba.

O projeto foi muito bem recebido pela comunidade, tanto de empresários como do terceiro setor, e sua manutenção passou a ser feita com apoio financeiro da Cocamar, Sicoob Metropolitano, Acim, Sivamar, Sicredi União, Porto Seco, Unicesumar, entre outras instituições.

O Observatório também contou com apoio estratégico ou institucional de parceiros como UEM, Melhor Comunicação, Arquidiocese de Maringá, Tribunais de Contas, Receita Federal, DB1 Informática, Receita Estadual, Justiça Federal, Sistema Fiep, Proe Maringá, Rotary Club, Lions Club, Sebrae, Faciap, OAB, entre outras instituições.

Atualmente, a SER/OSM é mantida pela ACIM, Arilog, BMW Empreendimentos, Cocamar, Sistema Fiep, Lowçucar, Sicoob Metropolitano, Sicredi União PR/SP, Recco Praia, Recco Lingerie, Ribeiro Veículos, Noroeste Garantias, Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (Sindafep)

e Unicesumar, além de diversos mantenedores pessoas físicas. A instituição também recebe recursos, por meio de editais e projetos, do Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Justiça Federal e Receita Federal.

Giuliana Lenza considera que as contribuições dos mantenedores têm que ser valorizadas pela comunidade:

A SER/OSM entrega um trabalho de excelente qualidade. Nunca podemos esquecer que a estrutura é custeada em grande parte pela iniciativa privada local. São empresários, pessoas físicas, associações e sindicatos que aportam recursos para manter essa equipe que contribui para a gestão pública. É uma atitude realmente extraordinária.

Boa parte da receita da SER/OSM também é proveniente de bazares realizados com produtos apreendidos pela Receita Federal. Hiroaki Kimura se lembra que a primeira doação foi feita ainda na época da criação da SER:

A gente precisava de recursos financeiros e a Receita Federal nos apoiou por meio da doação de produtos apreendidos. Acontece que estes produtos estavam em um depósito em Foz do Iguaçu. Conseguimos caminhões para buscar e nós mesmos, voluntários, fomos lá carregar. Nossa ideia era ficar um dia lá, mas eram tantos produtos que ficamos uma semana inteira. Nós mesmos carregamos as caixas nas carretas e empilhamos. Depois realizamos o bazar que nos deu recursos necessários para custearmos as primeiras despesas da SER. Foi trabalhoso, mas gratificante.

Decio Pialarissi complementa que havia outras contribuições importantes:

Um momento muito importante foi quando a Justiça Federal começou a colocar recursos na SER/OSM. Algumas penalidades de privação de liberdade, dependendo dos crimes, podem se transformar em penalidade pecuniária. E estes recursos são administrados pela justiça local. Assim, diversas penalidades pecuniárias passaram a ser direcionadas para o desenvolvimento das nossas atividades. Ou seja, já não eram só os juízes concordando com nosso trabalho; a Justiça entrou de corpo e alma e quando isso é noticiado, a credibilidade do órgão vai lá para cima.

Advogado e mestre em Direito Público Tributário, José Roberto Tiossi Junior entrou no Observatório em 2007 quando era estudante e atuava como estagiário. Ele conta que ao conhecer o órgão percebeu que poderia

contribuir como voluntário:

A partir do momento que passei a me relacionar com os integrantes do Observatório e me intirei dos propósitos da causa, com as ações, com o intuito de colaborar para a boa aplicação dos recursos públicos e replicação da educação e cidadania fiscal, me despertou o interesse para contribuir como voluntário. A satisfação me motiva a continuar a atuar porque nossas ações conseguem de alguma forma mudar a vida das pessoas.

Tiossi lembra que a SER/OSM investiu muito em capacitação dos voluntários e colaboradores sempre buscando qualificá-los para que as ações do órgão perante o poder público tivessem um respaldo técnico.

O consultor Sebastião Freitas contribuiu tanto na criação da parte estrutural do Observatório como na elaboração do Regimento Interno, Estatuto Social e outros mecanismos para permitir o funcionamento do órgão e facilitar que ele fosse replicado em outras cidades. Para ele, a criação do OSM foi uma quebra de paradigmas e causou estranheza a muitos, mas ao longo do tempo foi mostrando sua natureza benéfica para toda sociedade:

O Observatório não foi criado para gerar medo no gestor público, mas para apoiá-lo. E o bom gestor tem que ser um apoiador do órgão já que ele não consegue ver tudo o que acontece dentro da Prefeitura. Aliás, o gestor público, do jeito que está a legislação hoje, é refém de uma lei que está defasada. E é refém do Ministério Público que em algumas situações tem se transformado em um verdadeiro Poder Executivo. A gente ouve falar de promotor obrigando prefeito a contratar professor e o prefeito ponderando que se contratar extrapola o limite dos gastos.

A Cooperativa Agroindustrial de Maringá (Cocamar) foi uma das primeiras apoiadoras das ações do Observatório. O presidente do Conselho de Administração da instituição, Luiz Lourenço, justifica o apoio lembrando que Maringá tem uma sociedade unida e que o Observatório é uma das inovações criadas na cidade com grande sucesso. Para ele, é fundamental que a comunidade esteja presente onde o Estado não consegue atuar com eficácia:

O Brasil tem um problema sério hoje que é a corrupção sistêmica e há muita coisa a se fazer. Imagino que as pequenas coisas ficam um pouco de lado. O Observatório não é um controlador de grandes coisas. Grandes obras não há como fiscalizar, mas a fiscalização do dia a dia, ponto a ponto, nenhum poder, promotor ou qualquer órgão público tem essa capacidade de fazer acontecer. Então, acredito que essa persistência diária, acompanhamento ponto a ponto faz com que as coisas sejam muito positivas. Os órgãos controladores estão aí com tremendas dificuldades no país até para exercer sua função.

Outra importante apoiadora é a cooperativa Sicredi União PR/SP. O presidente Wellington Ferreira frisa que a cooperativa se orgulha de ser parceira da SER/OSM:

O Observatório desenvolve um trabalho pioneiro de acompanhamento da correta aplicação do dinheiro público tendo criado uma metodologia usada por dezenas de outros observatórios. Pela sua importância e efetividade já foi coroado com uma premiação internacional. É louvável que o acompanhamento das compras públicas seja feito por uma pequena equipe contratada e por voluntários valiosos. Associar a nossa marca ao Observatório Social é motivo de orgulho, afinal, também temos um compromisso com o desenvolvimento regional.

Metodologia de atuação

Com as primeiras descobertas de problemas nas licitações públicas, o Observatório Social de Maringá passou a discutir a melhor forma de atuar. Sebastião Freitas diz que o caminho foi trabalhar de forma preventiva:

Ficar na ponta corrigindo processos é muito oneroso, desgastante. Todos perdem. Imagine, a Prefeitura prepara um processo de licitação, que é extremamente moroso e complexo, e, na hora de se fazer a contratação da obra, é obrigada a cancelar tudo. É algo incoerente. Todos perdem muito. Não tem lógica. Então, a gente pensou sempre em atuar de maneira preventiva, a orientar a elaboração dos editais e orientar as empresas a atuar e se posicionar diante destes processos licitatórios. Ou seja, um dos papéis do Observatório é trabalhar para que os processos fluam de forma mais célere, coerente e muito técnica, amparados em estudos que indiquem a necessidade de priorização na elaboração de edital. Se for desta forma, muito provavelmente os processos serão feitos sem solavancos, sem desgastes.

O delegado da Receita Estadual Hélio Issamu Sato atua desde 2003 no projeto de Educação Fiscal. Como voluntário da SER/OSM, ele lembra as

primeiras ações práticas do órgão:

A primeira sugestão nossa e que foi implantada é que a Prefeitura Municipal trabalhasse com três orçamentos. Essa foi a primeira mudança de cultura. Com isso já se reduziu bastante os valores de licitações. Outra coisa é que os editais eram afixados no mural da Prefeitura e não havia proteção alguma. As pessoas retiravam os editais, que não eram reposados. Pedimos para colocarem uma proteção sobre os editais evitando que fossem retirados por terceiros.

Marcos Luchianenkol lembra que a metodologia permite que a SER/OSM descubra muitas irregularidades. Para ele, esta forma de atuação do órgão permitiu que ele alcançasse resultados positivos e credibilidade:

Acredito que um dos grandes motivos para o sucesso do Observatório é a metodologia que ele emprega, procurando soluções enquanto o processo está ocorrendo. Diferente dos órgãos de controle, que são importantes, mas fazem a fiscalização posteriormente, quando o dinheiro já foi gasto. E sabemos que o retorno do dinheiro é muito difícil. O trabalho gera uma prevenção para outros processos. Ele evita que a coisa se concretize. Isso faz com que o gestor público tenha motivos para colaborar com a SER/OSM, já que corrigindo o processo se livra de problemas posteriores.

Outra ação diferencial da SER/OSM é a forma de prestar contas aos mantenedores. Periodicamente, as empresas e instituições que contribuem financeiramente para a manutenção são convidadas para uma apresentação dos trabalhos desenvolvidos, resultados obtidos e esclarecimento de dúvidas, como ressalta a presidente Giuliana Lenza:

Fazemos em regra uma reunião anual com essa prestação de contas. Mas, também podemos convidá-los em casos específicos, em situações em que vemos a necessidade de prestar algum esclarecimento pontual aos nossos mantenedores. Sempre que os convidamos para uma reunião, eles comparecem. Então, há uma comunicação bem franca e transparente do que estamos fazendo e por que fazemos. E não existe ingerência dos mantenedores no mérito dos nossos encaminhamentos.

O trabalho da SER/OSM é inovador. E quebrou inúmeros paradigmas. Assim, as diretorias do órgão sempre se esmeraram nos cuidados nas

relações com as instituições públicas analisadas. Os técnicos avaliam os editais de determinadas licitações. Quando encontram problemas, a Prefeitura é informada. Há vários caminhos a seguir: ela pode continuar a licitação sem mudanças; pode alterar o edital e dar continuidade; ou pode paralisar o processo.

Caso o processo licitatório tenha continuidade sem que a SER/OSM concorde, este pode solicitar a impugnação do mesmo. A advogada Cristiani Mari Tomiazzi explica que a questão pode chegar aos órgãos de controle externo:

Entendendo que aquele vício constatado não foi sanado, é feita a impugnação daquele processo. Se a Prefeitura não acata a impugnação e, dentro da metodologia, se entende que o procedimento é falho, a gente vai para os órgãos de controle externo: Câmara Municipal, que tem o dever de fiscalização do executivo; Ministério Público Federal ou Estadual; e, dependendo da origem do recurso, Tribunal de Contas. Não temos prática de entrar com ações, com medidas judiciais. E não temos poder de aplicar sanções a qualquer órgão. Nossa atuação é de aconselhamento, de orientação, de impugnação e não havendo resolução do problema na esfera administrativa, a gente apela para órgãos de controle externo.

Quando a SER/OSM não encontra problemas no processo licitatório, ela passa a observar questões como preços, quantidade e qualidade dos produtos adquiridos. Posteriormente, os técnicos acompanham a entrega dos produtos e serviços.

Divulgação

Aposentada do Banco do Brasil, Julia Nakagawa tornou-se voluntária da SER/OSM e lembra que, com tantos casos polêmicos que a entidade levanta, ela poderia ser manchete dos jornais com frequência. Mas, alerta que este não é o objetivo e que o órgão tem um protocolo que é seguido à risca:

Os problemas só são levados para a imprensa depois de realizadas todas as etapas junto ao gestor público. Essa forma de condução dá muita credibilidade.

O Observatório não está atrás de manchete, mas do seu objetivo de cuidar do dinheiro público. Muitas vezes procuramos mostrar o bom caminho porque os problemas são causados tanto por má fé quanto por despreparo do servidor. Há licitações que foram melhor conduzidas graças à orientação e ao bom relacionamento que a SER/OSM tem com os órgãos públicos.

Ariovaldo Costa Paulo ressalta que o fundamental não é divulgar, mas solucionar os problemas:

Pressupomos que existe ética e vontade, por isso, nossa filosofia é mostrar as falhas primeiro ao prefeito. Mas, existiram momentos em que a informação saiu do nosso controle. Por exemplo, houve uma época em que a Prefeitura determinou que a comunicação sobre os problemas fosse registrada no setor de Protocolo. Houve vários casos em que os problemas viraram notícia porque não havia controle da informação no Protocolo. Consciente disso, o prefeito solicitou que voltássemos a protocolar no seu gabinete. Um outro momento em que perdemos o controle da informação é quando ela chega até o Ministério Público.

Advogada e professora da UEM, a ex-presidente da SER/OSM Fabia dos Santos Sacco comenta que, mais importante que a divulgação dos problemas, é que o cidadão seja bem atendido pelo poder público. Ela fala sobre um fato que marcou sua primeira gestão como presidente:

Durante uma reunião, o prefeito Silvio Barros falou que nosso trabalho não precisava de heróis. Isso é verdade. Ninguém precisa saber quem resolveu e por que resolveu o problema. O que importa para a população é que resolveu. Você não precisa saber por que que está sendo bem atendido em um hospital ou se havia ali algum desvio que foi solucionado. Do outro lado tem um servidor público ou um prefeito, eleito pelo povo, que não vai nos receber bem se pegarmos o microfone e o destruirmos, não é? Então para você ser bem recebido, você precisa, dentro dos limites do trabalho, agir também com uma certa empatia. Realizamos um trabalho que, a meu ver, se a gente passar desse limite aí, a gente fecha portas ao invés de abrir.

Embora defende esse meio termo, Fabia dos Santos Sacco reconhece a importância da imprensa no sucesso do trabalho da SER/OSM. Ela diz que, às vezes, o poder público usa o ouvido mouco, ou seja, aceita que existem problemas, mas não resolve. Cita como exemplo uma licitação

para aquisição e instalação de postes para câmeras de vídeo. O preço era R\$ 6 mil. Mas, posteriormente, a Prefeitura pagou mais R\$ 3 mil somente pela instalação de cada poste:

Depois de várias reuniões com os secretários, um deles disse que enquanto não se chegasse a uma solução para o impasse a Prefeitura não compraria mais nada. Passada uma semana, verificamos que o Município havia adquirido mais câmeras. Não dava para segurar um rojão desses e por isso, fomos à imprensa. No dia seguinte, o jornal O Diário deu a notícia de que a Prefeitura reconhecia o superfaturamento nas câmeras e por orientação do Observatório suspendia a licitação e ainda havia reavido R\$ 150 mil reais pagos indevidamente.

Formado em Direito, o policial federal e voluntário da SER/OSM, Paulo César Bandolin, acredita que casos como o das câmaras são exceção e que os resultados do Observatório se devem mais aos cuidados na análise dos procedimentos licitatórios e à credibilidade conquistada pelo órgão:

A gente tenta resolver antes de dar publicidade ao problema encontrado justamente para não gerar confusões, bate-bocas e até ser explorado politicamente de forma inadequada por um opositor ao gestor. Se conseguimos resolver antes que a despesa seja gerada, evitamos prejuízos para os cofres públicos, porque depois da despesa feita é muito difícil a volta do dinheiro. A gente só leva ao conhecimento da sociedade quando realmente não tem outro jeito. É exceção.

Rosa Fatima dos Santos reafirma que tudo que é divulgado pela SER/OSM tem histórico de comprovação. Para ela, “é complicado para as pessoas envolvidas criarem animosidade porque todos os dias é divulgado que as contas públicas têm que ser transparentes”. Rosa considera que a imprensa tem ajudado o Observatório desde o início dos trabalhos, tanto no aspecto da sensibilização do controle social quanto para a divulgação dos resultados. O advogado e ex-presidente da SER/OSM, Ricardo Costa Bruno, resume a relação com o poder público em três fases distintas:

Assim que a atuação do Observatório começou a ser divulgada, porque isso gerou pauta na imprensa, houve um incômodo nos gestores públicos.

Ninguém, nenhum político, gosta de ter sua administração exposta em jornais negativamente. O político sempre imagina que tem o seu concorrente por trás daquilo que está sendo feito. Esta foi a fase da repulsa. Então, fizemos reuniões para mostrar que por trás existia uma entidade sem fins lucrativos e sem nenhum vínculo político-partidário. As pessoas que estavam ali eram absolutamente isentas de interesses político-partidários. Este foi o primeiro ponto. O segundo aconteceu porque o poder público não concordava com nosso posicionamento, com nossas decisões e achava que estávamos criando muita burocracia para uma licitação. Em um terceiro momento, o poder público entendeu realmente os objetivos da SER/OSM, que o trabalho trazia benefícios para a população e foi aceitando a situação.

Se, por um lado, a SER/OSM entendia que estava fazendo o acompanhamento das contas públicas de forma correta, de outro, o prefeito tinha suas ressalvas. Silvio Barros considera, ainda hoje, o Observatório uma ferramenta essencial para a sociedade. Mas, não concorda como algumas irregularidades são colocadas diante do público:

Algumas coisas que o Observatório identificou e que reportou, assim, com muita ênfase, como sendo coisas que eles protegeram o município, de fato, protegeram, mas nem todas eram situações voluntárias. Algumas eram equívocos que podem acontecer em qualquer lugar: alguém digitar um número errado em um processo de milhares de páginas é uma coisa possível de acontecer para qualquer um de nós. Então, ainda bem que foi identificado, ainda bem que foi corrigido, mas isto não significa, efetivamente, dolo.

Outra crítica de Silvio Barros é com relação à forma como o Observatório Social de Maringá divulga os resultados do trabalho desenvolvido:

Quando abrimos as portas, irrestritamente, ao Observatório, eu dei acesso a toda documentação e pedi que fosse indicado o secretário de Controle Interno de confiança deles e não da minha. O combinado era que nós trabalharíamos juntos para melhorar a qualidade do gasto público. Não era para o Observatório trabalhar contra a Prefeitura. Era para trabalhar com a Prefeitura. E a partir do momento que esses relatórios iam sendo produzidos e o órgão convocava a imprensa para apresentar o relatório sem que isso fosse feito em conjunto, então começou a se delinear um ambiente em que o Observatório era o fiscal que estava achando coisa errada na Prefeitura e nós passamos a ser bandidos e eles os mocinhos. Aí, começou a haver uma ruptura. Infelizmente, não era mais o mesmo cenário. Quer dizer, o combinado, e foi o que aconteceu de fato no começo do processo, era trabalharmos juntos para resolver os problemas e sanar as irregularidades. E isto era uma conquista conjunta. A partir do momento em que o Observatório foi querendo ficar com essa conquista só para ele, então, naturalmente, houve, por parte da estrutura da Prefeitura, o início da

ruptura da harmonia do relacionamento. [...] Tem mais uma observação. Uma das coisas que provocaram um certo desconforto e um descontentamento na equipe da Prefeitura não tem nada a ver com o fato de o Observatório estar encontrando coisa errada. Coisa errada tem que ser corrigida [...] nossa equipe não estava defendendo outra coisa. Mas uma das coisas que efetivamente criou esse desconforto foi que, quando o Observatório fazia sua apresentação para a imprensa, obviamente, só apresentava o que estava errado. Agora, eram milhares de processos, onde foram identificados alguns errados, mas nunca houve a colocação clara, de dizer assim: ‘olha, nós analisamos 1680 processos e encontramos problema em apenas 18’. O fato de omitir que nós tivemos um avanço muito significativo na qualidade dos outros processos que não deram problema, isso causava um desconforto muito acentuado na equipe que estava se empenhando em melhorar e que, de fato, estava melhorando. Os indicadores eram incontestáveis mostrando que tínhamos uma qualidade muito boa, mas isso era omitido. Então, a única coisa que ficava para a opinião pública era a parte ruim. Isso pode ser sanado e qualquer Observatório que queira fazer um bom trabalho pela sua comunidade pode resolver isso com muita facilidade.

1

FOCO

Licitação é cancelada a pedido do Observatório

Radrós fino. Presidente da entidade diz que o pedido de impugnação por falhas na composição dos preços e detalhamento da planilha foi enviado na semana passada e inicialmente foi indeferido pela prefeitura de Maringá

Desde quinta-feira, 20 de setembro, os salários fixos de voluntários e profissionais que atuam no projeto de extensão existente em Maringá estão sendo fechados para constar no orçamento municipal. Segundo o presidente do Observatório Social, o projeto de extensão é suspenso desde de quinta-feira, 20 de setembro, quando a direção da universidade dos envolveu o Observatório Social em um processo de negociação com representantes para a renovação.

A suspensão, segundo a presidente do Observatório Social, Ana Paula Radrós, é resultado da impugnação da composição dos preços e detalhamento da planilha que constava da licitação.

Na quinta-feira, 20 de setembro, o presidente do Observatório Social, Guillermo Pachano, encaminhou ao Ministério Público e ao pedido de impugnação da licitação, que havia sido realizada duas semanas antes e incluía a contratação de 100 pessoas.

"Encaminhamos o ofício no dia 20 de julho e no dia 24 de setembro recebemos a resposta de que o edital poderia ser suspenso porque havia erros graves na planilha", explica Pachano. "Agora que o vereador oveva multiu a marca de mercadoria e não se sabe se o edital será suspenso ou não, o projeto apontou como problema a falta de transparência e clareza", afirma.

As questões levantadas pelo Observatório fizeram a fiscalização da licitação e valores incorretos", explica Pachano.

Diante da decisão de dar prazo final ao processo,

2016

RS 4,6

milhões era o valor máximo da licitação aberta para contratar 100 pessoas da sua empresa

40

é o número preto de pessoas que foram contratadas pela universidade para a renovação

60

é o número de pessoas que foram identificadas como beneficiárias da licitação e valores incorretos

ROANGELA CARVALHO

ESTADÃO

**Administradora
Pedido de exoneração**

O observatório social de Maringá encaminhou ao Ministério P

Maringá, SANTA CATARINA, 26 DE AGOSTO DE 2017

Tubar na Web Tuber é a delegacia que apura denúncias de crimes contra o meio ambiente. Envie seu relato para tubar@estadao.com.br

<p>O DIA RIO DO NORTE DO PARANÁ</p> <p>EDITAIS DA PREFEITURA</p> <h1>Impugnações do OSM geram economia de R\$ 9 milhões</h1> <p>● Projeto econômico decorreu de três das 13 licitações questionadas pelo Observatório Social este ano e de um pedido de esclarecimento; dados constam do Portal da Transparência</p> <p>● Um único edital revisado após a fiscalização evitou gasto de R\$ 7,7 milhões com papel toalha</p> <p>TRIBUTAÇÃO ISS supera R\$ 12 milhões no mês e bate recorde</p> <p>● Impostos que compõem a tributação da população paranaense cresceram 10,5% em 2013, informou o Observatório Social. O resultado é devido ao aumento das alíquotas de impostos e à inflação. O maior crescimento foi na Cidade, que teve uma alta de 14,5% no valor arrecadado. Fazendas e Maringá também tiveram alta significativa. Apenas Curitiba e São José dos Pinhais registraram queda no valor arrecadado. LEIA MAIS</p> <p>ADMINISTRAÇÃO Ulisses Maia fará reforma no príncíprio escrito</p> <p>● Setor administrativo da Prefeitura de Curitiba deve mudar. Subsecretários e diretores de secretarias e órgãos estaduais terão que se reunir com o prefeito Ulisses Maia para discutir a estrutura da administração. O decreto de criação da Comissão de Planejamento Urbanístico (COPU) é assinado.</p> <p>DONOS DE BÉS José afirma que retirada de imunidade foi 'demanida'</p> <p>● O deputado estadual José Roberto Alves (PDT), que é dono de 13 cães, afirmou que a retirada da imunidade parlamentar feita pelo governo federal é 'demanida'. Ele disse que é 'muito difícil' manter os animais, que custam entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil cada um. Ele é autor de projeto que proíbe a criação de cães e gatos em apartamentos.</p> 
--

Os políticos contra-atacam

Em 2010, mostrando que, apesar das parcerias existentes, ainda havia um clima de animosidade da parte da Prefeitura em relação ao Observatório, o presidente Carlos Anselmo Corrêa expôs fatos que ocorreram em reunião do Conselho de Desenvolvimento de Maringá (Codem) em que ele e os voluntários Hélio Sato e Marcos Luchianenkol participaram.

No referido encontro, o secretário da Fazenda de Maringá discorreu sobre o orçamento do município. Ao final da apresentação, o secretário incluiu e comentou três slides em referência ao Observatório, comentando que seria “uma entidade que divulga fatos e dados objetivando diminuir o conceito da administração municipal”.

Após a apresentação do secretário, Carlos Anselmo Corrêa pediu a palavra e afirmou que o OSM não fazia juízo de valor, citando um processo que havia sido encaminhado para o MP somente após réplicas e tréplicas do órgão público. Segundo o presidente, após suas considerações, um vereador que ocupava a liderança do prefeito na Câmara Municipal afirmou: “o Observatório é uma pedra e pedras existem para serem chutadas”.

Segundo Carlos Anselmo, durante as apresentações de relatórios semestrais sobre a produção do legislativo municipal, o mesmo vereador sempre fazia críticas pesadas ao trabalho apresentado e concluía dizendo: “Peço a Deus que me dê paciência para suportar isto, porque se me der força a coisa não vai terminar bem”.

De acordo com o professor, as palavras do vereador demonstravam ser uma clara ameaça objetivando demover os voluntários do Observatório de continuarem com o trabalho de acompanhamento da produção legislativa.

Quando presidente do Observatório na gestão 2010/2011, Carlos Anselmo Corrêa confrontou uma secretária de Educação devido a um edital de

licitação daquela secretaria:

Tratava-se de um edital que conseguimos bloquear, embora os produtos já tivessem sido até entregues para a municipalidade. O edital foi lançado depois de o Observatório já ter se manifestado contra aquela aquisição, pois o documento era uma cópia absolutamente fiel ao que fora utilizado em outras cidades. Esse é um comportamento comum das empresas que vendem para o poder público. Elas vendem facilidades: entregam o edital prontinho e dizem que é só trocar o nome da cidade e a logomarca da Prefeitura. Questionando à época a secretaria de educação, perguntei se aquele edital era de lavra própria. Talvez, estranhando o termo “lavra”, ela não soube me responder corretamente. Mas, disse que era ela quem tinha feito o edital. Conseguimos cancelar a aquisição e ainda comunicamos o Ministério Público da cidade de Americana, São Paulo, pois tivemos o conhecimento que a Prefeitura local havia feito a mesma compra.

A relação entre a SER/OSM e a Prefeitura Municipal nunca foi 100% amistosa. Em vários momentos, o Observatório apelou para o Ministério Público para tentar obter informações sobre determinados processos. A Prefeitura tinha seus subterfúgios. Às vezes, para atender o MP, os servidores enviavam informações, mas as mesmas eram evasivas e não atendiam os questionamentos feitos.

Diante das dificuldades da SER/OSM em obter informações, o próprio MP chegou a tomar a frente para resolver determinadas questões. Foi o que aconteceu em 2011, quando a instituição encontrou divergências no processo dos plantonistas do Hospital Municipal devido à falta de documentos, inclusão de páginas, numeração inadequada e horários excessivos de trabalho.

A SER/OSM solicitou informações e não obteve respostas. Assim, a promotora Stella Maris Sant’Anna Ferreira Pinheiro se inteirou do processo, solicitou cópia de todos os documentos para a SER/OSM e pediu que a mesma se retirasse do caso, pois ela, por meio da promotoria, solicitaria legalmente tudo o que fosse necessário para análise e destacaria um auditor para auxílio nessa atividade.

O professor Carlos Anselmo Corrêa corrobora que nem sempre o trabalho da SER/OSM recebe a devida atenção do poder público:

O Observatório, por meio de um trabalho voluntário, completamente despartidarizado, sem nenhum interesse político-eleitoral, oferece a ajuda, indica fragilidades, e não há por parte de todos do poder público a receptividade. Em alguns casos, havia uma receptividade feita apenas com o objetivo de angariar apoio político – fazer o marketing político deste apoio. Isto era decepcionante.

Em boa parte dos casos, as análises e pedidos da SER/OSM são acatadas. Mas, existem situações em que a Prefeitura não concorda com os relatórios apresentados e vai para o embate. Houve inclusive pressão direta do prefeito Silvio Barros sobre o órgão. Carlos Anselmo Corrêa ressalta que a Prefeitura estava incomodada com o fato de que não conseguira realizar diversas licitações devido à ação da SER/OSM:

Fomos convidados para uma reunião na Prefeitura com a presença de alguns mantenedores que nos apoiavam financeiramente. Mas, o que nós depreendemos daquela reunião é que as instituições tiveram um encontro anterior com a Prefeitura. E essa segunda reunião foi agendada para dar um “puxão de orelha” no Observatório. Eu ouvi de um dirigente de uma entidade mantenedora, a seguinte afirmação: “Não é para isso que a gente criou o Observatório”. Foi muito triste.

Ariovaldo Costa Paulo acredita que o objetivo da Prefeitura naquele momento seria o de colocar um fim ao trabalho da SER/OSM cortando a fonte de renda do órgão:

As entidades que faziam a manutenção da SER/OSM fizeram pressão durante a reunião. Na época, uma das polêmicas era a compra de peças de veículos. Por isso, o prefeito Silvio Barros levou diversas peças e passou a explicar o que era cada uma, como se dissesse que nosso relatório estaria errado. Ele também vendeu a ideia de que eram duas ou três pessoas que tomavam as decisões na SER/OSM, que o município poderia parar por causa das ações do órgão. Respondi que ele, mais do que ninguém, sabia que nosso relatório estava certo e que havia problemas nas oficinas da Prefeitura. Se as ambulâncias não circulassem por precisarem de conserto não era culpa nossa. O que aconteceu foi que detectamos o superfaturamento e direcionamento na licitação. Depois que expliquei essa situação, me retirei do encontro¹⁹.

¹⁹ Depois da reunião o prefeito Silvio Barros pediu apoio da SER/OSM para resolver a questão. Para solucionar este impasse e não prejudicar o atendimento a alguns serviços públicos, a Prefeitura selecionou os casos emergenciais e pediu o acompanhamento do Observatório que contratou um mecânico para acompanhar o conserto dos veículos e troca de peças.

O resultado é que a SER/OSM ficou alguns meses sem uma parte relevante das contribuições de mantenedores. A saída para fazer frente às despesas foi a realização de um bazar com mercadorias doadas pela Receita Federal.

Luiz Lourenço, presidente do Conselho de Administração da Coca-mar, entidade que desde o início é mantenedora da SER/OSM, embora seja um defensor do órgão, pondera que é preciso contemporizar algumas situações e que o ex-prefeito Silvio Barros teve razões para se opor a determinadas ações:

É preciso ressaltar que o Silvio Barros permitiu o trabalho do Observatório dentro da Prefeitura. É evidente que no início todas as coisas têm trombadas. E nós tivemos trombadas, inclusive o próprio Observatório falhou. Até fiz algumas observações no sentido de que fossem tomadas decisões que não criassem grandes estragos. Então, o que eu vejo é que se o gestor tem essa boa vontade de introduzir esse tipo de controle, como nós introduzimos, ajuda muito. Mas a estrutura da prefeitura não estava preparada para ser fiscalizada daquele modo. Aí foram criadas as confusões. Nenhuma auditoria tem boa fama porque ninguém gosta de ser fiscalizado. Acho que esse momento já passou. Hoje ainda há pessoas que dizem: ‘isso atrapalha’, mas não atrapalha! As pessoas estão equivocadas quando pensam que o trabalho do Observatório atrapalha. Ele ajuda muito, muito.

Decio Pialarissi se lembra do momento em que a Prefeitura “dificultou as coisas” para a SER/OSM. Na época, segundo ele, os voluntários do órgão pediram o apoio do Ministério Público para reverter a situação:

Houve um momento crítico que foi uma reunião com todos os juízes federais e com o MP. A Prefeitura organizou a reunião porque se não o fizesse seria intimada a se explicar sobre as razões de não apoiar as ações do Observatório Social de Maringá. O resultado é que foi firmado o compromisso de que a Prefeitura apoiaria nossas ações.

O ex-prefeito Silvio Barros conta que durante sua gestão realmente convidou os mantenedores do Observatório para uma reunião. Sua intenção foi mostrar seu ponto de vista de que havia ocorrido uma mudança no

processo de atuação do órgão:

Fiz isso algumas vezes, mostrei a situação e fui bem compreendido pelos grandes mantenedores do Observatório, de que, efetivamente, tinha havido uma pequena mudança no processo. E isso é compreensível, porque, no começo, todas as pessoas que trabalhavam no Observatório eram voluntárias, cidadãos que estavam dedicando seu tempo, sua expertise, a sua experiência profissional ao benefício coletivo. A partir do momento que você contrata pessoas para fazer esse trabalho, o funcionário entende que só pode mostrar serviço se achar coisa errada. Então, a maneira de apontar o erro é que começou a ficar complicada, porque o contratado quer justificar o salário que ganha e dizer: “olha, os caras fizeram besteira, aqui, erraram lá”. Então, a maneira de trazer o assunto não era aquilo que foi combinado com quem criou, porque o combinado era melhorar a Prefeitura com a ajuda da sociedade. Não era a sociedade contratar alguém para fiscalizar a gente, apontar que estamos errados e chamar a imprensa para anunciar os nossos erros. Houve uma mudança comportamental e conceitual e eu, efetivamente, coloquei isso de maneira clara e transparente para os financiadores do Observatório, no sentido de voltar ao conceito original. Em nenhum momento, quis paralisar ou atrapalhar o processo, porque ele sempre foi benéfico para a Prefeitura e até hoje, anos depois, mesmo respondendo processos até hoje, continuo divulgando e falando bem dessa iniciativa. Mas que, de fato houve, uma quebra conceitual de ação e de harmonia do processo, isso é indiscutível.

A presidente Giuliana Lenza comenta que a intenção da SER/OSM é colaborar para que a administração municipal seja sempre melhor e que o órgão realiza todos os procedimentos necessários:

Acompanhamos o procedimento de licitação. Se há a oportunidade de fazer a impugnação, por exemplo, fazemos a impugnação. A lei nos permite essa atuação expressamente. Qualquer cidadão pode impugnar procedimentos públicos que sejam ilegais ou apresentam algum indício de ilegalidade, irregularidade. Fazemos muitos pedidos de esclarecimentos porque nossa equipe é bastante produtiva. Analisamos as informações recebidas e aquelas que constam no Portal da Transparência. Ou seja, analisamos tudo de forma minuciosa e criteriosa. Mesmo assim, muitas vezes quando fazemos uma impugnação ou oficiamos o gestor apontando algo que precisa ser melhorado nosso trabalho é recebido como uma simples crítica.

Em agosto de 2013 foi relatado em uma das atas da SER/OSM que um político estava tentando articular a implantação de um órgão similar em Maringá. Como forma de prevenção os voluntários decidiram visitar os mantenedores e reforçar a imagem da instituição perante a comunidade.

Giuliana Lenza recorda que pouco antes de assumir a presidência, em 2016, a Prefeitura Municipal novamente tentou desestabilizar a SER/OSM. Mas, o órgão soube resistir bem:

Houve uma pressão sobre os nossos mantenedores para que deixassem de aportar recursos no Observatório Social. A resposta foi o aumento de recursos. Então, aquele momento foi de grande fortalecimento da nossa credibilidade e da confiança na qualidade do trabalho que fazemos. A experiência que eu tive no episódio da pressão sobre os mantenedores foi muito positiva.

A presidente argumenta que comprehende as dificuldades do serviço público em relação à falta de recursos e oportunidades de qualificação e atuação:

Sabemos e consideramos tudo isso em nossas manifestações. Mas é preciso avançar e somos persistentes. Isso muitas vezes incomoda. Em muitos casos nós mesmos comentamos como gostaríamos que o gestor recebesse esse trabalho. Então, quando apontamos um procedimento que falhou em determinado momento e sabemos que essa falha se repete em outros procedimentos, como gostaríamos que isso fosse recebido? Que o gestor recebesse, olhasse se concorda que existe uma falha, ver se aquilo pode ser melhorado, se todos os procedimentos podem ser melhorados. Nossa intenção é essa, nós não conseguimos ver todos os processos, controlar todos os atos, não fazemos isso e não temos condição de fazer isso, mas gostaríamos que o trabalho fosse recebido assim.

Sobre as críticas que a SER/OSM recebe por divulgar ao público os resultados dos trabalhos realizados, Giuliana considera que a comunicação é importante. Mas, pondera que nem sempre a divulgação parte do órgão:

Não damos publicidade regular ao nosso trabalho porque o objetivo é resolver com o gestor. Em alguns momentos essa informação sai desse âmbito - Observatório e gestor público. Quando sai? Quando, por alguma razão, alguma política pública, alguma contratação ou algum ato do gestor já é de domínio público e somos procurados para falar sobre isso. Falamos porque temos informação, porque atuamos e consideramos importante dar a nossa opinião. Também fazemos nossa prestação de contas anual. A partir desse momento, a informação pode ser usada politicamente. Sobre isso não há como ter controle. Nosso trabalho é feito com seriedade, com isenção, apartidário e técnico, rigorosamente técnico. Mas o uso que se faz desses resultados para finalidades diversas e interesses outros escapa do nosso controle, o que acaba gerando um desconforto para o gestor.

O trabalho da SER/OSM enfrentou resistências, críticas e até ações contrárias de políticos, servidores e empresas acostumadas a participar de licitações e se beneficiar do dinheiro público. Em alguns momentos até mesmo determinados segmentos da comunidade tiveram uma visão distorcida das intenções do órgão. Foi o que aconteceu com uma das cooperativas de catadores de materiais de recicláveis, como recorda o contador Claudio Marques:

Há quem acredite que o Observatório trabalhe contra a sociedade ou contra alguns grupos. Um exemplo aconteceu na licitação de caminhões para o lixo reciclável que seriam destinados a uma cooperativa de catadores. Entramos com impugnação questionando por que tinha que ser aquele tipo de caminhão. E a cooperativa criticou bastante o Observatório, pensando que o órgão estava querendo que os caminhões não fossem comprados. Foram críticas pontuais. Depois que passou o processo eles viram que o veículo não serviria para o fim a que se destinava. O caminhão compactaria todos os produtos recicláveis ao mesmo tempo e isso daria um retrabalho porque os catadores teriam que separar o que fosse compactado.

O resgate da imagem das licitações

Antes da existência do Observatório Social a maioria dos empresários em Maringá não tinha confiança na transparência das licitações municipais. Além disso, reclamavam do excesso de burocracia e do atraso nos pagamentos.

Com o início do trabalho do Observatório no acompanhamento das licitações e descobertas de inúmeros problemas, muitas empresas acostumadas a participar do certame se afastaram do processo, como conta Decio Pialarissi:

Muitas licitações tinham cartas marcadas e o número de empresas participantes era reduzidíssimo [...] Com o início do nosso trabalho as licitações começaram a dar desertas porque os empresários mal intencionados que trabalhavam nesta área começaram a ter medo de participar e não havia a credibilidade por parte das tantas outras empresas. Eu me lembro que em determinada época havia um constrangimento por parte da Prefeitura e o que me chegou aos ouvidos é que ela não conseguia fazer algumas coisas que queria, por exemplo, a reforma de uma escola, pois dava deserta a licitação. Isso começou a prejudicar o dia a dia do município.

Quando as licitações começaram a dar desertas e a faltar produtos na Prefeitura, segundo o ex-funcionário da SER/OSM, Luiz Fernando Otero, o prefeito Silvio Barros ficou preocupado já que poderia ser responsabilizado pelo não atendimento aos serviços essenciais, principalmente em escolas e postos de saúde e também pelo uso desta situação por parte dos adversários políticos:

O Silvio Barros sabia que o Observatório era um projeto sério e ele abriu as portas no sentido de melhorar os processos dentro da Prefeitura. Mas, ele poderia ser acionado pelo Ministério Público pela falta de produtos. E isso poderia culminar com ações na Justiça. Por isso, ele convidou os juízes, que no final das contas seria quem julgaria as ações, para conversar. Ele queria saber se deveria continuar apoiando o Observatório e, consequentemente, sofrer em alguns momentos com licitações desertas ou se deveria manter as coisas funcionando da forma como era antes. Os juízes foram lá e disseram: “o Observatório continua. Se existe boa-fé, o prefeito não tem com que se preocupar”. Sem esse *ok* dos juízes, provavelmente o Silvio Barros fecharia as portas da Prefeitura para nós.

A partir daquele momento as partes procuraram encontrar uma saída para evitar o desabastecimento. Uma delas foi aceitar que a Prefeitura fizesse contratações com dispensa de licitação. Esta é uma previsão para casos de emergência ou calamidade pública e para atendimento de situações que comprometem a segurança das pessoas, entre outros fatores. Fernando Otero explica que o quadro se encaixava nesta situação:

Havia justificativas. Por exemplo, a Prefeitura estava deixando de comprar medicamentos porque nas licitações os preços apresentados eram superfaturados. Quem vai punir a Prefeitura por causa disso? Era possível fazer uma boa justificativa, um processo bem instruído para justificar a compra emergencial. Lógico, isso poderia ser feito por um período de tempo, mas não o ano inteiro.

Em outra frente, em março de 2007, a Acim, por meio do Departamento de Pesquisas e Estatísticas (Depea), fez uma pesquisa para entender como poderia convencer os empresários sérios a participar das licitações. De 50 empresários associados à entidade pesquisados, 52% afirmaram nunca terem

participado de uma licitação da Prefeitura de Maringá. Outros 40% afirmaram que já haviam entrado em concorrência e 8% destes disseram que não entrariam mais.

Entre os empresários que nunca participaram, 16% alegaram que o principal motivo era a falta de informação sobre como participar. Outros 16% disseram que faltava divulgação e 10% acreditavam não existir transparéncia na escolha das empresas vencedoras.

No entanto, entre os que nunca participaram de licitações, 62% demonstraram interesse em passar a fazê-lo. Se o processo fosse transparente e houvesse garantia de pagamento das compras, este número subia para 73%.

Diante dos números, a SER/OSM, por meio da Acim e do Sebrae, passou a fazer contato com empresários mostrando a nova realidade das licitações municipais e se colocando à disposição para qualificar aqueles que não tinham conhecimento sobre o processo.

O Sebrae disponibilizou consultores que orientaram as pequenas empresas sobre os trâmites legais e pré-requisitos necessários para participar dos processos licitatórios.

O gerente regional do Sebrae, Luiz Carlos da Silva, lembra que, na época, apenas 18% das micro e pequenas empresas participavam de licitações. “Sensibilizando e capacitando os empresários para participar das licitações, nós contribuímos com o desenvolvimento das micro e pequenas empresas”, pontua.

As entidades também divulgaram entre os potenciais fornecedores uma nova realidade do município: a Prefeitura estava com as contas em dia. A pontualidade no pagamento foi um grande fator de motivação para que as empresas participassem das licitações.

Com o trabalho da SER/OSM, dezenas de comerciantes e prestadores de serviços passaram a participar das concorrências públicas já que a Prefeitura

sempre foi uma das maiores compradoras da cidade. Outro efeito positivo é que, com a concorrência maior, os preços caíram e sobrou mais dinheiro em caixa para investimentos em outras áreas.

A SER/OSM também contratou cinco pessoas exclusivamente para realizar pesquisas de mercado e criar um banco de dados com o preço máximo de cada mercadoria. Os valores foram utilizados para balizar as licitações.

Ex-coordenadora jurídica da SER/OSM, Danielle Cristina Congio, destaca o trabalho intenso das organizações para resgatar a imagem das licitações:

Antes havia a sensação de que era tudo carta marcada e conseguimos mudar essa realidade. Fizemos um trabalho forte para convencer as pessoas a participar e mostrar que poderiam ser fornecedores da Prefeitura. O empresário não tinha muito conhecimento e um técnico do Sebrae prestava a consultoria sobre documentação, ensinando a parte burocrática. A própria Acim colocava cursos à disposição para mostrar como era o processo. Nós ligávamos para os possíveis interessados avisando sobre as licitações.

O advogado José Roberto Tiossi Junior vê outro efeito da ação de moralização das licitações da Prefeitura de Maringá que é a mudança no comportamento das empresas:

O mercado vem evoluindo para que fiquem apenas empresas idôneas e que trabalham com preços corretos de mercado, com produtos de qualidade, que têm uma logística para efetuar suas entrega. Na época, percebíamos que eventuais falhas, eventuais fraudes, muitas vezes não eram punidas. A partir do momento em que houve uma participação ativa tanto do Observatório quanto dos outros órgãos de controle, estas empresas deixaram de participar de licitações porque perceberam que se continuassem com estas condutas danosas e dolosas elas seriam gravemente sancionadas tanto financeiramente quanto com impedimento para não participarem de licitação.

Secretaria de Controle Interno

Uma grande evolução na Prefeitura de Maringá em 2007 foi a criação da Secretaria de Controle Interno (SCI), órgão previsto pela Lei Complementar nº 561, de 15 de julho de 2005, mas que ainda não havia sido estruturado. Entre as atribuições da secretaria, estavam:

Fiscalizar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas orçamentários; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos órgãos e nas entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos próprios por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres municipais; subsidiar e orientar a gestão pública a cargo dos Secretários, administradores e responsáveis pela arrecadação e aplicação de recursos públicos; elaborar, submeter à aprovação do Prefeito Municipal e executar o Plano Anual de Atividades.

Quando decidiu criar a secretaria, o prefeito Silvio Barros solicitou que a própria Sociedade Eticamente Responsável indicasse uma lista tríplice para que pudesse escolher um nome para assumir a pasta. Durante reunião em 22 de janeiro de 2007 a diretoria da SER/OSM discutiu o pedido.

A presidente da SER, Irmã Cecília, estava viajando, mas deixou sua opinião contrária à indicação com o argumento de que “se algo acontecer de errado, virá à tona o fato de a SER ter indicado o secretário, recaindo o peso da decisão sobre a entidade”.

Ariovaldo Costa Paulo, presidente do OSM, demonstrou ser favorável à indicação e disse que o pedido fora feito pelo prefeito durante uma reunião em que se discutiam formas de solucionar os problemas que o órgão encontrara na Prefeitura.

Eduardo Araujo complementou que após um ano de trabalhos da SER, o prefeito Silvio Barros entendera os objetivos do órgão e das pessoas que o dirigem e explicou que o secretário teria amplo acesso e condições de identificar problemas com maior facilidade e que considerava natural que o OSM fizesse a indicação. O reitor da Unicesumar, Wilson de Matos, também foi favorável.

O advogado Ricardo Costa Bruno comentou que durante outra reunião em que o assunto foi discutido diversos voluntários do Observatório “disseram estar com medo e que as pessoas que se envolvem em política correm

riscos”. Disseram ainda que caso o órgão indicasse alguém e este sofresse acusações, haveria a necessidade de defender a pessoa.

Após votação a diretoria aprovou a indicação de um único nome por parte do Observatório. Por sugestão de Ariovaldo Costa Paulo o indicado foi o do ex-auditor e ex-gerente de Responsabilidade Social da Cocamar, Zanoni Luiz Favero, que preenchia os requisitos do cargo.

A entidade elaborou uma carta com a indicação e solicitando ao prefeito que o secretário tivesse autonomia para compor sua equipe. Outra iniciativa foi a confecção de um plano de trabalho que seria apresentado a Zanoni Favero para que ele seguisse. A Prefeitura aceitou as condições e Favero assumiu a secretaria naquele ano, tendo inclusive continuado na equipe de Silvio Barros na segunda gestão deste à frente do Município.

Entre os membros da equipe composta por Favero estava o voluntário da SER/OSM, Sergio Molizi Yamada, que representava o Centro Catequético da Catedral. As funções exercidas por Yamada durante sua carreira profissional contribuíram para que ele exercesse com conhecimento suas funções tanto nas entidades como na Prefeitura.

O voluntário fora funcionário e gerente de uma empresa de economia mista que trabalhava com capacitação de servidores. A empresa também adotou a ISO 9000 e Yamada fez parte do processo de implantação dos processos internos. A convite de Favero, ele ficou um ano como gerente de Recursos Humanos e depois assumiu a diretoria do setor.

No final da segunda gestão de Silvio Barros, Sergio Molizi Yamada recebeu a missão de organizar outras secretarias. Assim, ele passou pouco mais de dois anos na Secretaria de Educação, sendo transferido posteriormente para os Serviços Públicos:

Na Secretaria de Controle Interno eu ouvia muito as pessoas comentando: ‘há 20 anos se faz assim’. Eu sempre dizia: ‘as coisas mudaram. Temos que

acompanhar a evolução. O que se fazia de um jeito hoje se faz de outro'. Mas, mudança de cultura demora tempo. É preciso ter paciência e perseverança. Para mudar não pode impor, tem que conversar para eliminar barreiras e provocar a mudança. Esse foi o trabalho que fiz. Quando estava no Observatório, a Secretaria de Saúde usava ficha cardex, preenchida a lápis, que era passível de ser apagada. No Controle Interno passamos a verificar e realizar mudanças, entre elas, a implantação da Central de Compras e do Almoxarifado Central. É claro que houve resistência Só aquelas pessoas que estão abertas é que conseguem assimilar mais rápido. Quando atuei em outras secretarias senti que inicialmente nosso trabalho foi mal visto. Na Educação, a então secretaria colocou medo no pessoal. Já havíamos tido algumas situações no controle interno e algumas pessoas não gostavam. Quando fomos designados para esse novo trabalho houve essa posição de se tomar cuidado comigo. Um servidor que me conhecia ajudou a quebrar as barreiras.

Sergio Molizi Yamada afirma que a participação de voluntários da SER/OSM na Secretaria de Controle Interno facilitou a relação entre os dois órgãos. Ele frisa que foi aberto um canal interessante de comunicação com toda a Prefeitura já que a SCI tinha acesso a outras secretarias, inclusive a informações destas:

Resolvíamos boa parte das situações com diálogo. Tivemos poucas divergências. O Observatório nos procurava primeiro e, como chamávamos os secretários expondo os problemas levantados, já discutíamos as soluções. Se discordássemos, fazíamos um relatório explicando nossa posição. Como o próprio Silvio Barros havia pedido a indicação do secretário da SCI, o diálogo era grande.

Para o ex-prefeito os resultados obtidos com a Secretaria de Controle Interno não seriam os mesmos sem o apoio do Observatório:

O trabalho que o Observatório faz nós não temos como fazer com o servidor. É impossível. A transparência que eles (voluntários) propõem e a competência que eles têm para fazer uma revisão de processos, nós nunca teremos com o poder público [...] Mesmo com uma secretaria específica para isso. Tem coisas que precisam ser aprofundadas. [...] O Observatório nos ajudou muito nisso. Sabemos que o poder público ainda perde recursos em processos licitatórios fraudados quando se combina o resultado de uma licitação antes que o edital seja publicado. Isso é fato em algumas situações, mas não em toda licitação e não é aí que reside o maior prejuízo. O maior prejuízo é na hora em que a Prefeitura recebe o produto ou serviço porque nem sempre chega algo que está de acordo com a especificação. Só que quem redigiu o edital foi um corpo técnico, quem publicou e fez o acompanhamento da licitação foi outro corpo técnico, quem vai receber o produto, às vezes, é a diretora da escola que

não acompanhou nada disso. E ela está feliz da vida por receber o material que precisa. Ela não tem, obrigatoriamente, a capacidade ou a experiência ou o conhecimento para avaliar se aquilo que está sendo entregue é, de fato, aquilo que foi especificado na licitação. E, neste ponto, o Observatório presta um trabalho insubstituível. Não tinha como a gente suprir isto, essa capacidade, essa presença da sociedade civil acompanhando os processos.

Embates

Existem algumas regras, criadas ao longo do processo de amadurecimento da SER/OSM e que devem ser seguidas por todos os voluntários e técnicos. Por exemplo, no caso de diligências o funcionário ou voluntário deve estar sempre acompanhado. As equipes têm de duas a quatro pessoas.

A explicação para a regra está no fato de que, muitas vezes, a equipe não é bem-vinda nos locais onde são feitas as diligências, como frisa a advogada Danielle Cristina Congio, que foi coordenadora jurídica da SER/OSM:

Encontrar animosidade dentro das secretarias era normal. Fomos expulsos de alguns lugares. Houve uma oportunidade em que estávamos em um ambiente da Prefeitura e fomos convidados a sair, não tão gentilmente assim. Em todo começo de governo o prefeito assinava um termo nos dando liberdade para circular. Mas, nem sempre funcionava. Houve uma época em que nós tínhamos que avisar quando e onde iríamos e isso dificultava o trabalho porque não havia o fator surpresa.

A coordenadora Michelle Noritake diz que já passou por maus bocados realizando seu trabalho. Em uma destas situações, ela foi expulsa da Prefeitura por um secretário municipal:

Um dia entrei em uma secretaria para fazer uma diligência e o secretário me pegou pelo braço e foi me puxando para fora do prédio. Isso porque existe uma orientação da Prefeitura para que tenhamos acesso às secretarias para realizar nosso trabalho.

Fabia dos Santos Sacco conta que durante uma visita à Prefeitura para averiguar o estoque de enfeites natalinos, a equipe da SER/OSM se sentiu ameaçada e o caso foi parar no Ministério Público:

O doutor Pedro Ivo, promotor do Patrimônio Públíco, conversou com o pessoal da Prefeitura e garantiu que se houvesse novo constrangimento dos funcionários e voluntários do Observatório, os servidores seriam presos em flagrante. O promotor comentou que o órgão tinha que ser respeitado porque ele atua em benefício da cidadania, da cidade.

Carlos Anselmo Corrêa conta que também houve várias situações de confronto com a Câmara Municipal. Semestralmente, o Observatório levantava a produção de cada vereador. O professor lembra que o trabalho dos edis é fiscalizar o Poder Executivo e fazer a propositura de leis:

Nessa atividade de avaliação da qualidade do trabalho do vereador, questionamos muito os famosos ofícios solicitando o corte de árvores e isso era uma coisa que deixava os vereadores extremamente incomodados porque eles gostam de ser intermediários da prestação de favores, como se o município, ao cortar uma árvore que está oferecendo perigo, estivesse fazendo um favor ao município. E aí criou-se a cultura de que uma árvore só seria cortada ou um bueiro só seria desentupido se houvesse um intermediário. Isso beneficia muito os edis porque são atitudes que se transformam em votos. E a gente sabe que o vereador é o grande cabo eleitoral dos cargos superiores.

O voluntário lembra que houve muita pressão por parte dos vereadores a cada relatório do Observatório, inclusive com ofensas pessoais:

Quando faltam argumentos para se discutir uma ideia é comum que isso se transforme em ofensas pessoais. Eu, por várias vezes, fui ofendido por vereadores tanto na Câmara Municipal quanto em entrevistas de televisão. Sabemos que o voluntário está sujeito a isso. Não vejo como perseguição. É uma prova de como as regras ainda funcionam em meio à coisa pública no Brasil. Infelizmente.

Em uma ocasião, um vereador demonstrou seu descontentamento com o Observatório Social durante uma sessão da Câmara e Carlos Anselmo novamente teve que ouvir ofensas pessoais:

Esse vereador recebera um ofício nosso solicitando informações a respeito do seu trabalho. Ele rasgou o documento durante uma sessão que era, inclusive, transmitida ao vivo por uma emissora de TV. Como ofensa pessoal a minha pessoa ele disse que não só o ofício tinha que ir ao lixo, mas também as pessoas que estavam assinando o mesmo.

Quando presidente do Observatório, Carlos Anselmo Corrêa fez palestras sobre o órgão em várias cidades, no Brasil e no exterior. Em suas andanças, ele disse que ouviu relatos tristes sobre o movimento de fiscalização dos gastos públicos:

Em Fortaleza, durante palestra na sede da Receita Federal, tive contato com um voluntário de um embrião de um OS do Ceará que estava sob proteção policial. Essa pessoa tinha sequelas físicas em razão de retaliações a denúncias que fazia. Essas denúncias caíam principalmente em cima de vereadores que em cidades menores fazem uma partilha do poder de uma maneira mais efetiva. Essas coisas me assustaram.

Sem citar nomes, o empresário Everaldo Belo Moreno confirma que houve muita pressão sobre os participantes do órgão que tiveram suas vidas impactadas por ameaças:

Alguns empresários tiveram a vida fiscal das suas empresas vasculhada. Muitos foram ameaçados das mais diversas formas. Mas mesmo assim, tínhamos uma certeza de que o grupo se amparava e se protegia para que pudéssemos dar continuidade ao trabalho. Todos estávamos no mesmo barco, todos fazíamos parte de um só corpo, de uma só vontade, que era de modificar aquilo. Mesmo com as ameaças. Diziam: ‘eu vou acabar, eu vou fechar, eu vou impedir que vocês continuem com esse tipo de prática’. Ameaças que vinham tanto do poder público municipal como da Câmara de Vereadores.

O voluntário Tutomo Tanoue atua no Comitê Gestor da SER/OSM, mas no início de suas atividades no órgão ele ia a campo. Em um de seus trabalhos, ele conta que brigou na Câmara Municipal com Mário Hossokawa:

Eu ia a todas as reuniões da Câmara com a Helena Bressan. Alguns vereadores questionaram o nosso trabalho. Na época, eu senti que o Hossokawa agia com corporativismo. Briguei com ele e disse que ele tinha que respeitar a colônia japonesa e o Observatório.

O coronel Antonio Tadeu Rodrigues, mesmo sendo da Polícia Militar, também chegou a enfrentar problemas por sua atuação pela SER/OSM:

A UEM lançou edital para adquirir câmeras de vídeo. Nós sabíamos que havia a necessidade do equipamento, mas não no volume previsto. Na primeira aquisição que direcionaram para uma empresa, eu fui ameaçado. Atuei minha vida inteira na segurança pública e raramente isso aconteceu. E no caso das câmeras, o dono da empresa me ameaçou. Ele ligou e me disse que ia para a imprensa. Eu disse “você deve ir”.

O voluntário Paulo César Bandolin revela que já recebeu críticas de pessoas, inclusive amigos, que não entendem o trabalho realizado pela SER/OSM. Segundo ele, existem muitos indivíduos que ouvem e acreditam em versões totalmente distorcidas de políticos ou de empresários que não conseguiram vencer licitações.

Decio Pialarissi afirma que o apoio de órgãos públicos de combate ao crime e sonegação fiscal foi decisivo para o sucesso da SER/OSM e para evitar pressões maiores sobre os voluntários:

Nos trabalhos que fazíamos, eu diria que 100% das vezes tivemos o apoio do MP, da Justiça Federal e de alguns colegas da Polícia Federal. E isso era importante porque quando você começa a interferir em um sistema que ao longo de toda uma vida foi viciado, você começa a atrapalhar interesses econômicos que não eram pequenos. Quando estas mesmas pessoas sabem que não são só algumas entidades que estão presentes, mas que têm um poder por trás deste processo, tudo muda. Você pode ameaçar alguém que é da Acim, da Unicesumar. Mas, como ameaçar alguém que tem poder de Estado como o MP, a PF ou a Justiça? Então, isso nos dava confiança de seguir, de saber que um dia as coisas poderiam mudar.

O advogado Ricardo Costa Bruno garante que a SER/OSM nunca deixou de atuar por receber pressões por parte do município ou por causa do entendimento de servidores públicos a respeito da atuação do órgão:

A força construída ao longo dos anos deu a credibilidade necessária para o Observatório se manter. A pressão sempre vai acontecer e o importante é não perdermos o foco do trabalho. Sempre tivemos isenção e atuamos naquilo que nós entendemos como correto, dentro da lei. Ao perceber um erro é feito ofício mostrando o que está errado. Quando pegamos o problema em uma fase mais adiantada pedimos cancelamento da licitação ou do cheque emitido. E, quando nada disso é feito, aí o Ministério Público é comunicado. Nós somos uma entidade do terceiro setor. Não temos força para autuar. E o nosso papel não é judicializar. É exercer a cidadania de controle e apontar para a Prefeitura o que está errado e precisa melhorar. E, se nada for feito e continuar aquilo

que para nós é escancaradamente irregular, nós comunicamos o MP que é o agente que tem que tomar as medidas judiciais.

Portal da Transparência

No ano 2000 entrou em vigor no Brasil a Lei de Responsabilidade Fiscal que estabeleceu parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público no país:

As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos de acordo com seus balanços anuais com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores.

Entre seus itens está previsto que cada aumento de gasto precisa vir de uma fonte de financiamento correlata e os gestores precisam respeitar questões relativas ao fim de cada mandato, não excedendo o limite permitido e entregando contas saudáveis para seus sucessores²⁰.

Posteriormente, em 27 de maio de 2009, foi editada a Lei Complementar 131, que estabelece “normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Dentro deste processo de preocupação com as contas públicas e democratização da informação, a Prefeitura de Maringá criou o Portal da Transparência que contou com envolvimento do Observatório Social. Em maio de 2009 a Prefeitura disponibilizou por meio do portal informações sobre as finanças do município, saldos bancários, recebimentos e pagamentos, orçamentos, licitações, compras, estoques, balancetes, entre outras.

Com o tempo, entre outras informações, o Portal da Transparência passou

²⁰ Secretaria do Tesouro Nacional - <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/sobre-o-tesouro-nacional>. Acesso em: 7/8/2019.

a apresentar dados relacionados a almoxarifado (estoque; listagem das entradas de produtos; e listagem de centros de custos); contabilidade (acompanhamento da execução orçamentária; datas das entregas das notas de empenho; entrada e saída de recursos públicos; fontes de recursos recebidos; despesas relativas aos empenhos mensais; extratos de contas bancárias; e diárias recebidas; recursos humanos (cadastro dos cargos comissionados); Relatório de Gestão Fiscal; Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; subvenções vigentes; licitações; leis municipais; mensagem de lei e orçamento.

No Portal da Transparência foi criado um campo “Compromisso com a Sociedade”, que disponibilizou informações sugeridas pela Sociedade Eticamente Responsável (SER) por meio do Observatório Social, com a aprovação do então prefeito Silvio Barros. Em 2009, o prefeito disse que o portal era um passo a mais na direção da garantia de uma gestão fiscal responsável:

Não temos nada para esconder, por isso todas as licitações do município podem ser acompanhadas por qualquer cidadão na Sala de Licitações que inauguramos já faz algum tempo e é aberta à população. O que compramos e quanto pagamos não é segredo para ninguém. Em breve esse acompanhamento poderá ser feito ao vivo através de câmera colocada no Portal, com imagens sobre todos os procedimentos licitatórios. O novo portal demonstra nosso compromisso e responsabilidade com o dinheiro público.

Ainda no mês de maio de 2009, a Prefeitura concluiu o texto da Lei de Transparência de Maringá que seria publicada em setembro daquele ano – Lei 8461. Segundo o então Procurador Luiz Carlos Manzato, a lei contemplou os itens constantes na Proposta de Transparência e nos acordos firmados em reuniões com o Observatório.

De acordo com a lei, a Prefeitura é obrigada a disponibilizar em sua página na internet um espaço voltado a dar publicidade às informações fundamentais relacionadas à entrada e saída dos recursos públicos, possibilitando o acompanhamento pelo cidadão dos atos da gestão.

Central de Compras e Almoxarifado

Até 2009 a Prefeitura Municipal contava com 24 almoxarifados. O Observatório Social de Maringá constatou que muitos eram desnecessários, estavam desorganizados e apresentavam problemas de estocagem, como conta Marcos Luchianenkol:

Praticamente cada secretaria tinha o seu almoxarifado. Nas primeiras visitas, vimos produtos armazenados em local inadequado e com controle de estoque em cartões e escritos a lápis. Fizemos o levantamento dos estoques e encontramos aberrações como um produto em quantidade tão grande que levaria mais de cem anos para acabar. As compras eram feitas sem um levantamento prévio da necessidade. Havia mercadorias sobrando em uma secretaria e faltando em outra, o que provocava licitações para repor um produto que a Prefeitura tinha em estoque.

Funcionário da SER/OSM na época, Luiz Fernando Otero visitou os almoxarifados e conta que a situação era de calamidade, com prédios escuros, sem ventilação e muita desorganização:

Havia produtos empilhados de forma incorreta e as caixas estouravam. Encontramos papel sulfite estragado porque caiu detergente em cima. Era um caos. Nós fazíamos perguntas sobre os produtos e os servidores não sabiam responder. Que motivação eles tinham para trabalhar num local daqueles? O pessoal só queria saber de distribuir. Ninguém sabia o que precisava ou deixava de precisar. Eles não sabiam de onde vinham os produtos, o que se comprava, o que se recebia.

A SER/OSM auxiliou a Prefeitura a realizar duas grandes inovações: criar a Central de Compras e o Almoxarifado Central. Os técnicos e voluntários do órgão haviam realizado uma visita ao almoxarifado central da rede de supermercados Cidade Canção quando foram identificados muitos planos de ação interessantes, a funcionalidade e a organização possíveis a um local de recebimento de produtos e máquinas eletrônicas que contribuíam satisfatoriamente com o processo de controle.

O empresário, proprietário da Rede Cidade Canção e presidente da Acim

na gestão 2006/2008, Carlos Alberto Tavares Cardoso, explana que na época os voluntários do Observatório concluíram que havia dificuldade, perda de tempo e de recursos com as licitações individuais:

Em encontros com representantes da Prefeitura, sugerimos a compra centralizada. Além de todos os benefícios econômicos com esta ação, também visualizamos a possibilidade de aumentar o número de participantes nas licitações.

As mudanças foram implantadas e no início dos trabalhos houve resistência de algumas secretarias e de determinados servidores. A convite da Prefeitura, representantes do próprio Observatório participaram de uma reunião com todos os secretários para conscientizá-los sobre a importância da central.

Para viabilizar as inovações, outras ações foram necessárias como a disponibilidade de um funcionário responsável pelo recebimento de mercadorias para que estas fossem entregues conforme especificações dos editais; incluir como exigência no edital de licitação a Nota Fiscal Eletrônica; implantar o Controle Eletrônico de Estoque; tornar público por meio de relatórios eletrônicos diários as quantidades dos produtos existentes no Almoxarifado Central e nos almoxarifados secundários; tornar públicas as informações de entrada e saída de produtos com a identificação do órgão que fizesse a retirada de mercadorias; tornar disponível relatório mensal discriminado em que constassem local da realização, hora de prestação de serviço e a identificação do servidor responsável pela fiscalização de serviços, obras e compras; implantar o controle centralizado da frota municipal; tornar disponíveis por via eletrônica todas as atas e súmulas relativas aos processos licitatórios.

A Prefeitura passaria também a fazer uso do Termo de Referência nos moldes sugeridos pelo Observatório. O documento é um memorial

descritivo que contribui para a precisão e eficiência na compra de produtos e serviços. Ele contribui para evitar o desperdício, como ressalta Danielle Cristina Congio, ex-coordenadora jurídica do Observatório:

É uma espécie de projeto que o servidor elabora explicando porque é necessário comprar um serviço ou produto. Qual o uso, quanto é gasto ao longo do ano, entre outras informações necessárias para uma boa compra. Antes, o funcionário pegava uma planilha do ano anterior, aumentava um percentual e pedia a compra. O Termo de Referência ajuda a entender qual a dinâmica da unidade para dimensionar exatamente o que precisa na compra.

Com o tempo o Almoxarifado Central foi recebendo melhorias e os funcionários foram qualificados. Assim, o local passou a ser bem organizado e limpo. Os produtos passaram a ser armazenados de forma a evitar desperdícios. Luiz Fernando Otero diz que a partir das mudanças físicas houve a qualificação dos servidores e estes se sentiram estimulados a agir da forma correta:

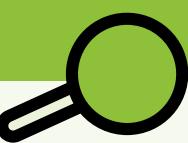
A estrutura passou a ser outra. A gente já não via mais alimentos misturados com produtos de limpeza. Os servidores se preocupavam em ler as instruções nas caixas sobre, por exemplo, a forma de empilhar os produtos. A gente sentia o brilho nos olhos das pessoas porque elas sabiam o que estavam fazendo, como tinham que fazer.



Central de Compras e Almoxarifado Central da Prefeitura de Maringá, inaugurados em 24 de junho de 2010 (Foto: ASC/Prefeitura)



Almoxarifado do Hospital Municipal, entregue em 2017



A SER/OSM conquista o mundo

Em 2009, a conquista do 1º lugar no V Concurso Experiências em Inovação Social promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Cepal) com apoio da Fundação Kellogg, colocou o Observatório Social no radar de instituições do Terceiro Setor de todo o mundo.

O concurso recebeu a inscrição de mais de mil iniciativas e apenas 13 foram classificadas para a final realizada em novembro de 2009. O projeto do Observatório foi considerado o melhor e, de acordo com o júri do programa, o órgão coloca o dedo na ferida latino-americana e caribenha que é a má gestão dos recursos públicos que compromete a possibilidade de o Estado investir em áreas essenciais para o desenvolvimento sustentável, como educação, saúde e estímulo à produção.

Durante a cerimônia de premiação, realizada em 13 de novembro na Universidade San Carlos de Guatemala, a porta-voz do Comitê de Notáveis, Nohra Rey de Marulanda, destacou: “Com a mobilização da comunidade, o Observatório Social de Maringá fiscaliza as compras do governo, prevenindo fraudes, corrupção e o desperdício dos recursos públicos, clamor de toda a América Latina”.

“O prêmio foi um reconhecimento da ONU ao nosso trabalho. Uma chancela que nos abriu portas e deu maior credibilidade ao Observatório Social”, explica Ariovaldo Costa Paulo. O dirigente fez a defesa do projeto na Guatemala diante de uma banca avaliadora. Posteriormente, participou da solenidade de premiação com o coordenador Fernando Otero e o então secretário de Controle Interno da Prefeitura de Maringá, Zanoni Luiz Favero.

Para os voluntários da SER/OSM, a Organização das Nações Unidas concedeu a premiação pela grande inovação que o projeto representa, pela

metodologia replicável e com grande potencial para evoluir e pela capacidade de se multiplicar e ser disseminado por outras cidades do Brasil e do exterior. Outras premiações e conquistas da SER/OSM estão discriminadas ao longo e no final deste livro.



Antes da premiação, auditores da ONU estiveram em Maringá

Auditores da ONU visitando OSM e parceiros

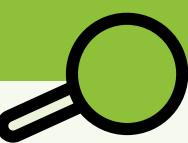


O portal da Cepal divulga o primeiro lugar do OSM no V Concurso Experiências em Inovação Social

Ariovaldo Costa Paulo e Fernando Otero durante a premiação na Guatemala



Graças ao prêmio da ONU, Michelle Noritake representou a SER/OSM em evento promovido pela Cepal/ONU para disseminação dos projetos vencedores, nos Estados Unidos, em 2010



Rompendo Fronteiras

O projeto do Observatório Social de Maringá e da Sociedade Eticamente Responsável despertou o interesse de pessoas de outros municípios, ávidas por criar ações de controle social da gestão pública. Voluntários e funcionários da SER/OSM também passaram a realizar palestras de sensibilização em outras cidades.

Todo este movimento ganhou dimensões muito maiores após a conquista do V Concurso Experiências em Inovação Social da ONU em 2009. Aumentou muito o número de comitivas visitando Maringá com pessoas preocupadas com a boa aplicação dos recursos públicos e com a disseminação da cidadania fiscal. Também houve aumento no número de solicitações de palestras de membros da SER/OSM, que passaram a se deslocar por várias regiões do Brasil e para outros países.

Foram feitas apresentações em cidades de outros estados e em países como Estados Unidos, Honduras, México, Argentina, Colômbia, Peru, Moçambique, Uruguai, Bolívia e Guatemala. Em 2008, antes mesmo da conquista do V Concurso Experiências em Inovação Social, o projeto do OSM já havia sido apresentado na Cidade do México.

O convite partiu do EUROSOCIAL. A apresentação foi feita para 300 pessoas de 24 países. A experiência do OSM foi considerada uma excelente alternativa para atingir a coesão social (diminuição das desigualdades sociais), já que trabalha tanto na obtenção dos recursos (aceitação social dos tributos) como na correta aplicação destes recursos (via efetivo controle social).

Em 2015, no mês de julho, a SER/OSM recebeu a visita de uma comitiva do México, que foi financiada por um programa da União Europeia. Os visitantes passaram alguns dias em Maringá conhecendo o

trabalho do órgão para tentar implementar uma ferramenta semelhante naquele país.

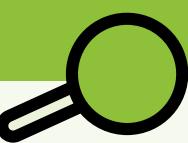
Desde que a SER/OSM se tornou referência, ganhou um “garoto-propaganda”. Trata-se do ex-presidente da Acim, José Carlos Valêncio. O engenheiro já se acostumou a representar o órgão em apresentações pelo país:

“Sempre que posso faço questão de apresentar a SER/OSM onde quer que tenha um voluntário disposto a criar um órgão semelhante. A iniciativa é brilhante e realiza um trabalho maravilhoso de prevenção da aplicação dos recursos públicos e é um orgulho que tenha criado raízes e se espalhado pelo país por meio de pessoas abnegadas e que querem o bem dos seus semelhantes e das suas comunidades”.

Outra decorrência do prêmio da ONU foi a amplificação do trabalho desenvolvido pelo Observatório Social do Brasil (OSB), órgão que fora criado em Maringá no ano anterior para fomentar a multiplicação de observatórios no país. O portal do OSB explica:

É um espaço para o exercício da cidadania que deve ser democrático e apartidário e reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública. Cada Observatório Social é integrado por cidadãos brasileiros que transformaram o seu direito de indignar-se em atitude: em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. São empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos (exceto os que integrem a esfera de atuação do observatório específico) e outros cidadãos que, voluntariamente, entregam-se à causa da justiça social²¹.

²¹ <http://osbrasil.org.br/o-que-e-um-observatorio-social-os>. Acesso em: 12/12/2019.



Marcos Luchianenkol faz palestra no Uruguai, em 2009



O OSM recebeu, em novembro de 2010, visita do Técnico Senior em Governança Democrática no EUROSOCIAL, o espanhol Borja Díaz Rivillas



Marcos Luchianenkol, na Cidade do México, 2010



Visita de uma comitiva de colombianos em 2013



Diretores da SER/OSM com integrantes da comitiva do México, em 2015



Equipe da SER/OSM com comitiva argentina, em 2016



Fábia dos Santos Sacco faz palestra em Posadas, na Argentina, em 2017

Capítulo

6



A SER cumpre seu papel

O Observatório Social foi criado dentro da Sociedade Eticamente Responsável para atuar na prevenção de problemas que influenciassem na boa aplicação dos recursos públicos. Em outras frentes as demais vice-presidentias da SER continuavam o trabalho de Educação Fiscal tendo no comando a Irmã Cecília Ferrazza.

Em 2008, Irmã Cecília encerrou seu ciclo na presidência da instituição. As eleições dos novos conselhos da SER aconteceram no dia 29 de fevereiro de 2008. O escolhido para exercer o cargo de presidente foi Ricardo Costa Bruno. A posse aconteceu em 31 de março daquele ano. Ariovaldo Costa Paulo continuou à frente do OSM.

No dia 16 de dezembro de 2009, a SER passou por novas eleições. O advogado César Augusto Moreno foi eleito presidente, tendo tomado posse em 2 de fevereiro de 2010. Eleito vice-presidente da SER, Carlos Anselmo Corrêa assumiu a presidência do OSM.

No final de 2011, César Augusto Moreno registrou uma chapa para concorrer à reeleição. Mas, em 14 de dezembro houve a desistência de um dos componentes de sua chapa, o que impossibilitou o pleito. Reunida em 7 de

dezembro daquele ano, a Comissão Eleitoral decidiu prorrogar o mandato de César Moreno até o início do ano seguinte, quando seriam agendadas novas eleições.

Crise interna

No dia 30 de março de 2012 foi eleita uma nova diretoria na SER, tendo o auditor da Receita Federal Norival Trautwein na presidência do Conselho de Administração. Na vice-presidência para o Observatório Social ficou a contadora Denisa Maria Borçato. A posse foi realizada em 26 de abril.

Foi uma gestão de vida curta. A diretoria, que fora empossada em abril, administrou a instituição até 6 de junho de 2012. Nesta data, durante Assembleia Geral Extraordinária, houve o encerramento do mandato após a destituição de todos os membros da diretoria, à exceção do presidente e do tesoureiro.

A destituição foi provocada por uma crise interna deflagrada pela tentativa de mudanças na estrutura do OSM pela nova diretoria. Na visão dos conselheiros, estas mudanças seriam prejudiciais ao órgão como relata Ariovaldo Costa Paulo:

Ficamos indignados com a primeira atitude da gestão em demitir os funcionários. Tentamos dialogar, mas não houve condições. Houve uma peregrinação de voluntários solicitando a dissolução daquela diretoria para evitar o fim do Observatório. A presidente não tinha o apoio dos próprios diretores e foi convivida a deixar o OSM. Tecnicamente o Observatório era apenas uma vice-presidência da SER e o presidente na época, que havia escolhido a ocupante do cargo de vice-presidente do OSM, assinou as demissões.

Vice-presidente na época, Fabia dos Santos Sacco acompanhou de perto o desenrolar dos acontecimentos:

A atuação da nova diretoria foi muito diferente daquilo que se esperava e

acabou descontentando fortemente muitas pessoas. No início foi determinado que os funcionários não deveriam participar das reuniões do comitê gestor. Sei que não ficou nenhum funcionário no órgão. Também me lembro que os voluntários fizeram inúmeros pedidos de renúncia da presidente, o que não aconteceu em um primeiro momento. Essa situação trouxe um desgaste muito grande.

Entre os dias 1º e 13 de junho de 2012, dez conselheiros renunciaram aos seus cargos por discordar dos atos da diretoria. Em 24 de julho foi formado um Conselho de Administração provisório e específico do Observatório Social, tendo à frente Fabia dos Santos Sacco.

Em 27 de julho, o presidente Norival Trautwein renunciou à presidência da SER. Uma Comissão Provisória foi eleita em Assembleia Geral Extraordinária em 3 de agosto de 2012, tendo à frente Ricardo Costa Bruno. A partir da crise, os voluntários decidiram realizar mudanças na estrutura da SER e do OSM. Ariovaldo Costa Paulo narra as alterações:

A SER era composta por diversas vice-presidências setoriais e estas estavam quase sem atividades. O Observatório Social de Maringá havia crescido muito e tomava todo o nosso tempo. Decidimos que a SER continuaria como razão social e que o OSM é que seria o objeto das nossas atividades. Assim, extinguimos as vice-presidências e prevemos uma diretoria que administraria as duas instituições unificadas. Claro, mantivemos algumas atividades relacionadas à educação fiscal, pois essa conscientização tem que andar ao lado do trabalho de prevenção dos gastos públicos.

A primeira presidente eleita no novo formato da SER/OSM foi a advogada Fabia dos Santos Sacco, empossada em 14 de novembro daquele ano para comandar a gestão 2012-2014. Dois anos depois, em 12 de novembro de 2014 ela foi reeleita, com a posse sendo realizada no dia 26 do mesmo mês.

Fabia dos Santos Sacco comenta que antes da eleição de 2012 ela havia sido convidada para assumir o comando do OSM e não aceitou. Diante desta situação, quando a nova diretoria gerou a crise interna, a voluntária se sentiu mal por não ter aceitado o cargo:

Quando o Carlos Anselmo Corrêa e o Ariovaldo Costa Paulo vieram conversar novamente comigo, me chamar para assumir, entendi que minha omissão havia causado aquela situação, porque, com a minha recusa, eles haviam convidado uma pessoa que não tinha tanto conhecimento da filosofia e da forma de atuação do OSM. Assim, após a crise, diante do novo pedido, acabei aceitando a missão.

Fabia revela que, antes de aceitar a missão de comandar o órgão pela primeira vez, ela teve que mudar sua forma de ver o cargo:

Refletindo sobre aquela situação, conclui que não havia aceitado o cargo porque considerava que não tinha prestígio pessoal. Eu me lembro de ver o Ariovaldo Costa Paulo ligando para o governador e imaginava que se eu fizesse aquilo ele nem me atenderia. Eu não tinha esses contatos, não tinha esse conhecimento, achava que, por isso, eu não conduziria bem a SER/OSM. Mas, na prática, isso não é verdade. A instituição é maior que as pessoas que a compõem. Quatro anos depois, entreguei a gestão dizendo que não é a pessoa que empresta prestígio para a SER/OSM. É o contrário. Isso é inegável.

Relação com a Prefeitura

Ao assumir a presidência da SER/OSM em 2012, Fabia dos Santos Sacco defendeu a filosofia de “amadurecer mais alguns assuntos antes da prestação de contas à sociedade”. Para ela, o órgão deveria fazer um ofício para notificar a Prefeitura sobre os problemas observados antes da apresentação e esperar o prazo definido por lei pela resposta.

Assim, em 14 de fevereiro de 2013, o Comitê Gestor oficializou o caminho percorrido pela SER/OSM ao fiscalizar o Poder Executivo:

1. Questionamento dos processos analisados
2. Ofício à Secretaria de Controle Interno
3. Ofício ao chefe do Poder Executivo
4. Reunião com Conselho Superior
5. Encaminhamento para o Poder Legislativo e Ministério Público.

Em 2013 o prefeito Carlos Roberto Pupin não seguiu o exemplo do seu

antecessor, que pedira à SER/OSM a indicação de um nome para assumir a Secretaria de Controle Interno. Pupin escolheu o juiz aposentado Rene Pereira da Costa, ex-diretor do Fórum de Maringá, para ocupar o cargo.

Em sua posse o novo secretário frisou que contaria com o trabalho da SER/OSM e do Ministério Público “para, em conjunto, dar transparência nos contratos da Prefeitura”. Na oportunidade, o novo prefeito disse que a função do secretário de Controle Interno seria trabalhar na prevenção:

É um importante cargo que deve ser norteado pelos pilares da transparência, legalidade, moralidade e eficiência pública. É um trabalho difícil e fundamental para garantir as responsabilidades que assumimos e que devem ser cumpridas junto ao Tribunal de Contas e principalmente à sociedade maringaense.²²

A indicação, independente do nome escolhido, não agradou à SER/OSM, que entendia a necessidade de que o secretário fosse concursado. A presidente Fabia dos Santos Sacco consultou o diretor de Contas Municipais do Tribunal de Contas do Estado, Akichide Walter. Este informou que o entendimento do TCE era de que o cargo de controlador interno não precisava ser ocupado por alguém concursado. Somente a equipe da secretaria deveria ser composta por pessoas concursadas.

Outra tentativa da SER/OSM de criar condições para que o secretário de Controle Interno fosse concursado foi via Câmara Municipal. Consultado, o vereador Humberto Henrique esclareceu que fazer uma lei desse tipo não era competência dos vereadores e sim do próprio prefeito.

A relação da SER/OSM com a nova administração não foi fácil. A própria Secretaria de Controle Interno informou logo no início da gestão que não entregaria nenhuma informação interna da Prefeitura até que fosse realizada

²² Portal da Prefeitura de Maringá - <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=de5dbe67ec55de&id=18680> Acesso em 7/8/2019.

uma reunião entre o prefeito e a diretoria deste órgão externo de fiscalização.

A reunião foi realizada e tanto o prefeito quanto o secretário de Controle Interno manifestaram a intenção de revalidar o termo de cooperação assinado com a gestão anterior. Mesmo assim, para melhorar a relação e o trânsito de informações com a Prefeitura Municipal a diretoria da SER/OSM solicitou apoio informal do MP.

Na prática houve um retrocesso até mesmo na disponibilidade dos relatórios resumidos da execução orçamentária no portal eletrônico da PMM, o que inviabilizava a análise dos índices pela SER/OSM.

Em fevereiro de 2015 o Tribunal de Contas do Paraná orientou as prefeituras a nomear um servidor de carreira para a secretaria de Controle Interno. O novo secretário foi o servidor municipal Roderlei Mazurek, bacharel em Direito, com pós-graduações em Gestão Pública e com mais de 50 cursos de aperfeiçoamento, tanto no Instituto Brasileiro de Administração Pública quanto na Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda.

Com mais de 30 anos de prefeitura, Mazurek já havia ajudado a criar o Controle Interno da Câmara Municipal de Maringá, onde ficou “emprestado” pelo Município por cerca de quatro anos. Em 2009, por determinação do Ministério Público, todos os funcionários cedidos pela Prefeitura teriam que retornar. E a Câmara teria que realizar seus próprios concursos para contratar servidores.

No retorno à Prefeitura Mazurek passou a trabalhar como diretor da Secretaria de Controle Interno. Ele explica a função do órgão:

O Controle Interno é um braço do Tribunal de Contas. Em tese, são os olhos do TC na Prefeitura ou na Câmara. Ele faz fiscalizações, auditorias. Quando tem qualquer auditoria, qualquer irregularidade, o TC comunica ao controlador que está vindo e nós temos que separar as documentações necessárias. No final de cada ano, a Secretaria de Controle Interno é obrigada a prestar contas ao Tribunal de Contas das atividades que foram exercidas.

O secretário confessa que quando retornou à Prefeitura para atuar na Secretaria de Controle Interno não ficou confortável com a existência do Observatório Social de Maringá:

No começo não vi a iniciativa com bons olhos. Eu estava retornando e meu trabalho era apenas tabular as informações. Cheguei com um pé na frente outro atrás, sempre pensando se existia algum viés político, algum viés pessoal com alguém ou coisa semelhante. Com o passar do tempo percebi que os voluntários da SER/OSM estavam realmente corretos, cobertos de razão em quase 100% das situações e que o único objetivo é de que o dinheiro público seja bem aplicado, tão somente. Isso foi me desarmando em relação ao que é um observatório.

Para Mazurek, a Secretaria de Controle Interno tem que ser parceira do Observatório, com harmonia e alto grau de confiança entre as partes para que a relação não se transforme em um embate. Na gestão dele a harmonia foi grande, como atesta a ex-presidente Fabia dos Santos Sacco:

Um dia, a Michelle ligou para o Roderlei informando que necessitava de determinados documentos de uma licitação porque havia indícios de problemas. O Roderlei respondeu: ‘se vocês estão pedindo é porque tem alguma coisa errada. Então considere cancelada a licitação’. Ou seja, naquela época criou-se um vínculo de confiança muito forte.

Mazurek lembra que a Prefeitura de Maringá tem mais de 70 anos e ao longo deste tempo “acumulou muitos vícios e costumes, o que não se muda da noite para o dia”. Ele acredita que, para buscar melhoria constante, é preciso diálogo e propiciar qualificação aos servidores. Acrescenta que, ao contrário do que muitos pensam, o quadro da Prefeitura é formado por pessoas éticas:

O pessoal da SER/OSM é muito bem preparado. Quando eles encontram algo em desacordo vão ao TCU buscar uma decisão mostrando que aquilo não podia ser feito. Eles são feras. Mas, aí eu pergunto: teve bom senso? Teve má fé? Muitas vezes o servidor erra sem má fé. Ele erra porque não está preparado, é uma diferença muito grande. É uma coisa que eu sempre observava, sempre batia na tecla com o Observatório porque muitas vezes eles vinham dizendo que “teve má fé”. Eu não vejo por esse lado. Muitas vezes não houve má fé.

Houve má eficiência por falta de qualificação, por costumes, hábitos [...]. Os serviços sempre eram feitos de uma forma, aí, outras pessoas vão entrando, aprendendo daquela forma e não teve ninguém que entrou nesse meio para falar “você está fazendo errado, vamos corrigir?”.

Mazurek opina que em muitos casos a SER/OSM é “muito tinhosa” no sentido de não ceder às suas convicções e critérios técnicos. “Não que não tenha cedido”, pondera, comentando que o órgão poderia ter sido mais maleável em muitas situações:

Não se pode chegar com “os dois pés”. Tem que haver conversa, bom senso, equilíbrio. O servidor público, eu posso falar de cadeira, está imbuído das melhores intenções, sempre. Acredito fielmente nisso. Claro, existem aqueles mal-intencionados no meio, como em qualquer lugar. Mas, a partir do momento que se viu a inconsistência, não havendo dolo ou má fé, a SER/OSM poderia deixar passar, ter bom senso e alertar que a partir daquele momento tem que corrigir.

O servidor afirma que, com apoio da SER/OSM, o Controle Interno de Maringá tornou-se referência no estado. “O melhor do Paraná”, conforme ele ouviu dos técnicos do próprio Tribunal de Contas. Mas, ainda assim, acredita que existe um longo caminho para que a fiscalização seja efetiva dentro da Prefeitura:

O controle técnico da Prefeitura está com cerca de 10 funcionários. É pouco, porque a demanda é grande e se não tiver profissionais que vão a campo, fiscalizar e ver se aquilo que foi contratado pelo município é de fato o que está sendo executado, fica difícil. A demanda é grande. Além disso, tem que ter pessoas que entendam da área. Não adianta colocar alguém ali que não conhece o mundo de uma Prefeitura. Até ele aprender já foi uma gestão. Existem vulnerabilidades, pontos que precisam ser melhorados.



Parte da equipe no dia da premiação do Concurso de Monografias realizado em 2009



Posse da diretoria da SER em 2011: César Augusto Moreno sucede a Ricardo Costa Bruno



Evento de prestação de contas do OSM no primeiro semestre de 2011



Reunião do OSM com o prefeito Silvio Barros e secretários municipais



Reunião da SER/OSM com o prefeito Carlos Roberto Pupin e secretários municipais



Diretoria da SER/OSM empossada em 2014, com mantenedores



Reunião da SER/OSM com vereadores em 2014



Reunião da SER/OSM em outubro de 2015



Premiação do Concurso de Redação realizado em 2019

12º Prêmio Innovare

2015

Entre 244 inscritos a SER/OSM ficou em 1º Lugar na Categoria Justiça e Cidadania do XII Prêmio Innovare. Criada em 2004, a distinção é uma realização do Instituto Innovare, da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, da Associação de Magistrados Brasileiros, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), do Conselho Federal da OAB, da Associação Nacional dos Procuradores da República e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), com o apoio do Grupo Globo.

A SER/OSM ficou em primeiro lugar justamente na primeira edição em que a categoria Justiça e Cidadania foi realizada. A premiação aconteceu por conta do caráter preventivo que permeia o trabalho do órgão. Os organizadores compreenderam que, por conta de agir antes do gasto público e da comunicação prévia dos problemas encontrados, a SER/OSM não só previne potenciais prejuízos, mas também evita a judicialização de conflitos e contribui para a desobstrução da justiça.



Cerimônia de Premiação do XII Prêmio Innovare 2015



Voluntários e executivos da SER/OSM (Fotos: Marco Zaoboni Fotografia)

Capítulo

7



As sucessões e a influência no trabalho da SER/OSM

Giuliana Maria Delfino Pinheiro Lenza tornou-se a sucessora de Fabia dos Santos Sacco na presidência da SER/OSM. A eleição foi realizada em 26 de outubro de 2016 e a posse aconteceu em 23 de novembro daquele ano. Giuliana foi reeleita em sete de novembro de 2018, sendo empossada no dia 20 daquele mês.

Pouco mais de um mês depois de assumir a presidência da SER/OSM Giuliana se deparou com uma situação nova. Pela primeira vez um novo grupo político assumia a Prefeitura de Maringá após a criação do órgão. E é fato que tanto a rotatividade de servidores concursados ou com cargos de confiança dentro das secretarias da Prefeitura é um ponto que dificulta o trabalho da SER/OSM.

A advogada Danielle Congio lembra que nos primeiros anos o órgão qualificou muitos servidores e isso representou “um salto de qualidade” no trabalho interno da Prefeitura. Ela pondera que acontecem muitas alterações nas equipes e, nestes casos, “a qualidade dá um passo para trás”.

Esse problema se intensifica com a mudança de prefeito. A SER/OSM

é um órgão relativamente novo e, em 2019, passou pela quarta gestão municipal. Os voluntários sabem que há muito a aprender. Mas, já foi possível perceber que a relação entre o órgão e a Prefeitura é determinada em boa parte pela forma como o gestor recebe o trabalho de controle social promovido pelo Observatório.

A presidente Giuliana Lenza enfatiza que, independente da mudança de gestão, a metodologia de trabalho da SER/OSM, já consolidada pelos inúmeros resultados alcançados com mudanças importantes nos órgãos públicos e com a economia de recursos, se mantém a mesma. Inclusive, a metodologia é baseada na Lei de Acesso à Informação que obriga os gestores a repassar a qualquer cidadão ou órgão informações como repasses ou transferências de recursos financeiros, licitações realizadas e em andamento, remuneração e subsídios de servidores, estrutura organizacional, entre outros.

Com uma nova gestão, mudanças são realizadas internamente na Prefeitura. Roderlei Mazurek, por exemplo, deixou de ser secretário de Controle Interno e foi transferido para outro setor. Para ele, algumas mudanças representam um retrocesso:

Quebrou-se a linha de pensamento. A evolução era gradativa, mas acontecia. Eu entendo que houve um regresso. A SCI é uma pasta difícil, espinhosa, onde não pode ter amor, tem que ter razão. Por exemplo, mesmo tendo sido indicado pelo prefeito anterior, eu nunca baixei a cabeça. [...] O viés político é complicado. Se houver esse viés, eu entendo que é um erro porque o prefeito fica exposto. Eu cansei de ir ao gabinete para propor ao prefeito o cancelamento de determinadas licitações. Ele sempre questionava e eu fundamentava a decisão. Ele aceitava. É melhor corrigir e fazer o certo do que esperar o caso chegar ao Ministério Público. Lá, não tem mais como corrigir.

Sempre otimista, a presidente Giuliana Lenza evita considerar que as novas gestões possam apresentar retrocesso. Ela lembra que houve avanços importantes com a conscientização e participação da sociedade civil organizada e na própria atuação da SER/OSM no apoio a controle de estoque,

controle das compras públicas e acesso à informação, entre outros:

Sempre trabalhamos contando com a abertura de informação pelo gestor. Se não há essa abertura nós não conseguimos trabalhar. E hoje, diferente dos tempos em que iniciamos os trabalhos, temos a Lei de Acesso à Informação a garantir concretamente esse direito cidadão. Então, tudo isso já é conquistado. O que aprendemos em uma nova gestão, com um novo grupo e novos pensamentos é que, na prática, essas conquistas precisam ser cuidadas. Elas não são garantidas. Precisamos sempre cuidar, exigir transparência, informação e responsabilidade fiscal. Não podemos trabalhar como se isso já estivesse garantido e fôssemos sempre dar um passo à frente. Não. O que nós conquistamos temos sempre que exigir e, aí sim, dar os passos que temos que dar à frente, evoluir. A respeito desse relacionamento com a administração pública penso que a SER/OSM tem uma credibilidade conquistada com trabalho muito sério ao longo dos anos. É uma grande responsabilidade manter esse nível de qualidade de trabalho e essa imagem. E os gestores públicos locais têm consciência de que aqui existe uma organização séria, realmente técnica e voltada à colaboração para o melhor uso dos recursos públicos. Mas, garantir esse nível de relacionamento, o tratamento sempre respeitoso de parte a parte e o amplo acesso à informação são batalhas cotidianas. É a nossa vigilância constante que impede eventual retrocesso.

Em depoimento para este livro, o prefeito Ulisses Maia enfatiza que a informação é uma arma nas mãos dos cidadãos para diminuir a incidência do mau uso dos recursos públicos, prática que, garante, está combatendo:

Temos orientado nossa gestão por essa convicção, refinando mecanismos de controle interno como o Conselho de Gestão Fiscal e disponibilizando instâncias de recursos, como o Conselho do Contribuinte, que assegura ao cidadão manifestação contra atos ou decisões administrativas em processos tributários envolvendo IPTU, ISS, ITBI e outros impostos. Isso fortalece sobremaneira a aplicação da transparência.

R\$ 1,50

VINCI PAPER - QUALITY PAPER
9 à 12 de Outubro de 2016

www.vinci.com.br

800 655 1100 | WhatsApp: 22 9 9999-2200

www.vinci.com.br

QUERO JÁ!
Marcando no Centro das Grandes Lives

O DIÁRIO

DO NORTE DO PARANÁ

VIGILÂNCIA

Observatório evita R\$ 83 milhões em gastos irregulares

● Em quase dez anos fiscalizando contas de órgãos públicos, o Observatório Social de Maringá estima que 90% dos problemas que identificou nas licitações da prefeitura, Câmara e UEM foram solucionados rapidamente.

Manchete do jornal O Diário em 2016



Assembleia Geral da SER/OSM em maio de 2016



Diretores da SER/OSM empossados em 2016



Reunião do Comitê Gestor da SER/OSM em 2016



Posse da diretoria, gestão 2018/2019



Giuliana Lenza com a equipe da SER/OSM em 2018 (foto: Walter Fernandes)



Jornal Boa Noite,
da RPC, repercute
a prestação de
contas da SER/
OSM de 2018 (10
de abril de 2019)



Reunião do Comitê Gestor da SER/OSM em 2019 (Foto: Marco Zaoboni)

Capítulo 8

R\$ 1,50

Terça-feira-Quarta-feira
9 e 10 de novembro de 2016

Maringá - PR
www.odiarlo.com

ANO XIII - NÚMERO 12.843
Esta edição: 22 páginas. Páginas 21h

O DIÁRIO

DO NORTE DO PARANÁ

QUERO JÁ!
Maringá no Centro
dos Grandes Eventos

PARTICIPAR

VIGILÂNCIA

Observatório evita R\$ 83 milhões em gastos irregulares

● Em quase dez anos fiscalizando contas de órgãos públicos, o Observatório Social de Maringá estima que 90% dos problemas que identificou nas licitações da prefeitura, Câmara e UEM foram solucionados rapidamente. [MAIS](#)

Câmara Municipal

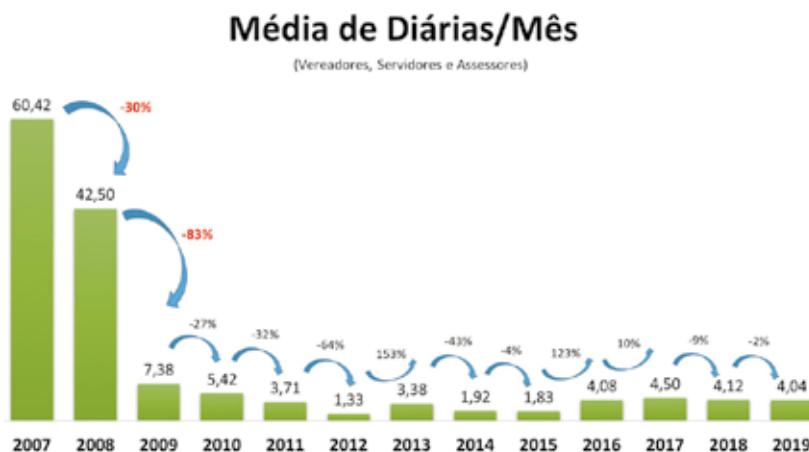
Em 2007 a SER/OSM passou a acompanhar o trabalho da Câmara Municipal de Maringá. O trabalho gerou em vários momentos a insatisfação dos vereadores, mas apresentou inúmeros benefícios ao município ao longo dos anos, inclusive com a diminuição de despesas públicas.

A SER/OSM criou indicadores que auxiliam a população a avaliar a qualidade do trabalho e a produtividade dos vereadores. O órgão acompanha a evolução das despesas ano a ano; as proposições feitas pelos vereadores; a assiduidade nas sessões, entre outros aspectos.

No caso específico das despesas, um motivo de insatisfação dos vereadores foi em relação a mudanças no pagamento de diárias dos mesmos quando em deslocamento a trabalho. A SER/OSM realizou pesquisa nas maiores câmaras do Paraná, na Universidade Estadual de Maringá e no Governo do Estado do Paraná, concluindo que o valor pago aos vereadores maringaenses era elevado. Paralelamente, na Câmara discutia-se a correção do valor, o que proporcionaria um aumento de 17% nos gastos do órgão com as diárias.

Com a intervenção da SER/OSM, a imprensa e a OAB se mobilizaram e os vereadores decidiram pela redução dos valores das diárias em 12%. Além disso,

todos os requerimentos e relatórios passaram a ser publicados na Internet. O movimento da sociedade proporcionou redução nas quantidades de diárias, caindo de uma média mensal de mais de 60 para menos de 10 por mês.



Além das diárias, a SER/OSM fez um comparativo entre os cargos comissionados da Câmara Municipal de Maringá e outras cidades do estado. Notou-se que em Maringá o número de cargos comissionados era maior que em Londrina e São José dos Pinhais. A discussão provocou uma reforma administrativa que proporcionou uma economia anual expressiva.

Em 2007, o vereador Humberto Henrique protocolou um requerimento para que a SER/OSM apresentasse o resultado do trabalho em plenário. A ideia do vereador era aproximar as duas instituições para que a Câmara, a exemplo da Prefeitura, também abrisse as portas para o trabalho da SER/OSM.

A apresentação foi agendada para o dia 15 de março. Na época, havia uma solicitação de concessão do Título de Utilidade Pública para o Observatório Social. Era uma condição para o recebimento de recursos federais, entre outros benefícios. No dia da apresentação, os voluntários tiveram uma surpresa, como conta Ariovaldo Costa Paulo:

Na mesma sessão os vereadores colocaram a análise do Projeto de Lei do título de Utilidade Pública. Fizemos a apresentação e houve muitas manifestações contrárias aos resultados, muitos debates. Na sequência eles colocaram o projeto para votação e o mesmo foi reprovado por 100% dos presentes. A partir daí houve uma mobilização muito grande da sociedade, repudiando a atitude da Câmara Municipal²³.

Mesmo com as divergências os vereadores reconheciam algumas iniciativas da SER/OSM. Um exemplo foi a apresentação, em março de 2008, de um Projeto de Lei para que a Câmara adotasse, a exemplo da Prefeitura, um sistema profissional de controle de estoque. A assessoria de imprensa da Câmara Municipal divulgou o projeto de lei e apontou pontos importantes da iniciativa:

A necessidade de eficiente controle de estoque dos produtos adquiridos; implantação de mecanismos para aferir a quantidade de bens que estão sendo armazenados, levando em consideração sua utilização em determinados espaços de tempo; o novo sistema de controle se justifica quando não é possível saber a quantidade exata dos produtos que permanecem em estoque e não se consegue averiguar quais os produtos são mais procurados e quais foram comprados em excesso, sem falar do prazo de validade dos mesmos, que muitas vezes acaba expirando. A consequência disso são os desperdícios; há necessidade de responsabilizar servidores diretamente ligados ao controle, tanto na entrada como na saída dos bens que estão sendo conservados, até mesmo para que se possa, num eventual desvio de finalidade, saber quem é o responsável; a necessidades de se criar um planejamento de estoques haja vista a falta de sincronismo entre o fornecimento e a demanda dos produtos estocados; só um planejamento eficaz de controle de estoque permitirá que a compra seja focada naquilo que realmente é preciso e também dentro da quantidade necessária; além da obrigatoriedade de se ter um controle de estoque, que também haja um responsável direto pelo mesmo, responsabilidade esta que deverá ser compartilhada com o secretário da área. Na hipótese de troca de funcionário, o responsável deve ter a obrigação de repassar para seu sucessor o material público que estava sob sua responsabilidade e, o que está assumindo, o dever de verificar todos os dados e informações recebidas; na hipótese de falha referente ao item anterior, apuradas responsabilidades a ideia é de que deva ser acrescida a pena de demissão/exoneração, caso se constate que o estoque não está de acordo com o planejamento e conferência legais; o controle de estoque deverá ser periodicamente avaliado, quantitativamente e qualitativamente; aprovado, o Projeto de Lei nesse sentido permitirá o conhecimento do que se possui armazenado, o valor de tudo aquilo que há no estoque e, principalmente, a redução de perdas e eventuais desvios de produtos, além de permitir que se verifique a necessidade de aquisição de determinado item e qual quantidade.

23 O título seria aprovado em três de novembro de 2009

Alteração do Regimento

Como nem todos os problemas da Câmara Municipal haviam sido解决ados, em 2010 a SER/OSM teve mais um embate com os vereadores ao propor a alteração do Regimento Interno daquele órgão. Foram propostas alterações quanto às justificativas das faltas dos vereadores, a forma de considerar a presença dos edis nas sessões e o desconto dos subsídios dos mesmos.

Durante reunião da SER/OSM que discutiu o assunto, o presidente Carlos Anselmo Corrêa demonstrou preocupação quanto à personificação na figura do presidente para os assuntos tratados publicamente pela imprensa sobre o Observatório Social. Evitar que o órgão fosse confundido ou associado a uma ou poucas pessoas foi uma permanente preocupação dos fundadores, que sempre buscaram deixar claro que a entidade não tem qualquer vínculo político-partidário e precisava ser vista e entendida como uma voz crítica da sociedade em relação aos gastos públicos.

Para tirar o peso das decisões da figura do presidente e também para mostrar ao Legislativo que a sociedade organizada estava acompanhando as decisões ali tomadas, a SER/OSM decidiu mobilizar as entidades e a comunidade em geral para participar da sessão em que o projeto seria votado, em 17 de junho de 2010.

De um modo geral, os voluntários da SER/OSM consideram que uma velha prática da política, que se aplica às câmaras municipais de todo país, deveria mudar: a de que o vereador começa seu mandato pensando na reeleição. O advogado e mestre em Direito Evandro de Andrade Rodrigues destaca que, como voluntário, pode confirmar que esta premissa realmente permeia o trabalho dos vereadores:

Atuando pela SER/OSM durante uma determinada gestão pude perceber que apenas um dos vereadores desempenhou realmente a função para a qual foi eleito. Ele compreendeu sua função e não trabalhou propriamente com aquele propósito de reeleição. Se os vereadores fiscalizassem as obras da Prefeitura e os recursos públicos não haveria necessidade de um Observatório Social.

O ex-presidente da Câmara Municipal de Maringá John Alves Correa diz que os vereadores conhecem suas funções, mas que, como representantes de determinadas comunidades, os edis têm que atender os pleitos da população como troca de nomes de ruas, doação de pedras, corte de árvores, ações assistenciais, entre outros:

O eleitor não tem acesso ao prefeito, não tem acesso ao deputado. Então, ele vai atrás do vereador que é o político que está mais presente na comunidade. Lá no bairro todo mundo sabe onde ele mora. E é inevitável que o vereador faça esse tipo de atendimento. Ele não pode ficar naquela só de legislar e de fiscalizar e não atuar nesse sentido, até porque politicamente isso não é bom. Essa não é a função de fato do vereador, mas é inevitável que ele faça.

Outro ponto que os voluntários batem sempre é de que não basta aos vereadores escrever leis, mas também fiscalizá-las. Um exemplo é a lei ordinária 9134, de 2012, que instituiu pontos de coleta de resíduos de frituras em todas as escolas e centros de educação infantil municipais de Maringá. Até 2019 existiam escolas sem nenhuma estrutura para realizar a coleta.

Número de vereadores

Também houve polêmica em relação ao número de vereadores da Câmara Municipal que, em 2004, havia caído de 21 para 15 por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mas, em 23 de setembro de 2009 houve a publicação da Emenda Constitucional 58 permitindo que municípios com mais de 350 mil habitantes pudessem contar com até 23 vereadores.

A partir daí houve pelo menos quatro tentativas da Câmara Municipal para aumentar o número de vereadores. Havia propostas para elevar a quantidade de cadeiras para 21 e até para 23. Em duas delas, em 2011 e 2015, a SER/OSM se juntou à comunidade local que criou um amplo debate diante do tema.

Os vereadores que defendiam a ampliação justificavam que esta elevaria proporcionalmente a representatividade da população no Legislativo

municipal. Como a maioria da população se juntou às entidades da sociedade civil organizada, a própria Câmara rejeitou os aumentos. Em 2011, um dos líderes do movimento foi o então presidente da Acim, Edilson Emir Santos:

O aumento não representaria maior eficiência e geraria um gasto de R\$ 5 milhões a mais. A vontade dos eleitores, externada em adesivos usados nos veículos, em pesquisas de opinião e no dia da votação, com centenas de pessoas vestindo as cores do nosso movimento, foi respeitada.²⁴

Em 2015, quando os vereadores tentaram novamente, sem sucesso, aumentar o número de cadeiras da Câmara Municipal, a sociedade organizada ponderou que, da forma como são realizadas as eleições, o aumento só privilegiaria candidatos e partidos com mais condições financeiras e apontou que “o número de vereadores, sem a reforma política que garanta, de fato, a vontade do eleitor, poderá fortalecer ainda mais grupos e partidos em detrimento da causa pública”.²⁵

Aumento de salários

Outra campanha na qual a SER/OSM se engajou foi contra o aumento dos salários dos vereadores. Em novembro de 2011, sem um debate prévio com a sociedade e sem divulgação anterior do Projeto de Lei, a Câmara Municipal aprovou, com publicação no Diário Oficial do Município no dia 21 daquele mês, os subsídios dos vereadores, do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, coordenadores ou equivalentes.

Os salários dos vereadores subiram 90,51%, de R\$ 6.312,63 para R\$ 12.025,40. O vencimento do prefeito subiu 44,1%, sendo elevado de R\$ 17.300,00 para R\$ 25.000,00. Os aumentos foram considerados

²⁴ Revista ACIM número 514 de outubro de 2011.

²⁵ Manifesto da Sociedade Civil Organizada enviado para a Câmara Municipal de Maringá em 2015.

abusivos pela comunidade que iniciou um amplo debate sobre o tema.

Na época, os advogados Jhonatan de Castro e Silva e Ramon Alberto dos Santos, na época acadêmicos de Direito da UEM, escreveram o “manifesto jurídico e político: crítica ao aumento dos subsídios perpetrado pela Câmara Municipal de Maringá (PR)”. Os dois jovens analisaram a situação e também os vídeos gravados nos dias das sessões em que houve a apresentação do Projeto de Lei e votação do mesmo:

Conforme análise dos vídeos das sessões ordinária e extraordinária do dia 17/11/2011[15] e dos arquivos dos Projetos de Lei n.º 12.184/2011 e n.º 12.185/2011, pode-se verificar que os Vereadores de Maringá, em uma bela demonstração de eficiência, apresentaram os projetos no dia 16/11/2011 – em proposição feita pela Comissão de Finanças e Orçamento – e votaram no 17/11/2011. Curiosamente, a votação do PL n.º 12.184/2011 em primeiro turno durou exatos 45 segundos, sem qualquer discussão ou orador para falar sobre o projeto – e a discussão em segundo turno mais 50 segundos. Será que houve tempo suficiente para reflexão e debate para tratar de uma matéria que no próprio corpo da proposição vinha como “Matéria Polêmica”?²⁶

Após a divulgação das mudanças dos salários a comunidade se uniu para reverter a situação. Pressionados, em maio de 2012 os vereadores aprovaram por unanimidade um novo projeto de lei baixando seus vencimentos. Os subsídios mensais dos edis ficaram em R\$ 6.900,00.

A palavra do presidente

O vereador Mário Hossokawa está cumprindo seu sexto mandato como vereador, foi vice-prefeito de Maringá entre 1993 e 1996 e preside a casa pela terceira vez. Foi eleito presidente nas gestões 2009/2010, 2017/2018 e 2019/2020. Ele fala sobre algumas melhorias adotadas na Câmara Municipal, elogia a atuação da SER/OSM e garante que o órgão é “importantíssimo” para Maringá:

²⁶ Portal Jus.com.br - <https://jus.com.br/artigos/22516/manifesto-juridico-e-politico-critica-ao-aumento-dos-subsídios-perpetrado-pela-camara-municipal-de-maringa-pr>. Acesso em: 22/8/2019.

É um trabalho que tem propiciado uma economia com compras desnecessárias, às vezes evita obras com valores superfaturados no Legislativo e, principalmente, no Executivo. Na época da criação do órgão, os dirigentes tanto da Câmara Municipal quanto do Executivo ficaram um tanto incomodados, mas entendo ele tem sido muito importante para a moralidade na administração pública. [...] A Câmara tem o dever de fiscalizar, mas o Observatório [...] fiscaliza e bem, inclusive os gastos da própria Câmara Municipal. Por exemplo, os vereadores faziam viagens, na minha opinião, desnecessárias. Muitos escreviam na justificativa que iam visitar um deputado local. Então, eu falava: “Para que vai até Curitiba se aquele político está todo final de semana em Maringá, onde ele mora?”. Os gastos eram muito altos com as diárias de vereadores e motorista, manutenção de veículos, desgaste de pneus. Então, o que eu fiz quando assumimos a presidência: o vereador não foi proibido de viajar, mas tinha que colocar no requerimento o assunto que iria tratar e a pessoa, para ver se aprovávamos ou não. E as viagens passaram a ser colocadas no Portal da Transparência para conhecimento da população. O número de viagens caiu muito. Houve uma moralização nesse sentido. Também abolimos o uso do carro oficial do presidente da Câmara. O presidente ia para casa, passava a fim de semana com o carro oficial. E não havia necessidade disso. Todos os vereadores têm seus carros próprios.

Mário Hossokawa não concorda 100% com o pensamento dos voluntários e com a atuação da SER/OSM. Ele disse que já reclamou diretamente com o órgão sobre determinadas fiscalizações feitas e que comprometem injustamente a imagem dos vereadores perante a sociedade:

[...] o que reclamei e volto a reclamar é que, como não há mais nada de errado, o órgão tem fiscalizado os atos legislativos, questionando projetos de lei, dizendo que houve perda de tempo dos vereadores, dos assessores, das comissões internas, pois determinada lei não vingou ou não foi aprovada. Mas, não podemos entrar nesta questão. A assessoria do vereador está ali para propor leis. Se o Executivo vai aceitar ou não, se colocou em prática ou não, é outra história. A formulação da lei não gerou gasto público extra. É função do vereador apresentar projeto de lei. A SER/OSM diz que poderíamos ter consultado o Executivo para ver se o projeto é viável ou não. Mas, a Câmara é um órgão independente. Não dá para perguntar para o prefeito se o projeto é viável ou não. Tem que apresentar o projeto e trabalhar para que seja aprovado, sabendo que pode existir o veto.

Vereador por cinco mandatos, John Alves Correa foi presidente da Câmara Municipal de 2005 a 2008. O mandato do presidente é de dois anos e portanto, John foi reeleito duas vezes. Com o afastamento de Jairo Gianoto ele assumiu o cargo de prefeito permanecendo de 27 de outubro a 31 de

dezembro de 2000, quando José Cláudio Pereira Neto foi empossado.

O político se orgulha em contar que durante seus mandatos na presidência da Câmara Municipal e no curto tempo que passou como prefeito suas gestões nunca foram reprovadas pelo Tribunal de Contas. John Alves também conta que foi um vereador polêmico e que isso fez com que sofresse perseguições:

Minha posição, doa a quem doer, era sempre muito clara. Se eu tivesse que peitar, eu peitava. Eu era estilo trator, mas era meu estilo de fazer política. Por conta disso eu sofria perseguição da oposição e de alguns segmentos que não me queriam ver na Câmara.

Segundo revela, deixou a vida pública após perceber que sua família estava sofrendo com as inúmeras acusações contra ele enquanto vereador. Ele foi condenado em 2006 pela 4^a Vara Cível de Maringá por improbidade administrativa, mas continuou com direito de exercer suas funções públicas e seus direitos políticos. Outra condenação foi em 2018. Segundo o jornal Maringá Post, a condenação se deu por corrupção passiva e dispensa irregular de licitação:

Os fatos que motivaram a denúncia ocorreram em 2004, quando John exercia o seu segundo mandato na presidência da Câmara. [...] As investigações e o ajuizamento foram feitos pelo ex-promotor de Proteção ao Patrimônio Públíco, José Aparecido Cruz. A denúncia foi recebida pela Justiça no dia 2 de agosto de 2016.²⁷

Sobre o trabalho do Observatório Social, John Alves Correa diz que no início via o órgão como um instrumento político, que estaria sendo usado para “criticar determinados setores da política”. Ele afirma que somente com o passar do tempo é que percebeu que as pessoas que faziam as fiscalizações “eram alheias ao mundo político, eram técnicos”.

²⁷ <https://maringapost.com.br/poder/2018/04/25/ex-presidente-da-camara-de-maringa-e-ex-dono-da-polar-condicionadores-de-ar-sao-condenados-a-mais-de-cinco-anos-de-reclusao-por-corrupcao>. Acesso em: 22/8/2019.

O ex-vereador comenta que nos últimos 20 anos muitas coisas mudaram no país em termos de fiscalização do poder público e que “órgãos como o Observatório Social têm contribuído para que a situação chegue onde chegou”. John Alves Correa conclui que com a conscientização da sociedade, a evolução da tecnologia e o aprimoramento dos órgãos de fiscalização houve grande evolução na aplicação dos recursos públicos:

Nós vivemos épocas em que o caixa da Prefeitura era a gaveta do prefeito. O prefeito andava com o talão cheques da Prefeitura no bolso, entendeu? Não se tinha a cultura da fiscalização. Não tinha fiscalização nenhuma. Hoje é totalmente diferente.

John Alves revela que, como vereador, chegou a ficar sabendo de irregularidades relacionadas à Prefeitura de Maringá, mas pondera que o máximo que podia fazer era ir até o prefeito e falar sobre a descoberta:

A gente conseguia ver determinadas coisas [...] informar, denunciar ao prefeito o que estava acontecendo, mas não com intensidade porque a gente não tinha essa coisa de sentar lá em uma mesa com um grupo de técnicos e analisar [...] que foi o que o Observatório fez. Então, a gente não fazia isso [...] A Câmara não tinha essa estrutura, então quando você conseguia captar alguma informação a respeito de alguma irregularidade, você levava isso ao prefeito, mas essa coisa não tinha... não era difundido, não tinha essa difusão de como tem hoje, entendeu? Era muito diferente. E, na realidade, a gente também... você é político, você não atua como técnico, como atua o Observatório Social e outros organismos da mesma natureza. Então a atuação da gente é política.

Sobre a “atuação política”, John Alves explica que fica difícil aos vereadores, por exemplo, criticar o número excessivo de funcionários da Prefeitura Municipal que compromete cerca de 50% da folha de pagamentos do município:

A Prefeitura de Maringá tem 13 mil funcionários. Politicamente e eleitoralmente você multiplica isso por quatro. E tem o amigo da família do cara, entendeu? Velho, se você comprar briga com essa classe você está morto, principalmente, se você pretende ser candidato a prefeito [...]

Os cuidados dos vereadores não se restringem ao funcionalismo público municipal. John Alves frisa que basta determinados segmentos chamarem a atenção da imprensa e comparecerem com faixas na Câmara Municipal para frearem a possibilidade de verem seus interesses contrariados:

Você está indo votar a favor de um determinado projeto que fará um bem para comunidade. Mas, tem uma determinada classe que vai ser afetada se você votar aquilo e ela bota meia dúzia de pessoas dentro da Câmara com uma faixa. Os vereadores já não votam. Não votam mesmo sabendo que seria ótimo votar aquilo, que para a sociedade ia ser muito bom. Mas, eu não posso porque naquele meia dúzia, ali, tem eleitor meu, aquele outro é eleitor meu, não vou votar...

Em relação à falta de técnicos competentes para assessorar os vereadores na fiscalização da Prefeitura Municipal, John Alves frisa que o processo de contratações não é eficaz. Ele argumenta que a Câmara Municipal abre concurso e que às vezes o candidato passa porque estudou muito, mas depois se revela um técnico “extremamente fraco”.

John Alves comenta sobre várias denúncias feitas contra ele durante seus mandatos no Legislativo Municipal e lembra que algumas não foram comprovadas. Neste ponto, ele reclama dos órgãos de fiscalização que nunca vão à imprensa dizer que não conseguiram comprovar as denúncias. Voltando ao Observatório, ele vê que o órgão é importante para a comunidade:

O Observatório está mostrando, diariamente, o tempo todo, quais os projetos que estão sendo discutidos, quem são os autores, que jeito que o vereador trabalha. Então a comunidade está sempre tendo algum tipo de informação. Hoje, eu entendo que esta atuação é mais no sentido de a própria sociedade, por meio de voluntários, estar lá fiscalizando, fazendo algumas coisas que outras pessoas deveriam fazer também. Em determinados momentos da minha vida política, eu entendia que o Observatório era um instrumento político, então eu não dava muita atenção. E, com o passar do tempo, me fizeram morrer a língua.

Capítulo

9

Maringá

O DIÁRIO
DO NORTE DO PARANÁ



| Um céu de possibilidades

FISCALIZAÇÃO

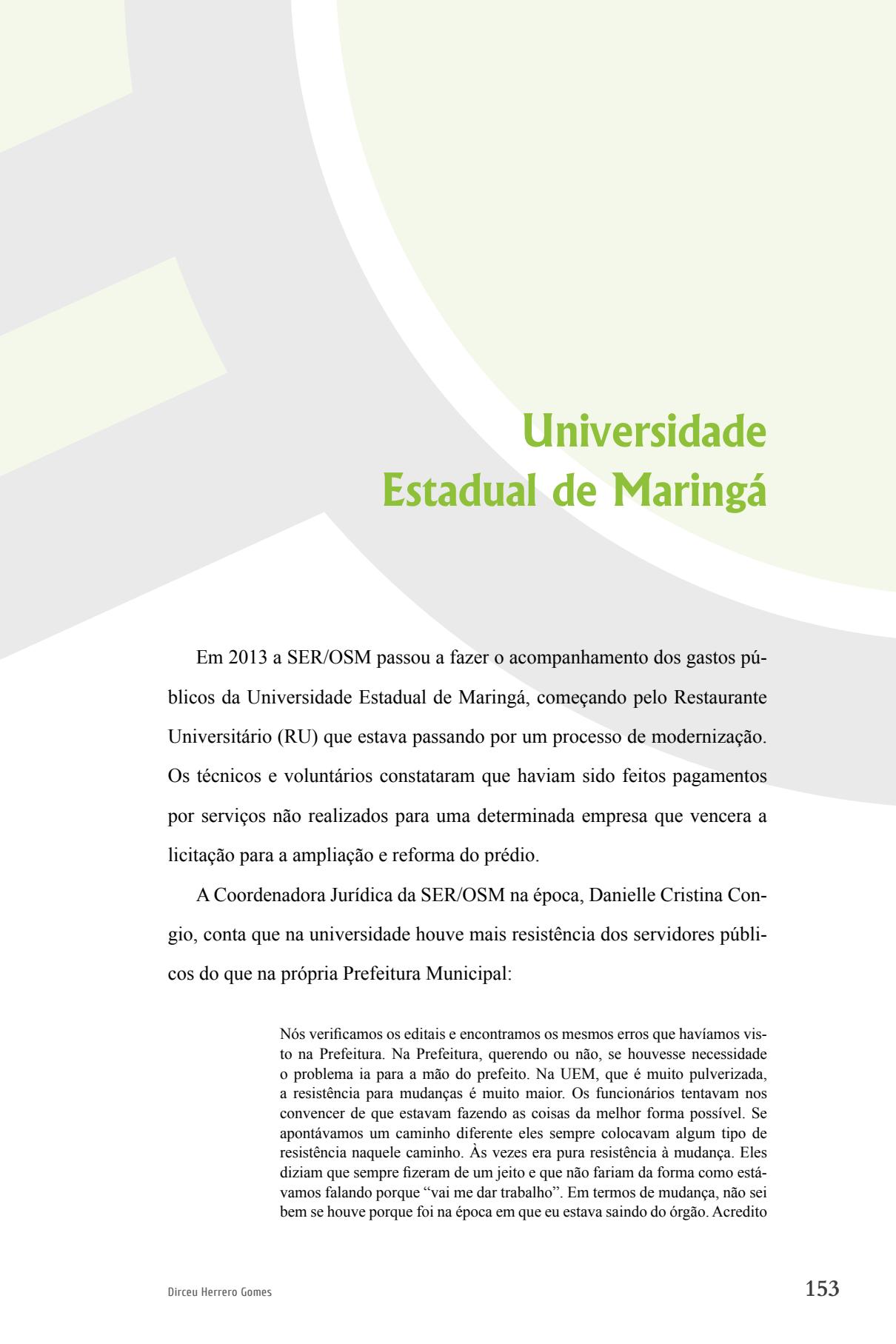
UEM deixou de gastar R\$ 3,2 mi em produto que tinha de graça

■ Universidade abriu licitação, cancelada depois, para comprar equipamentos que já tinha ■ Observatório encontrou problemas em concorrências de outros órgãos

Maria Gatti
mariagatti@oestenews.com

A presidente da Uem, Ana Lúcia, é acusada de ter cancelado a licitação para compra de equipamentos de informática da empresa Marconi. Ela nega

ÁGUA CARA
NA CAPITAL



Universidade Estadual de Maringá

Em 2013 a SER/OSM passou a fazer o acompanhamento dos gastos públicos da Universidade Estadual de Maringá, começando pelo Restaurante Universitário (RU) que estava passando por um processo de modernização. Os técnicos e voluntários constataram que haviam sido feitos pagamentos por serviços não realizados para uma determinada empresa que vencera a licitação para a ampliação e reforma do prédio.

A Coordenadora Jurídica da SER/OSM na época, Danielle Cristina Congio, conta que na universidade houve mais resistência dos servidores públicos do que na própria Prefeitura Municipal:

Nós verificamos os editais e encontramos os mesmos erros que havíamos visto na Prefeitura. Na Prefeitura, querendo ou não, se houvesse necessidade o problema ia para a mão do prefeito. Na UEM, que é muito pulverizada, a resistência para mudanças é muito maior. Os funcionários tentavam nos convencer de que estavam fazendo as coisas da melhor forma possível. Se apontávamos um caminho diferente eles sempre colocavam algum tipo de resistência naquele caminho. Às vezes era pura resistência à mudança. Eles diziam que sempre fizeram de um jeito e que não fariam da forma como estávamos falando porque “vai me dar trabalho”. Em termos de mudança, não sei bem se houve porque foi na época em que eu estava saindo do órgão. Acredito

que na questão das obras houve readequações. Antes de entrarmos lá, eles pagavam sem que a obra estivesse na etapa dos respectivos pagamentos. Quando o dinheiro acabava era feito um aditivo. Mas, o aditivo era feito para pagar o que já havia sido pago. As empresas ganhavam licitações, começavam as obras de um bloco, paravam, começavam outro e assim por diante. Nesse sentido, acredito que tenha havido mudança porque estas empresas foram penalizadas. Elas tiveram que terminar determinadas obras para depois entrar em outra. Mas, não acompanhei o final, quando o Ministério Público já estava envolvido no processo.

A SER/OSM analisou outras licitações da universidade encontrando vários problemas como produtos superfaturados. Várias licitações foram impugnadas sendo realizadas posteriormente com preços condizentes com os de mercado. Em 2013, a universidade economizou cerca de R\$ 400 mil apenas com o trabalho realizado em seis itens do processo de licitação para aquisição de câmeras de monitoramento.

Outro problema encontrado foi no bloco B08 inaugurado pelo reitor da universidade em novembro de 2012. Seis meses depois, a SER/OSM constatou que o prédio estava inacabado e com diversos e graves problemas na estrutura. A obra custara cerca de R\$ 2 milhões, pagos com recursos federais. Fabia dos Santos Sacco comenta que foi difícil entender como uma instituição como a UEM havia chegado naquela situação:

O bloco foi oficialmente inaugurado, com fotos na página principal da UEM na internet, as pessoas sorrindo... eu não entendia [...] porque, quando a gente “passa do lado de lá” da foto, a gente vê um bloco que não foi concluído, que não estava pronto para utilização, além de coisas chocantes como fios de luz brotando do meio da parede externa e entrando pelas janelas para a instalação de equipamentos de alto custo, de alta tecnologia. Havia uma desconsideração das pessoas pelo dinheiro público. Esse trabalho do bloco B08 me chocou demais, porque foi dentro de uma universidade, um lugar em que as pessoas têm consciência da importância do recurso público e da pesquisa.

A ex-presidente conta que ficou estarrecida também quando uma equipe de jornalismo da Rede Paranaense de Televisão chegou de surpresa na UEM e entrevistou um engenheiro do campus que não estava esperando e acabou

falando a realidade dos fatos:

Ele confirmou que a situação era aquela mesmo. Ele disse: ‘a gente declara que fez e recebe o dinheiro’. Você vê, o sujeito confessou em frente a uma câmera! Em situações anteriores, por causa da minha atuação como docente em trabalhos que desenvolvo dentro da universidade, eu cheguei a ver esse fiscal, que é engenheiro da instituição, comentar com um colega que já havia avisado que alguma coisa ia acabar dando errado. Ou seja, ele tinha ciência. Depois, já na SER/OSM, eu fui juntando as peças e concluí que havia essa promiscuidade dentro da universidade.

Vários outros voluntários demonstraram uma grande surpresa com os problemas encontrados na UEM. O gerente aposentado do Banco do Brasil Milton Laforga é um deles:

Na UEM estão nossos mestres. A gente aprende a parte acadêmica e percebe que há muito por fazer na parte prática lá dentro. Na vida acadêmica a universidade deveria ser o nosso norte, deveria mostrar como se faz gestão, principalmente na parte pública.

O advogado Ricardo Costa Bruno também se mostrou surpreso com as irregularidades da universidade por se tratar de “um núcleo de inteligência, formador de opinião e grande orgulho da cidade, reverenciado no país”.

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa vinculada ao Governo Federal, reconheceu o trabalho da SER/OSM. Em 2014, a Finep condicionou o repasse de verbas para a compra de equipamentos para o Bloco B08 da UEM à garantia da SER/OSM de que o espaço estaria sendo utilizado.

Na época a SER/OSM confirmou que a universidade havia tomado algumas atitudes para resolução de problemas e, além disso, estava sendo administrada por uma nova gestão, merecendo, por esses fatores, um voto de confiança. Uma iniciativa da universidade havia sido a criação de um projeto para que alunos de engenharia acompanhassem e fiscalizassem obras internas por meio de estágio remunerado.

Em entrevista à Rádio CBN Maringá em 17 de março de 2018, o reitor da UEM - gestão 2014/2018 - Mauro Baesso, disse que, em quatro anos, a SER/OSM havia analisado 27 licitações da universidade. O professor afirma que nem sempre aquela instituição de ensino concordou com as análises do órgão:

Assim que assumi a reitoria determinei que tudo o que o Observatório solicitasse fosse entregue, isso dentro das possibilidades do pessoal da UEM. [...] O Observatório tem um grupo de pessoas voluntárias e tem professores da UEM entre os seus fundadores, como o Marcílio Hubner de Miranda. Trata-se de um órgão importante para o controle social, mas a gente tem que entender que nem todo mundo é dono da verdade²⁸.

The image shows the front page of the newspaper 'O Diário do Norte do Paraná'. The masthead includes the price 'R\$ 1,50', the date 'Quinta-feira 17 de abril de 2014', the city 'Maringá - PR', the website 'www.odiarion.com', and the issue number 'ANO XI - NÚMERO 12.299 Esta edição: 91 páginas. Fechado às 22h'. The main headline reads 'Observatório denuncia irregularidades na UEM' (Observatory denounces irregularities at UEM). Below the headline, there is a sub-headline 'FERIADOS 26 mil estão saindo Maringá' (26 thousand are leaving Maringá) and a small text about bus and airplane travel. To the right, there is an advertisement for '4bed' with the text 'Realize seu sonho Faça curso de BJJ (44) 3029-9920'. At the bottom, there is a small image of a religious procession and the text 'RELIGIÃO Páscoa é tempo de refletir e renovar' (Easter is a time to reflect and renew).

O jornal O Diário do Norte do Paraná publica denúncias de irregularidades na UEM e em licitação da Prefeitura

²⁸ <https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/reitor-desabafa-muitos-se-beneficiam-da-uem-mas-poucos-a-conhecem>. Acesso em: 8/9/2019.

Capítulo 10



A força do capital social

A credibilidade da SER/OSM se deve à força do capital social de Maringá, ou seja, dos voluntários que abnegadamente se dedicam à educação fiscal e ao controle social da gestão pública.

Os primeiros voluntários eram pessoas indicadas por organizações públicas e privadas da sociedade. Com o tempo, estas passaram a convidar amigos e conhecidos para participar. Com as ações de sensibilização realizadas e com os primeiros resultados da SER/OSM divulgados pela imprensa, novos voluntários começaram a aparecer.

A primeira presidente da SER, Irmã Cecília Ferrazza, é uma espécie de voluntária simbólica, já que quando a entidade nasceu o grupo de pessoas que participava do movimento viu nela a figura ideal para representar, como presidente, a instituição.

Ela garante que não queria aceitar. Mas, foi convencida com o argumento de que tinha a imparcialidade desejada para o cargo pelo fato de ser apartidária, religiosa e do terceiro setor.

“Aceitei. Mas, mesmo na minha posição política apartidária, que procurava o bem para todos, não era muito fácil”, pondera. Se os cuidados para participação na SER já eram rígidos, com a criação do Observatório Social, o rigor aumentou.

Para a auditora da Receita Estadual, Rosa Fatima dos Santos, os candidatos a voluntário são pessoas que querem contribuir para mudar algo na sociedade:

Eles surgem de várias formas. Existem os curiosos que veem o trabalho na imprensa, nas palestras e cursos. Acadêmicos com interesse em estudar o caso da SER/OSM. E também pessoas indicadas pelos voluntários que já atuam.

Foi preciso criar regras. Os candidatos a voluntário preenchem um questionário e passam por uma entrevista feita pelos mais antigos. “Perguntamos sobre a vida pregressa e observamos se ele tem perfil para atuar”, frisa Rosa Fatima dos Santos.

De acordo com o Estatuto Social, os candidatos precisam comprovar que não têm vinculação partidária. Carlos Anselmo Corrêa, lembra que o voluntariado precisa ser sempre qualificado para atuar e que o órgão também recebeu muitos candidatos cujos interesses não são dos mais puros:

Em uma das reuniões que dirigi, tivemos, por exemplo, um senhor que se apresentou e disse que gostaria de sair com uma carteirinha para fazer a fiscalização. Um voluntário não tem essa característica. Ou melhor, legalmente, qualquer cidadão pode se apresentar em um órgão público e dizer que gostaria de conhecer algum detalhe a mais daquele espaço, já que existe um princípio muito forte no Brasil de transparência. Mas, não é a carteirinha. O voluntário da SER/OSM não pode ser transformado em uma autoridade maior do que é a autoridade cidadã.

Outra preocupação é com o grau de proximidade e parentesco com políticos que ocupam cargos públicos. Houve o caso de um parente de um político que solicitou sua entrada com voluntário no órgão. O nome não foi aprovado.

Os voluntários da SER/OSM também passaram a usar uma identificação. O cuidado se deve ao fato de que também houve pessoas ligadas a partidos políticos, no período eleitoral, que se fizeram passar por representantes do órgão para obter informações ou conhecer situações adversas que pudesse ser usadas na campanha política.

Qualificação e organização

A atuação pela SER/OSM exige um trabalho aprofundado, com disponibilidade de tempo e, de preferência, com o apoio de pessoas com alguns conhecimentos técnicos específicos. O analista da Receita Federal Marcos Luchianenkol esclarece que durante a fase de estruturação os voluntários e o corpo executivo da SER/OSM participaram de treinamentos mais elaborados que foram dados por representantes do TC e da CGU e por alguns professores da UEL. “Havia muitos aposentados que deram uma força muito grande no início já que tinham experiência e tempo disponível”, comenta Luchianenkol.

Convidada pela SER/OSM, a professora Fabia dos Santos Sacco participou de um treinamento em Brasília sobre fiscalização de contratos. No retorno a Maringá, ela replicou o aprendizado para outros voluntários e atuou também na qualificação dos servidores municipais.

A professora Kerla Matiello lembra que os voluntários em geral não tinham conhecimento sobre processos licitatórios. E essa regra se aplicava até mesmo aos funcionários públicos, na ativa ou aposentados, que doavam seu tempo para a SER/OSM:

Esses servidores, como os demais, conheciam a lei, mas nunca tinham se atentado para estas situações relacionadas às licitações. Por exemplo, eu sou funcionária da UEM, mas como é que vou me meter no setor de licitação? Até mesmo os instrutores da CGU e do Tribunal de Contas diziam que nos órgãos em que trabalhavam já haviam sido elaboradas licitações erradas, com editais mal feitos.

Segundo Kerla Matiello, a SER/OSM atraiu muitos voluntários entusiasmados com a possibilidade de fazer algo prático no sentido de reverter o mau uso do dinheiro público. Mas, salienta que isso gerou uma preocupação:

O Observatório não poderia deixar que todos os voluntários fossem até a Prefeitura de maneira solta. Existia a preocupação de que qualquer um poderia chegar lá, dizer que estava trabalhando pelo órgão e solicitar relatórios, informações e fazer o que quisesse com estes dados. Era preciso ter muito cuidado com isso. O trabalho dos voluntários teria que ser organizado. Eles deveriam usar crachá e camiseta.

A partir desta constatação o trabalho passou a ser bem organizado. Os voluntários foram divididos para realizar atividades diversas, sendo muitas delas no âmbito interno. Alguns se frustraram, como explica Kerla:

Eles queriam ir até a Prefeitura. Mas, se todos fossem e trouxessem dados, o pessoal de retaguarda não daria conta de analisar tudo. Era preciso mais pessoas na retaguarda, mas nem todos os voluntários queriam fazer esse serviço. Foi necessário ter jogo de cintura. Alguns continuam até hoje, motivados. Mas, houve período de grande rotatividade. Aqueles que não queriam analisar documentos e fazer relatórios para serem encaminhados à Prefeitura acabavam saindo.

A coordenadora Michelle Noritake ressalta que, desde o início e até hoje, é a própria SER/OSM que indica como será a atuação dos voluntários:

Não é o voluntário que nos procura e diz “quero fazer isso ou aquilo”. A SER/OSM é que faz as demandas e repassa ao voluntário perguntando se ele pode realizar ou não determinada atividade. E fazemos as indicações de acordo com a especialização de cada um. Por exemplo, temos um voluntário que é especializado em ar condicionado. Quando sai uma licitação de compra ou entrega destes equipamentos nos órgãos acompanhados, nós o acionamos.

Michelle lembra o caso de um voluntário aposentado de uma instituição bancária que desistiu de atuar na SER/OSM após um único dia de trabalho:

A Prefeitura possuía mais de 20 almoxarifados e fomos com este voluntário fazer uma diligência. O ambiente era bastante sujo. Passamos o dia revirando caixas empoeiradas e contando produtos. Quando retornarmos ao Observatório ele comentou que era aposentado, que tinha inúmeros cursos de aperfeiçoamento profissional e que não se sujeitaria a realizar aquele trabalho. Foi embora e nunca mais apareceu.

A reação do voluntário assustou Michelle. Hoje ela entende que cada pessoa que procura a SER/OSM tem um sentimento próprio, tem vontade de realizar uma atividade que faça a diferença na sociedade. Alguns querem falar, brigar. Mas, ela pondera que quem quer ser voluntário tem que entender que existem regras, que tudo deve ser decidido em um colegiado e que não é possível agir sozinho ou atuar apenas naquilo que tem interesse.

Presidente da SER/OSM de 2012 a 2016, Fabia dos Santos Sacco, frisa que “quem tem perfil, fica. Quem não tem, sai”. E que isso se dá de forma natural:

Muitas pessoas que deixaram a SER/OSM queriam que fôssemos para o embate com o poder público, levando os temas mais polêmicos para a imprensa antes mesmo de discutir com a Prefeitura ou com o próprio Ministério Público. Como sempre tivemos muito cuidado, existem pessoas que saíram considerando que não somos tão atuantes. Mas, nosso propósito é resolver o problema e não sermos heróis.

Cristiani Mari Tomiazzi é uma das fundadoras da SER/OSM. Chegou como representante da Cooperativa Agroindustrial de Maringá (Cocamar), onde era gerente de auditoria. Advogada, mesmo depois que se tornou prestadora de serviços continuou atuando como voluntária. Ao longo de 17 anos, ela viu muitos voluntários desistirem do trabalho:

Há voluntários que saem do Observatório por não conseguirem se dedicar, por não prosperar no trabalho, já que às vezes a gente faz os encaminhamentos externos buscando a resolução de problemas e as coisas não caminham como deveriam. Assim, nem sempre conseguimos ver o resultado de todo um trabalho que foi bem feito. Mas, o desânimo de quem desiste é mais por questão pessoal da falta de tempo para dedicação e não por desacreditar do processo. Às vezes a gente leva uns baques, mas sabemos que temos que continuar. Revertemos em um período de dez anos mais de cem milhões de reais em proveito econômico. É um dinheiro que deixou de ser mal aplicado. Se não estivéssemos fazendo este trabalho outras pessoas teriam se aproveitado destes valores.

Michelle Noritake acredita que as atividades desenvolvidas são muito peculiares e por isso é preciso estudar cada caso com profundidade. Afinal, a SER/OSM lida com questões melindrosas que envolvem o trabalho público:

Em um processo licitatório analisamos a parte jurídica, os preços, os tipos de materiais e vamos “in loco” verificar certas situações. É feito um trabalho muito completo pois, se encontramos algo errado ou com indícios de irregularidades, temos que comunicar a Prefeitura. Se ela não aceitar nossa manifestação e entendermos que a questão é grave podemos mandar para o Ministério Público e demais órgãos de controles. E existem prazos que devem ser obedecidos. Há casos em que demandamos até dois meses para fechar a análise de um processo. Sabemos que não podemos exigir esse nível de comprometimento de todos os voluntários.

Para Michelle um dos trabalhos mais importantes da SER/OSM é realizado pela diretoria, “formada por pessoas sábias, apaixonadas”, com perfis diferentes e que se completam e chegam a um denominador comum sobre os melhores caminhos a serem tomados:

Admiro muito os diretores, pois desde o início, quando não conhecíamos ao certo onde estávamos entrando, não entendíamos de licitações, de compras públicas, eles souberam se posicionar, conquistar o respeito da sociedade para que a SER/OSM fosse crescendo e se tornasse o que é hoje. É importante também que eles confiam e dão liberdade para nossa equipe, que é de excelência, formada por jovens comprometidos e que se doam para fazer sempre o melhor.

A advogada Danielle Cristina Congio também elogia a atuação abnegada dos voluntários:

O trabalho deles é um dos mais bonitos que tem. Pessoas que abrem mão do seu tempo livre, deixando de fazer alguma coisa que fosse prazerosa para elas. É um trabalho que mostra que todos podem fazer um pouco, cada um, para que a sociedade tenha uma postura melhor.

Para Sebastião Freitas, a SER/OSM é formada por pessoas “guerreiras” que não recebem nada pelo trabalho e, às vezes, até pagam do bolso. O consultor elogia, principalmente, a qualidade “excepcional” dos pioneiros do órgão. “Eles foram fundamentais para que a experiência começasse a se cristalizar”.

A professora Kerla Matiello considera que a história de sucesso da SER/OSM foi construída por conta de perspectivas diferentes dos voluntários, desde servidores públicos, empresários, aposentados, estudantes e profissionais liberais:

Sempre pensei que a reunião destas pessoas, com a experiência que elas têm, foi que permitiu que o órgão se tornasse o que é. Não podemos desvincular, claro, a parte educativa que foi muito forte também, unindo a teoria com a bagagem que estas pessoas trouxeram.

Na mesma linha de raciocínio de Kerla Matiello, Decio Pialarissi destaca a ação dos aposentados.

São pessoas muitas vezes esquecidas e que foram importantes no processo ao doar seu tempo, sua vida intelectual e física em prol da sociedade. Imagine quantos juízes, comerciantes e professores aposentados que puderam fazer este trabalho.

Além dos resultados práticos na fiscalização da destinação dos recursos públicos, o trabalho dos voluntários da SER/OSM tem outra vertente, a de formação de futuros profissionais que se dediquem às áreas do controle social e da gestão pública, como explica Giuliana Lenza:

O que a gente faz aqui é formar especialistas em direito público e contabilidade pública porque esse é um profissional que a gente não encontra no mercado. Ninguém sai da universidade dominando essas matérias. Nossa equipe é muito jovem, formada por advogados e contadores que entram aqui e vão aprendendo na prática, acompanhando os processos e procedimentos administrativos sob orientação da nossa coordenadora que tem essa formação e experiência. E também sob orientação dos diversos voluntários, especialmente do nosso comitê gestor. Então eles vêm trabalhar conosco, fazem um trabalho muito dedicado e aqui aprendem, aqui se tornam especialistas, com um conhecimento muito particular, muito próprio, muito voltado para o controle social da gestão pública mesmo.

Um exemplo claro da preparação de futuros profissionais para atuar na área pública, como citou Giuliana Lenza, é José Roberto Tiossi Junior:

Quando me tornei voluntário o Observatório me despertou o interesse pelo Direito Público, Direito Administrativo e Direito Constitucional que, infelizmente, na graduação é tratado de forma muito superficial. O controle social abriu um leque para um mercado que é muito carente e que necessita de profissionais em todo país.

A reação diante dos problemas

Cada voluntário da SER/OSM tem reações e opiniões diferentes sobre os problemas encontrados na Prefeitura, Câmara Municipal e Universidade Estadual de Maringá. O sentimento deles varia entre o dever cumprido, a revolta, a descrença e a certeza de estar no caminho certo.

Celso Conejero comenta que ao se deparar com alguns problemas acaba se decepcionando com o ser humano. “Até pessoas que fazem parte do nosso

dia a dia podem fazer parte deste processo”, reflete. Mas, ele também comenta que é uma grande satisfação ver que a SER/OSM colhe resultados positivos.

O coronel de reserva da Polícia Militar do Paraná Antonio Tadeu Rodrigues já comandou o Quarto Batalhão de Maringá, foi diretor da Penitenciária Estadual local e é presidente do Conselho de Segurança. Mesmo com tanta experiência ele ainda fica indignado com o que vê na gestão pública:

O uso do dinheiro público é um caminho complexo. Tem coisas absurdas. Houve um grande gasto da Prefeitura para comprar o manual do BR Office que é encontrado de graça na internet. Outro caso foi um erro constatado em uma licitação de papel toalha, que se fosse realizada, o produto duraria 65 anos no estoque da Prefeitura. Na Universidade Estadual de Maringá houve o caso do Restaurante Universitário. Um funcionário certificava que determinados serviços estavam concluídos, mesmo sem estar, e a empresa licitada era paga. A gente vê que existem pessoas com má índole dos dois lados, o que quer vender e o que quer comprar.

O voluntário Paulo César Bandolin frisa que é de conhecimento geral que sempre existiram problemas sérios nos órgãos públicos em relação à aplicação de recursos. Mas, mesmo assim, comenta que seu sentimento é sempre de indignação diante das descobertas da SER/OSM:

Por mais que a gente saiba que as coisas erradas acontecem nos órgãos públicos, quando a gente vê acontecer na nossa frente a indignação toma conta. É difícil imaginar como um indivíduo pode ser tão egoísta a ponto de pensar só em si, sem se importar com o grande número de pessoas que está prejudicando com aquele ato. Quando uma ação nossa tem resultados positivos e evita um gasto irregular, gerando economia para o município, isso é motivo de muita satisfação. Por outro lado, quando a gente vê que alguma ação do município vai causar prejuízo, mas não conseguimos evitar, aí vem a frustração. E isso acontece.

Bandolin acrescenta que os voluntários ainda se surpreendem com determinadas decisões tomadas pelos gestores públicos mesmo diante da comprovação de que estão contrariando alguma lei. Ele crê que alguns políticos com cargo insistem em repetir determinados erros porque têm certeza de que não vão ser responsabilizados. “Lá na frente quando o problema for descoberto

eles vão pensar em como resolver”.

Nos tempos em que atuou na SER/OSM, Danielle Congio viu muitas aberrações. Uma das maiores, segundo a advogada, foi encontrar no almoxarifado da Prefeitura livros com títulos e temas diferentes nas capas e com conteúdo interno exatamente igual. Os livros eram direcionados às escolas.

Fabia dos Santos Sacco lembra que o caso que mais a chocou foi o pagamento de mais de 100 pontos de ônibus licitados e que não haviam sido instalados.

Nós perguntamos sobre esse caso e em menos de 12 horas veio a resposta da Prefeitura: ‘houve engano, nós pagamos sem instalar’. [...] É uma coisa tão triste esse descaso com a instalação de pontos de ônibus, um lugar de abrigo de pessoas, muitas idosas, crianças, gente que vai ficar no sol ou na chuva sem esse equipamento público.

Maurício Cândido afirma que se impressionou com “a forma tão descarada” como as coisas aconteciam na Prefeitura, com os preços tão inflados e os recursos sendo desviados do erário municipal. “Isso comprovou que a prevenção seria o melhor método para que o dinheiro fosse bem aplicado”, complementa. Vicente Pedatella Netto vai além e acredita que o Município precisa planejar mais:

Não existe planejamento para dez anos. E quando entra um sucessor de outro partido, este não continua o planejamento, se é que o mesmo foi feito na gestão anterior. A gestão pública pensa nos resultados pessoais e não nos benefícios de um projeto maior que seja bom para a cidade sem importar quem o elaborou.

O professor Carlos Anselmo Corrêa comenta que mais que os problemas em si, o que mais o chocou foi que, em alguns momentos, determinados servidores procuraram se justificar a partir das suas posições de “autoridade”:

Infelizmente, temos a cultura de que a autoridade é maior do que a lei. O brasileiro se acostumou ao desrespeito às leis por parte das autoridades. Mas, o que mais me impressionou foi a reação de alguns servidores públicos, particularmente daqueles em cargos comissionados, em se recusar a atender as orientações que o Observatório enviava. O objetivo nunca foi punir quem quer que fosse, mas evitar que os recursos públicos sejam mal geridos. E o que eu via era uma reação de corporativismo, de proteção, e isso sim era decepcionante.

Capítulo

11



O reconhecimento ao trabalho da SER/OSM

O trabalho da SER/OSM já foi pauta de reportagens em praticamente todos os grandes veículos de comunicação nacionais. Inúmeros trabalhos universitários, inclusive de conclusão de curso (TCC), tanto de graduação quanto de mestrado e até doutorado já utilizaram o órgão como tema.

Graças ao 1º lugar no V Concurso Experiências em Inovação Social, promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas – Cepal/ONU, o Observatório foi um dos cases citados no livro “De la Innovación Social a La Política Pública”, com histórias de êxito dos vencedores dos concursos no período de 2005 a 2009. Outra premiação que alcançou grande repercussão, já citada aqui, foi a conquista do 1º Lugar na Categoria Justiça e Cidadania do XII Prêmio Innovare, em 2015.

A SER/OSM também foi tema de várias páginas do livro “Educação Fiscal e coesão social – Experiências da América Latina”, publicado pelo EUROSociAL – 2010. O EUROSociAL é um programa de cooperação técnica da União Europeia de apoio ao fortalecimento de instituições que realizam políticas públicas na América Latina.

Entre os maiores reconhecimentos ao trabalho da SER/OSM estão os

prêmios conquistados. Além da premiação da ONU, em 2009, e do Prêmio Innovare, em 2015, outras distinções recebidas pelo órgão foram:

Prêmio FINEP de Inovação – 2008

Em outubro de 2008, o Observatório Social de Maringá foi premiado na etapa regional do Prêmio FINEP de Inovação, vencendo na categoria Tecnologia Social. O projeto disputou ainda a etapa nacional do Prêmio cujo resultado foi divulgado no dia 10 de dezembro, em Brasília.

Prêmio Voluntariado Transformador – 2008

Um dos finalistas do Prêmio Voluntariado Transformador, realizado em 2008, foi o voluntário da SER/OSM, Tutomo Tanoue. A iniciativa é do CAV – Centro de Ação Voluntária de Curitiba.



Tutomo Tanoue, penúltimo à direita, recebe o Prêmio Voluntariado Transformador

Prêmio Transparência e Fiscalização Pública – 2012

O Prêmio Jonathas Hugo Parra Mota, categoria Sociedade Civil, concedido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal, foi outorgado à SER pela instituição do Projeto do Observatório Social de Maringá.



O deputado federal Edmar Arruda entrega o Prêmio a Carlos Anselmo Corrêa. Ao lado, o então presidente da Acim, Marco Tadeu Barbosa

Prêmio Nacional de Educação Fiscal – 2012

Entre 218 inscritos, a SER/OSM ficou em 2º lugar na primeira edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, organizado pela Federação Brasileira de Associação de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). O objetivo é premiar as melhores iniciativas de Educação Fiscal que trabalham a importância social do tributo e das receitas públicas, assim como a qualidade do gasto público, com a participação de pessoas jurídicas como escolas estaduais, municipais, universidades, entre outras.



Ophir Cavalcante,
presidente
nacional da OAB,
entregando
prêmio ao
professor Manoel
Quaresma Xavier

Prêmio Empreendedor Sustentável – 2015

Graças ao seu trabalho à frente da SER/OSM, Fabia dos Santos Sacco recebeu na sede da Samsung, em São Paulo, o Prêmio Empreendedor Sustentável. Foram 20 personagens premiados entre 50 concorrentes. A Premiação aconteceu no dia 27 de janeiro de 2015. O objetivo é promover o debate sobre a sustentabilidade e valorizar o trabalho de famosos e anônimos no Brasil e no exterior que se dedicam a iniciativas sustentáveis destinadas a tornar o mundo melhor.

Movimento Bem Maior

Em 2019 a SER/OSM foi classificada entre os 50 melhores projetos do Movimento Bem Maior. Trata-se de uma premiação nacional criada por pessoas que colaboraram para a mudança de realidades em todo o Brasil, tendo como idealizadores Elie Horn (fundador da Cyrela Brazil Realty), Eugenio Mattar (CEO da Localiza), Luciano Huck (apresentador de TV) e Rubens Menin (CEO e chairman da MRV Engenharia).

A iniciativa teve duas fases. Na primeira foram classificados 100 projetos e estes passaram por uma votação popular para a escolha dos 50 melhores. A presidente Giuliana Lenza explica que:

Além da análise técnica que colocou a SER/OSM entre os 100 melhores projetos do Brasil, passamos por um crivo de aprovação popular, o que representou um grande sinal de credibilidade. Houve uma mobilização intensa em Maringá para que as pessoas votassem no Observatório, mas também tivemos votos espalhados por outros estados. Outro benefício valioso é que o Movimento Bem Maior passou a ser nosso mantenedor.



Prêmio Bem
Maior: placa
recebida pela
SER/OSM

Campanha da Fraternidade 2019

O último destaque da SER/OSM não é uma premiação. Mas, pode ser considerado um grande reconhecimento e à contribuição do órgão, que foi evidenciado no Texto Base da Campanha da Fraternidade 2019 com o movimento Prospera²⁹.

A Campanha da Fraternidade teve como tema “Políticas Públicas”. O texto-base, nas páginas 93 e 94, apresenta o trabalho do Observatório Social de Maringá como:

exemplo da participação, da cidadania e do bem comum [...]. O Observatório é pioneiro no controle da legalidade do gasto público. Uma equipe contratada e dezenas de voluntários acompanham editais, análise de processos e a entrega dos serviços contratados. Tudo com rigor técnico.

O empresário Luis Fernando Ferraz é um dos idealizadores do movimento Prospera e comenta que a SER/OSM está inserida dentro de um contexto que mereceria maior participação popular. Ele frisa:

Como cristãos, somos chamados a participar da transformação da sociedade. Um modo de sermos cristãos ativos é ajudar na proposição, discussão e execução de Políticas Públicas para que as pessoas possam ser libertadas pelo direito e pela justiça.

²⁹ O Prospera é um movimento criado em Maringá para incentivar a participação popular na discussão das políticas públicas e no envolvimento de ações que impactam o dia a dia da população, como audiências públicas, ações sociais e organizações da sociedade civil.

Capítulo

12



O futuro da Cidadania Fiscal

Em 2019 o Concurso de Redação sobre Cidadania Fiscal organizado pela SER/OSM entrou em sua 15^a edição. As categorias são: 5º ano do Ensino Fundamental; 9º ano do Ensino Fundamental; 2º ano do Ensino Médio; EJA (Educação de Jovens e Adultos); e Ensino Superior.

Outra iniciativa da SER/OSM com o tema Cidadania Fiscal é o Concurso de Frases e Desenhos, criado em 2018. Em 2019 foi organizada a segunda edição. O projeto visa trabalhar com crianças do 1º ao 4º ano do ensino fundamental os temas relacionados à cidadania fiscal e ao controle social dos gastos públicos. Também pretende contribuir para a formação de cidadãos conscientes e com atitude proativa diante do espaço público, principalmente em relação aos impostos arrecadados.

Realizado nas categorias Desenho (1º e 2º anos do Ensino Fundamental) e Frases (3º e 4º anos do Ensino Fundamental), o concurso tem apoio do Núcleo Regional de Educação de Maringá, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Cultura, Sinepe/NOPR, Receita Estadual, Receita Federal e Acim.

Entre 2008 e 2016 foi realizado o Concurso de Artigos e Monografias.

Na última edição foram 20 inscrições de acadêmicos das redes pública e particular de ensino superior de Maringá e região metropolitana. Os participantes foram divididos nas categorias graduação e pós-graduação, com premiação para os três primeiros colocados em cada grupo.

O concurso teve a finalidade de estimular estudos voltados à Cidadania Fiscal como forma de incentivar a participação do cidadão no controle dos gastos públicos, no combate à corrupção, na efetiva aplicação dos tributos e na identificação de iniciativas bem-sucedidas, colhendo proposições de políticas e ações que pudessem ser adotadas por governos e sociedade em qualquer entidade pública.

Outra iniciativa foi o Concurso Nacional de Curtas Pró-Cidadania lançado em 2005 com o objetivo de sensibilizar o cidadão para a função fiscal e econômica dos tributos, incentivar o controle da aplicação dos recursos públicos pela sociedade e estimular a criatividade por meio da arte. Logo em seu primeiro ano o concurso contou com a inscrição de 51 filmes do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Pará.

As categorias foram Escolar, Livre e Universitário. A Comissão Julgadora foi formada pelo cineasta Pery de Canti, Paulo Petrini (UEM), Decio Pialarissi (Receita Federal), Eduardo Araujo (Acim /Faciap), Marcelo Ribaric (Cesumar), Ricardo Costa Bruno (OAB) e Amauri César Cruz Couto (Rotary). O concurso foi realizado nos anos de 2005 e 2006.

Também foram organizados inúmeros seminários de Educação Fiscal a partir de 2004 tanto em Maringá quanto em outras cidades da região como Paranavaí, Loanda, Mandaguaçu e Goioerê.

Ainda em 2004, foi realizada uma campanha junto aos eleitores para incentivar o “voto ético e responsável” nas eleições daquele ano, com distribuição de mais de dez mil panfletos. Outra ação foi o projeto “Contribuições

da Educação Fiscal para uma Sociedade Eticamente Responsável”.

A SER/OSM apoiou inúmeros eventos, como os Jogos Civitas (Prefeitura Municipal) que trabalhava o esporte como meio de inclusão social; a Semana de Artes da UEM, o Mercado Social (Fundacim); o Projeto Pense Bem (Sociedade Brasileira de Neurocirurgia) que consistia em palestras preventivas de acidentes de trânsito; Cidadania com Responsabilidade Social (UEM) que trabalhou a sensibilização de acadêmicos, professores e técnicos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da universidade com relação à conservação do patrimônio público, entre tantos outros.



Organograma idealizado pela diretoria no último planejamento estratégico da entidade

Organograma e informatização

A estrutura da SER/OSM em setembro de 2019 era de sete funcionários e cinco estagiários. Com isso, foi possível acompanhar 5% de processos de licitação da Prefeitura e em termos de valores chegou-se a 25% do montante envolvido nos processos licitatórios. Para Cristiani Mari Tomiazzi, os números são significativos, mas estão longe do ideal:

Não temos condições de fazer 100%. Procuramos fiscalizar processos relevantes em termos de valor e também aqueles que têm indicativos de problemas, desvios de finalidade, favorecimento, direcionamento. A equipe é especializada, profissionalizada, tem o foco no direito e na contabilidade pública. O ideal seria termos estrutura melhor para alcançar abrangência maior.

Essa “estrutura melhor” é um sonho antigo das diretorias da SER/OSM. Em 2019 a instituição realizou o Planejamento Estratégico e idealizou um organograma que, se concretizado, pode melhorar o desempenho da instituição no acompanhamento dos processos de licitação, entrega e armazenamento de produtos e serviços públicos em Maringá.

No dia sete de abril de 2009, a empresa de Tecnologia da Informação Db1 Global Software fez a doação oficial de um software personalizado para o Observatório Social de Maringá, inclusive hospedando gratuitamente a ferramenta e realizando as manutenções necessárias.

O CEO da empresa, Ilson Rezende, tem uma atuação destacada como voluntário em várias instituições e conta que decidiu fazer a doação por entender que o software poderia acelerar os trabalhos do Observatório. Rezende comenta que se apaixonou pelo Observatório desde o primeiro contato que teve com o órgão:

Se pudesse definir de alguma forma o Observatório, eu diria que é um projeto de reempoderamento da sociedade. Creio que é uma das poucas vezes em que conseguimos olhar para os problemas que a gente tinha e realmente fazer alguma coisa prática para solucioná-los. O órgão tem uma proposta bastante específica, trabalhando mais forte em cima das licitações e do caixa. Ele deu à sociedade o poder de acompanhar as contas públicas e interferir na forma como o dinheiro dos impostos e tributos está sendo gasto. E isso tem trazido resultados fantásticos para Maringá.

Um longo caminho pela frente

O Brasil tem mudado radicalmente nos últimos anos. O país viu políticos influentes sendo presos. Políticos com cargos indo para a cadeia. Mas, muitos ainda se mostram céticos quanto ao fim dos casos de corrupção e mau uso do dinheiro público. Entre eles está o próprio presidente da Câmara Municipal de Maringá, Mário Hossokawa:

Nós não esperávamos que grandes medalhões da política acabassem na cadeia. O Poder Judiciário tem atuado com muito rigor. Esta atuação do Judiciário, principalmente com a Lava Jato, com o Ministério Público e Procuradoria Geral da República, com apoio dos observatórios sociais, está melhorando muito o país. Mas, acho difícil acabar 100% com os problemas do poder público.

O professor da UEM, Marcílio Hubner de Miranda Neto, é um crítico da falta de informação e formação dos brasileiros em geral. Para ele, o “analfabetismo tributário” é generalizado e contribui para os altos índices de sonegação e roubo do dinheiro público. Por isso, Hubner entende que o trabalho da SER/OSM, de conscientização e de controle do uso dos recursos públicos, é fundamental:

Hoje, sem medo de errar, eu digo que 95% dos brasileiros, inclusive aqueles que têm mestrado e doutorado, são analfabetos tributários. Eles acham que não é preciso saber a importância social e econômica do tributo, que não é preciso se interessar pelo orçamento público e aí a gente tem essa farra no meio político e administrativo do setor público. Há 15 anos, a cada seminário, a gente tem que remeter a palestra ao que é o programa que existe desde 1996. E até hoje continua sendo novidade. E a mesma coisa continua sendo a existência de um observatório, inclusive para a sociedade maringaense.

Milton Laforga é aposentado do Banco do Brasil, onde chegou à superintendência, e desde 2012 tornou-se voluntário da SER/OSM. Para ele, o órgão é fundamental, pois propicia a participação do cidadão por meio do conhecimento da educação fiscal e do acompanhamento do emprego dos

recursos públicos:

A gente sabe que há uma crise econômica, mas o principal é que existe uma crise moral que vem se constituindo ao longo do tempo. Cada vez mais, se não houver acompanhamento rígido da sociedade, os desmandos vão acontecer de forma muito maior do que acontecem hoje.

Além de ser voluntária da SER/OSM, Valéria Grossi trabalha com catequese infantil e também com grupos de jovens de entidades paramaçônicas “lapidando-os e preparando-os para o mercado de trabalho e para a vida em geral”. Para Valéria, o trabalho voluntário é uma forma de retribuir e de buscar a promoção de mudanças na sociedade:

No Observatório nós trabalhamos em busca de problemas que ao serem descobertos contribuem para mudar a mentalidade das pessoas. Quem sabe a geração que está por vir tenha um caráter mais aperfeiçoado, sem vícios, vivendo numa sociedade diferente. Quando a gente começa a trabalhar como voluntário acaba descobrindo as falhas da sociedade e assim pode atuar como cidadão. Se cada um trabalhar um pouquinho, com certeza a gente vai ter uma cidade muito melhor. Somos frutos do meio e temos que ter parâmetros para seguir na sociedade. Se vivemos em uma comunidade corrupta, a chance de criarmos pessoas corruptas é muito maior. Então acredito na possibilidade de mudança das futuras gerações.

O delegado da Receita Estadual, Hélio Sato, atua tanto no Lar Preservação da Vida como na SER/OSM. Como Valéria Grossi, ela defende que todo cidadão deveria procurar ser voluntário e, com isso, contribuir para melhorar a vida das pessoas:

É comum a gente reclamar das coisas erradas e não atuar de forma a melhorar esta situação. E a SER/OSM permite que a gente atue auxiliando no acompanhamento dos gastos públicos e na melhoria da sociedade.

O professor Olírio Sperandio diz que gosta da sensação de ser voluntário e de estar fazendo algo de positivo para a sociedade:

Como voluntário, a cada falha que encontramos tenho a sensação do desafio,

da mudança. Encontrado um problema é preciso pensar em como fazer para corrigir e para não ter novos problemas em cima disso. É importante ser voluntário, sair do nosso canto e fazer algo pela comunidade. Não há o que pague.

Para o prefeito Ulisses Maia, a população e os mecanismos de controle externos têm papel importante na boa aplicação dos recursos públicos:

Não basta o gestor público fazer a lição de casa, exercitando a transparência com todos os mecanismos disponíveis, fortalecendo cada um deles nos protocolos e no treinamento de servidores. Entendemos a importância de órgãos externos de controle que dispensam à rotina administrativa um olhar crítico, transformando essa visão em apontamentos que aperfeiçoam os procedimentos. Nesse contexto, o Observatório Social cumpre papel fundamental enquanto instrumento preocupado em zelar pela correta aplicação dos recursos públicos.

O contador Claudio Marques acredita que a SER/OSM deveria se expandir mais e conquistar maior envolvimento da comunidade:

Parece que ficou tão comum, tão banal, o mau uso do dinheiro público que às vezes isso é escancarado e não causa tanta indignação. Se nós, sociedade, reagirmos, a tendência é mudar. Está havendo cobrança maior, órgãos de controle punindo quem faz coisas erradas. Nesse contexto, a SER/OSM contribui bastante. [...] É uma conquista que não podemos perder. É uma iniciativa popular, não vinculada a grupos políticos. Faltam mais entidades como essa no Brasil, país em que os políticos se especializaram em desviar recursos públicos. Este tipo de entidade é fundamental, afinal nossos recursos são disponibilizados para uma pessoa administrar. E ela deve fazer isso bem feito.

Vicente Pedatella Netto lembra que a SER/OSM utiliza muitos estagiários, alunos de universidades, e que “é essencial usar este potencial, fazer a meninada refletir, analisar sua ética, seu comportamento, já que eles são o futuro”. Ele enfatiza ainda que o Brasil tem diferenças muito grandes entre os mais ricos e os mais pobres. “Melhorar esta situação depende dos jovens que estão aí no ensino médio e nas universidades e que estarão à frente deste país nos próximos anos”.

Apaixonado pelo Brasil, Maurício Gilberto Cândido tem atuado de

diversas formas para melhorar o país. Além de presidente do Sincontábil, foi vice-presidente da Acim e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. Ao longo de sua vida como voluntário abraçou vários projetos como Orçamento Familiar, Fundo da Infância e da Adolescência e Fundo do Idoso. Percorreu o estado divulgando e conscientizando pessoas sobre o orçamento familiar. Ele acredita que o Brasil está em processo de mudanças e que é preciso lutar para fortalecer órgãos como a SER/OSM:

Esse trabalho não deve parar. A persistência leva à perfeição. Não vamos alcançar a perfeição plena, mas vamos transformar a sociedade. Eu não vou embora do Brasil. Não vou procurar um país melhor para morar. Vamos mudar nosso país. Se cada um fizer a sua parte, alcançaremos uma sociedade mais justa. E este é o trabalho da SER/OSM. Não podemos deixar que outros façam as ações. Vamos fazer também, na paróquia, na igreja, na escola, em todos os lugares em que estivermos temos que realizar ações coletivas. Nunca o país esteve com tantas escolas e universidades. Com isso, temos pessoas mais esclarecidas. O país está mudando para melhor. Talvez não para nós, mas para nossos filhos e netos.

O professor Celso Ivan Conejero foi um dos pioneiros na criação da SER/OSM. Ele acredita que o controle social é uma grande contribuição para os problemas da sociedade:

Não sei se é a solução ou o melhor caminho. Entendo que a maneira pela qual o órgão atua deixa grande contribuição para a sociedade e grande estímulo para que os cidadãos se envolvam nesse processo de fiscalização e se tornem mais atuantes com relação à administração da nossa nação.

Hélio Issamu Sato diz que o país não aceita mais o chamado “jeitinho brasileiro” que encobre irregularidades no poder público:

Pode existir até boa fé em algumas situações, mas se foi feito fora da norma, é irregular. Quem trabalha com recursos públicos tem que se sentir monitorado, perceber que está sendo vigiado. Infelizmente é desta forma que funciona. Então, com mais pessoas vigiando facilitaria bastante o processo.

O policial federal Paulo César Bandolin acrescenta que o caminho mais rápido e eficiente para melhorar a sociedade é a conscientização do dever de realizar o controle social. Ele afirma que é preciso mostrar aos brasileiros que o dinheiro usado pelos órgãos públicos sai do bolso de todos:

Pesquisas apontam que a gente trabalha mais de cinco meses no ano só para recolher impostos. É um dinheiro que a gente coloca nas mãos de alguém para administrar imaginando que vai retornar em benefícios. Mas, não podemos virar as costas e deixar esse dinheiro ser usado sem controle. A partir do momento em que a sociedade se conscientizar disso e começar efetivamente a acompanhar esses investimentos públicos tudo poderá melhorar.

O analista Marcos Luchianenkol lembra que a SER/OSM tem conquistado resultados muito importantes na economia de recursos públicos. Mas, salienta que ainda não é possível mensurar exatamente que tipo de serviços essa economia proporcionou aos cidadãos:

A SER/OSM tem que melhorar a cidade de alguma forma, maximizando os recursos para o cidadão. Senão o trabalho é em vão. Estes recursos têm que ser aplicados em outros benefícios. Hoje não temos uma metodologia para mensurar, não sabemos que tipo de melhoria nosso trabalho proporcionou ao cidadão. É isso que a gente gostaria de medir.

Everaldo Belo Moreno acredita que os mecanismos de controle dos gastos públicos têm sido aprimorados com o tempo e que boa parte das práticas antigas e condenáveis foi cessada. Mas, alerta que a vigilância tem que ser permanente, pois “resquícios da velha cultura de levar vantagem” ainda permanecem:

Temos que continuar trabalhando para que a sociedade possa crescer em harmonia, de forma equilibrada e igualitária. Este é um processo de longo prazo. Esse mecanismo da SER/OSM, mostrando que a sociedade está presente, está participativa, está de olho nas práticas do gestor, está rendendo bons frutos e com certeza vai trazer ainda resultados melhores.

Uma pergunta frequente que se faz para os voluntários da SER/OSM

é: “Até quando este trabalho da sociedade será necessário?”. O advogado Ricardo Costa Bruno conta que, quando o Observatório Social foi criado, o assunto foi discutido:

Quero acreditar que este órgão é finito. Ou seja, vai chegar um momento em que ele não precisará mais existir porque os órgãos públicos estarão exercendo a atividade para a qual existem. Então, teremos um vereador que estará fiscalizando ativamente e os próprios prefeitos tendo consciência do coletivo no exercício dos seus mandatos. Quero estar vivo para comemorar o fim da SER/OSM porque neste dia teremos a cidadania plena no país e nosso trabalho será desnecessário.

O presidente do Conselho de Administração do Sicoob Metropolitano, Luiz Ajita, acredita que os maringaenses, e os brasileiros em geral, devem sonhar com uma sociedade mais justa, sem a necessidade de um órgão como a SER/OSM, mas pondera que, “se isso acontecer, vai demorar muitos anos”. Para ele, é preciso que se mude uma mentalidade antiga:

As pessoas, desde crianças, são criadas para obter vantagens e não para cumprir as regras. Isto está culturalmente entranhado na sociedade e nós levaríamos muito tempo para mudar esta mentalidade. Mas, é preciso acreditar que um dia a gente consiga isso.

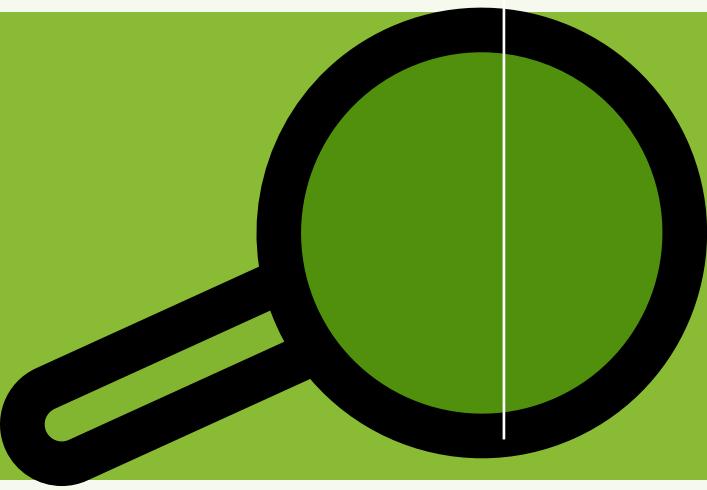
A presidente Giuliana Lenza revela que já refletiu muito sobre a necessidade do trabalho desempenhado pela SER/OSM. Em princípio ela imaginava que o ideal seria que no futuro o órgão não fosse necessário. Mas, reformulou seu pensamento:

A gente escuta muitas pessoas dizerem assim: ‘ah, mas o brasileiro não olha, não se compromete, não é honesto’. É como se o brasileiro fosse o outro, mas nós somos brasileiros e devemos olhar para a gestão pública, cobrar a melhoria, a excelência do gestor. Isso é controle social. Acho que a evolução é o crescimento do controle social. O ideal é que isso faça parte do dia-a-dia de cada cidadão, que ele saiba que tem direito ao acesso à informação, saiba que pode cobrar, que o gestor está lá para prestar um serviço público e não para se beneficiar do Estado. Essa conscientização vem mudando no Brasil e acredito muito que estamos em uma linha

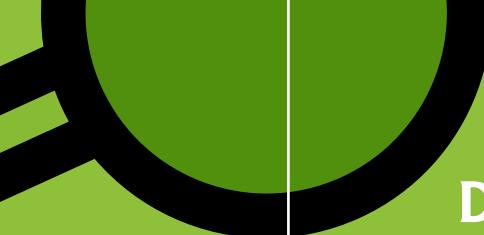
crescente de participação social e de controle, que é uma via essencial para melhorarmos como país.

Além de presidente, Giuliana Lenza é uma grande admiradora do trabalho da SER/OSM. Segundo ela, o órgão dá aos voluntários um “sentimento de pertencimento” a algo maior e que faz diferença na comunidade. Para ela, a instituição é um exemplo de como o cidadão pode atuar:

O que temos na SER/OSM é algo extraordinário no sentido literal da palavra. É fora do comum. Temos uma equipe técnica contratada, mais de 60 voluntários, um comitê gestor bastante atuante e integralmente voluntário que entrega um serviço técnico de alta qualidade. [...] Nós aqui conseguimos fazer o quê? Mostramos que é possível participar de forma organizada, ter resultados, colaborar com a gestão pública e fazer uma comunidade melhor. É isso que temos para entregar. A SER/OSM é um exemplo de que é possível que cada um tenha a oportunidade de criar a sua iniciativa. Acho que essa é a nossa contribuição: mostrar que é possível.



Anexos



Diretorias da SER/OSM



Sociedade Eticamente Responsável - SER - Gestão 2004/2005

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Irmã Cecília Inês Ferrazza
Vice-Presidência de Administração	Ricardo Costa Bruno
Vice-Presidência de Responsabilidade Social	Carlos Anselmo Corrêa
Vice-Presidência de Educação	Marcílio Hubner de Miranda Neto
Vice-Presidência de Cultura	Mário Camargo Pego (Rafael Bruno)
Vice-Presidência de Esportes e Lazer	Vilson Aparecido da Mata (Ricardo Von Glehn)
Primeiro Tesoureiro	Hiroaki Kimura
Segundo Tesoureiro	Clayton Dias Pereira
Primeiro Secretário	Vicente Pedatella Netto
Segundo Secretário	Marcos Luchianenkol
Conselho Fiscal	Antonio Mascarenhas (João Marin Mechia), Maurício Gilberto Cândido e Olírio Sperandio
Conselho Consultivo	Ariovaldo Costa Paulo, Decio Rui Pilarissi e Wilson de Matos Silva

De acordo com as atas, eram inúmeros os voluntários da SER que não faziam parte dos conselhos, destacando-se: Zanoni Fávero, Adelaide Gontalves Colombari, Adhemar Anselmo, Albani Maria Pereira de Souza, Alcidio Gonçalves dos Santos, Ana Patrícia Pires Nalesso, Antonio Claret Pereira de Miranda, Cármime Salvarani, Celina Meneguetti, Celso Conejero, Dâmares Ferreira, Divanir Higino da Silva, Ellen Humphreys, Fabrício Meller da Silva, Gilmar Otaviano Leal dos Santos, João Celso Sordi, José Floriano Lira, Junzi Shimauti, Lauri Cesar Bittencourt, Lidianeide Alves da Silva, Lucio Esteves Junior, Maria Helena Krüger, Mario da Silva Marques Elias, Nicia de Almeida, Odair Roberto Herreras Lopes, Osvaldo Reginato, Roberto Akamine, Rosa F. dos Santos, Rosimara Saraiva Carvalho, Tânia Maria Lopes Pinelli e Vanderlei Amboni.



Sociedade Eticamente Responsável - SER – Gestão 2006/2007

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Cecília Inês Ferrazza
Vice-Presidente de Administração	Ricardo Costa Bruno
Vice-Presidente de Responsabilidade Social	Darcy Pedro Thomaz
Vice-Presidente de Educação	Marcílio Hubner de Miranda Neto
Vice-Presidente de Cultura	Maria Dalva de Barros Carvalho
Vice-Presidente de Esportes e Lazer	Ricardo Von Glehn
Vice-Presidente de Políticas Sociais	Ricardo Costa Bruno
Primeiro Tesoureiro	Hiroaki Kimura
Segundo Tesoureiro	Clayton Dias Pereira
Primeiro Secretário	Vicente Pedatella Netto
Segundo Secretário	Marcos Luchianencol
Conselho Fiscal	João Marin Mechia, Maurício Gilberto Cândido e Olírio Sperandio



Observatório Social de Maringá – 2006/2007

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Ariovaldo Costa Paulo
Vice-Presidentes	Decio Rui Pialarissi e Sebastião Freitas
Coordenadores de Comissões Temáticas	
Comissão Temática de Licitação/ Aquisições do Poder Público	Tutomo Tanoue
Comissão Temática de Orçamento/Poder Legislativo	Walmir Francelino da Motta
Comissão Temática de Recursos Humanos	Olírio Sperandio
Comissão Temática de Educação e Cidadania	Sérgio Molizi Yamada
Comissão Temática de Saúde e Qualidade de Vida	Claudines Boer



Gestão 2008/2009

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Ricardo Costa Bruno
Vice-Presidente	Marcílio Hubner de Miranda Neto
Vice-Presidente de Políticas Sociais	Maria Dalva de Barros Carvalho
Vice-Presidente de Responsabilidade Social	Sérgio Andreussi
Vice-Presidente de Educação	Rosa Fatima dos Santos
Vice-Presidente de Cultura	Marcílio Hubner de Miranda Neto
Vice-Presidente de Esportes e Lazer	Celso Ivan Conejero
Vice-Presidente para o Observatório Social	Ariovaldo Costa Paulo
Primeiro Tesoureiro	Manoel Quaresma Xavier
Segundo Tesoureiro	Sandro Luis Lago
Primeiro Secretário	Olírio Sperandio
Segundo Secretário	Clayton Dias Pereira
Conselho Fiscal	Marcos Luchianenkol, Vicente Pedatella Netto e Hiroaki Kimura
OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ – 2008/2009	
Presidente	Ariovaldo Costa Paulo



Gestão 2010/2011

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	César Augusto Moreno
Vice-Presidente	Marcílio Hubner de Miranda Neto
Vice-Presidente Políticas Sociais	Cristiano Pereira Casado
Vice-Presidente de Educação e Cultura	Rosa Fatima dos Santos
Vice-Presidente de Esportes e Lazer	Celso Ivan Conegero
Vice-Presidente para o Observatório Social	Carlos Anselmo Corrêa
Primeiro-Tesoureiro	Olírio Sperandio
Segundo-Tesoureiro	Manoel Quaresma Xavier
Primeiro-Secretário	Tutomo Tanoue
Segundo-Secretário	Clayton Dias Pereira
Conselho Fiscal	Marcos Luchianenkol, Vicente Pedatella Netto e Hélio Sato
OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ – 2010/2011	
Presidente: Carlos Anselmo Corrêa	

SER Gestão 2012/2013



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Norival Trautwein
Vice-Presidente	Sônia Trannin de Mello
Vice-Presidente Políticas Sociais	Fabia dos Santos Sacco
Vice-Presidente de Educação e Cultura	Marcílio Hubner de Miranda Neto
Vice-Presidente de Esportes e Lazer	Giuliano Gomes de Assis Pimentel
Vice-Presidente para o Observatório Social	Denisa Maria Borçato
Primeiro-tesoureiro	Hélio Issamu Sato
Segundo-tesoureiro	Manoel Quaresma Xavier
Primeiro-Secretário	Tutomo Tanoue
Segundo-Secretário	Vicente Pedatella Netto
Conselho Fiscal	Amália Maria Goldberg Godoy, Kerla Matiello e Olírio Sperandio
OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ – 2012/2013	
Presidente	Denisa Maria Borçato

Observatório Social de Maringá – 2012/2013



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Fabia dos Santos Sacco
Vice-Presidente	Anderson Cesar Silvério
Vice-Presidente de Políticas Sociais	Jair Ferrari
Vice-Presidente de Educação e Cultura	Arnaldo Antonio Piloto
Vice-Presidente de Esportes e Lazer	Marcos Luchianencol
Vice-Presidente para o Observatório Social	Antonio Tadeu Rodrigues
Tesoureiro	Manoel Quaresma Xavier
Vice-Tesoureiro	Hélio Issamu Sato
Primeiro-Secretário	Vicente Pedatella Netto
Segundo-Secretário	Adilson Emir Santos
Conselho Fiscal	Marco Tadeu Barbosa, Paulo César Bandolin e Olírio Sperandio



Gestão 2012

COMISSÃO PROVISÓRIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Ricardo Costa Bruno
Vice-Presidente	Antonio Tadeu Rodrigues
Tesoureiro	Hélio Issamu Sato
Segundo Tesoureiro	Manoel Quaresma Xavier
Secretário	Carlos Anselmo Corrêa
Segundo Secretário	Vicente Pedatella Netto
Terceiro Secretário	Marcos Luchianenkol



Observatório Social de Maringá (SER/OSM)¹

Gestão 2012 – 2014

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
Presidente	Fabia dos Santos Sacco (OAB/UEM)
Vice-Presidente	Paulo Bandolin (Polícia Federal)
Primeiro-Tesoureiro	Hélio Issamu Sato (Receita Estadual)
Segundo-Tesoureiro	Ricardo Costa Bruno (OAB)
Secretário	Marcos Luchianenkol (Receita Federal)
Conselho Fiscal	Manoel Quaresma Xavier (UEM), Rosa Fatima dos Santos (Receita Estadual) e Antonio Tadeu Rodrigues (CONSEG)



Gestão 2014 - 2016

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
Presidente	Fabia dos Santos Sacco
Vice-Presidente	Giuliana Maria Delfino Pinheiro Lenza
Primeiro-Tesoureiro	Marcos Luchianenkol
Segunda-Tesoureira	Cristiane Mari Tomiazzi
Secretário	Paulo César Bandolin
Conselho Fiscal	Antonio Tadeu Rodrigues, Rosa Fatima dos Santos e Vicente Pedatella Netto

¹ A partir desta gestão a SER passou a ser a razão social do Observatório Social de Maringá



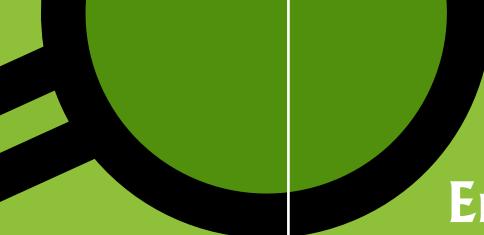
Gestão 2016 - 2018

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
Presidente	Giuliana Maria Delfino Pinheiro Lenza
Vice-Presidente	Cristiane Mari Tomiazzi
Primeiro-Tesoureiro	Marcos Luchianenkol
Segundo-Tesoureiro	Antonio Tadeu Rodrigues
Secretária	Fabia dos Santos Sacco
Conselho Fiscal	Claudio Marques, Paulo César Bandolin e Milton Laforga



Gestão 2018 - 2020

CONSELHO ADMINISTRATIVO:	
Presidente	Giuliana Maria Delfino Pinheiro Lenza
Vice-Presidente	Paulo César Bandolin
Primeiro-Tesoureiro	Milton Laforga
Segundo-Tesoureiro	Claudio Marques
Secretária	Julia Nakagawa
Conselho Fiscal	Cristiane Mari Tomiazzi, Antonio Tadeu Rodrigues e Marcos Luchianenkol



Entrevistas realizadas para este livro:

Dia 11/10/2017

- Tutomo Tanoue
- Coronel Antonio Tadeu Rodrigues
- Rosa Fatima dos Santos
- Cristiane Mari Tomiazzi
- Milton Laforga
- Julia Nakagawa

Dia 18/10/2017

- Valéria Grossi
- Hélio Issamu Sato
- Olírio Sperandio
- Claudio Marques

Dia 1º/11/2017

- Paulo César Bandolin
- Kerla Matiello
- Marcos Luchianenkol

Dia 8/11/2017

- Sergio Molizi Yamada
- Maurício Gilberto Cândido
- Helena Carmen Bressan

Agenda 5/12/2017

- Vicente Pedatella Netto
- Danielle Cristina Congio

Dia 12/12/2017

- Hiroaki Kimura
- Roderlei Mazurek
- Evandro de Andrade Rodrigues
- Fabia dos Santos Sacco
- Marcílio Hubner de Miranda Neto

Dia 9/3/2017

- José Roberto Tiossi Junior
- Celso Ivan Conegero
- Sebastião Freitas

Dia 2/5/2018

- Eduardo Daibert Araujo
- Carlos Anselmo Corrêa

Dia 11/7/2018

- Ricardo Costa Bruno
- Decio Pialarissi

Dia 18/7/2018

- Mário Hossokawa
- Everaldo Belo Moreno
- John Alves Correa

Dia 1/8/2018

- Marco Tadeu Barbosa
- Ilson Rezende
- Luiz Ajita

Dia 15/8/2018

- Carlos Tavares

Dia 24/9/2018

- Wilson de Matos Silva

Dia 1/10/2018

- Fernando Otero

Dia 18/7/2019

- Ariovaldo Costa Paulo
- Michelle Noritake

Dia 24/7/2019

- Giuliana Maria Delfino Pinheiro Lenza

Dia 4/9/2019

- Luiz Lourenço

Dia 8/8/2019

- Silvio Barros

**ENTREVISTAS
A DISTÂNCIA****Dia 21/4/2018**

- Roni Enara Rodrigues

Dia 2/7/2018

- Irmã Cecília Ferrazza

Dia 13/7/2018

- Bruno Quick

Dia 16/9/2019

- Wellington Ferreira (depoimento enviado pela As. Imprensa da Sicredi União)

Dia 24/10/2019

- Ulisses Maia (depoimento enviado pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal)

O Autor



Dirceu Herrero Gomes

- Nasceu em Mirandópolis-SP. É jornalista em Maringá, formado pela UEL-Londrina, com pós-graduação em Publicidade, Propaganda e Marketing. É autor dos livros:
- Cartas para Marília (2001)
- O Sonho se Faz Acim (2005) - escrito em coautoria com o professor Gilson Aguiar
- Um sonho que se tornou realidade – história do Sicoob Metropolitano (2010)
- Escrevendo o próprio Destino – história do Sicoob Paraná (2012), em coautoria com o sociólogo Sérgio Gini
- 50 Anos do Colégio São Francisco Xavier (2013)
- A História da FA Maringá (2014) – não publicado
- A Solidez de um Legado (2016) - em coautoria com o pesquisador Miguel Fernando
- Uma estrada de sonhos (2017) - biografia do empresário Laurindo Cordioli
- Maringá 70 Anos (volume 1) – Da prancheta à realidade – 1923-1959 (2017) - em coautoria com Antonio Roberto De Paula, Miguel Fernando e Rogério Recco
- Maringá 70 Anos (volume 2) – O Futuro é agora (2018) - em coautoria com Antonio Roberto de Paula, Miguel Fernando e Rogério Recco
- Parque do Japão – Um Cartão Postal de Maringá (2018)
- Apaixonado por Desafios (2018) – biografia do empresário Claudio Sandri
- ADUEM 40 anos - História da Associação dos Docentes da UEM (2018) – em coautoria com o historiador Reginaldo Benedito Dias
- Semeadora de Escolas (2019) - biografia da professora Adelaide Colombari
- A Saga do Caboclo Violeiro (2019) - biografia do ex-prefeito Américo Dias Ferraz - em coautoria com o jornalista Airton Donizete Oliveira
- As marcas dos Engenheiros e Arquitetos na História de Maringá (História da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Maringá – AEAM – 2019 – em coautoria com a jornalista e historiadora Regina Daefiol
- Amor e Ideais – chamas que não se apagam (biografia do ex-deputado João Preis (em fase de conclusão)



Copyright © 2020 para Dirceu Herrero Gomes

UMA SOCIEDADE NO COMANDO DO SEU DESTINO
A história
do Observatório Social de Maringá

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, do autor.

Texto revisado segundo o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

PESQUISA, SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO
Dirceu Herrero Gomes

DECUPAGEM DAS ENTREVISTAS
Regina Daefiol, Marília Daefiol Herrero Gomes e
Gabriela Lisandro

REVISÃO
Regina Daefiol

IMAGENS / DOCUMENTOS
A maior parte das fotos pertence ao acervo
da SER/OSM e ao Cedoc/ACIM

DIAGRAMAÇÃO
Andrea Tragueta

CAPA
Willian Vilela Ramos/Dirceu Herrero

COLABORAÇÃO
Carlos Alexandre Venancio

IMPRESSÃO
Gráfica Massoni

TIRAGEM
1000 exemplares

Formato: 16 x 24cm
Tipologia: Cuprum e Times New Roman
Papel Miolo: Couchê Fosco 90 g/m²
Papel Capa: Cartão 300 g/m²
Número de Páginas: 198

Junho / 2020

ISBN 978-65-00-00126-6





Lei de Incentivo à
CULTURA

PATROCÍNIO



FOMENTO A CULTURA



REALIZAÇÃO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



A Sociedade Civil Organizada de Maringá é pródiga em criar soluções para que ela mesmo possa, aliada aos poderes públicos, interferir positivamente no seu destino. Exemplos de instituições que contribuem para planejar o futuro da cidade não faltam. O maior deles é o Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codem).

Nesta obra abordamos diversas instituições criadas pela comunidade principalmente nos últimos 25 anos e focamos em especial a Sociedade Eticamente Responsável (SER) fundada em 2003 e o Observatório Social de Maringá (OSM) que nasceu dentro da própria SER em 2006.

Pela natureza da iniciativa o case da SER/OSM conquistou entre outras premiações o 1º lugar no V Concurso Experiências em Inovação Social promovido em 2009 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Cepal/ONU).

Para se ter uma ideia da importância da SER/OSM, o órgão administrado por voluntários desde 2007 gerou um proveito econômico total superior a 100 milhões de reais até 2018. A ideia se espalhou pelo país e mais de 140 cidades criaram seu próprio Observatório Social.

ISBN 978-65-00-00126-6



9 786500 001266 >